

Organizadores

Telma Bessa Sales

Carlos Augusto Pereira dos Santos

Antonio Jerfson Lins de Freitas



LIVES

MUNDO DO TRABALHO
NA PANDEMIA



SE
TÃO
CULT



Telma Bessa Sales

Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), com mestrado (2000) e doutorado (2006) em História pela mesma instituição e pós doutorado na Universidade de Évora - Portugal (2015). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, experiências sociais, memória, cultura, história oral e reestruturação produtiva. Fez estágio na Universidade La Sapienza (Roma) sob orientação do professor Alessandro Portelli. É membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios no Ceará (ICOMOS-CE) e professora adjunta do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) desde 2011, onde é líder do Grupo de Pesquisa de História Oral.



Carlos Augusto Pereira dos Santos

Professor Adjunto do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Graduado em Estudos Sociais e História pela UVA (1990 e 2015). Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ (2000) e Doutor em História do Norte e Nordeste do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE (2008), pós-doutor em Estudos Culturais do Programa Avançado de Cultura Contemporânea PACC/UFRJ (2016). Autor de vários livros sobre história local, especialmente nas temáticas do cotidiano, cultura, história do trabalho e trabalhadores.



Antonio Jerfson Lins de Freitas

Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2007) e em História - Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2004). Técnico em telecomunicações pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE, atual IFCE). Especialista em Docência do Ensino Superior. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2019). Está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Cursa segunda licenciatura em Geografia pela Faculdade Estácio do Ceará. Atualmente coordena o conselho editorial da Editora SertãoCult.



Organizadores

Telma Bessa Sales

Carlos Augusto Pereira dos Santos

Antonio Jerfson Lins de Freitas



Sobral-CE

2021

Lives: Mundo do trabalho na pandemia

© 2021 copyright by autor/ Telma Bessa Sales; Carlos Augusto Pereira dos Santos & Antonio Jerfson Lins de Freitas

Impresso no Brasil/Printed in Brasil



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial de História

João Batista Teófilo Silva
Cícero João da Costa Filho
Francisco Dênis Melo
Geraniide Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
Juliana Magalhães Linhares
Raimundo Alves de Araújo
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros
Valéria Aparecida Alves
Viviane Prado Bezerra

Transcrições das entrevistas

Clara de Maria Oliveira Lopes
Cosma Silva de Araújo
Italo Ramon Sales Silva
Laís Araújo
Leticia Ferreira Gomes
Mateus Henrique Viana
Moema Hofstaetter
Rebeca Pinto Lopes

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas
Cosma Silva de Araújo

Diagramação e Capa

João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

L785 Lives: mundo do trabalho na pandemia. / Telma Bessa Sales, Carlos Augusto Pereira dos Santos, Antonio Jerfson Lins de Freitas (Organizadores.). – Sobral, CE: Sertão Cult, 2021.

186p.

ISBN: 978-65-87429-93-9 - e-book - pdf

ISBN: 978-65-87429-94-6 - papel

Doi: 10.35260/87429939-2021

1. Pandemia-Mundo do trabalho. 2. Pandemia- Cenário de mudança. 3. Pandemia- Lives. 4. Pandemia- Novas tecnologias. I. Sales, Telma Bessa. II. Santos, Carlos Augusto Pereira dos. III. Freitas, Jerfson Lins de. IV. Título.

CDD 331.11
371.12



Este e-book está licenciado por Creative Commons

Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

NOTAS PRÉVIAS

Esta página é apenas para lembrar que as pessoas que compõem este livro, suas falas, expressões, silêncios, suspiros, pensamentos, emoções, sorrisos, preocupações, vaidades, timidez... romperam limites, fronteiras e abismos (internos e externos) para dialogar sobre o mundo do trabalho em tempos de pandemia. O livro trata de um diálogo corajoso entre diferentes, o presente que pulsa e chama para olhar o outro (além do virtual) sentir amor, alegrias, erros e acertos, na busca de viver e lutar coletivamente, sonhar em mutirão. Enfim o livro apresenta conversas com diversos estudiosos sobre temas variados, não seguindo a ordem cronológica das LIVES que ocorreram por meio do Instagram, durante a pandemia do Covid-19, registrado como atividade complementar na Pro Reitoria de Extensão (PROEX). Eis então as entrevistas que compõem o *l Diálogo interdisciplinar sobre trabalho e trabalhadores em tempos de pandemia*, promovido pelo Grupo de História Oral e o Grupo de Estudos Cidade, Trabalho e Poder, ambos do curso de história (CCH/UVA).

Não poderíamos deixar de agradecer à valiosa contribuição de Rebeca Lopes, Laís Araújo, João Batista Rodrigues Neto e Cosma Silva de Araújo.

Lembrando de Ferreira Goulart (fará 90 anos em setembro), eis poema para não esquecermos quem somos.

Boa leitura!

Telma Bessa Sales, Carlos Augusto Pereira dos Santos, Antonio Jerfson Lins de Freitas.

Não há Vagas

*O preço do feijão
não cabe no poema.*

*O preço do arroz
não cabe no poema.*

*Não cabem
no poema o gás
a luz o telefone
a sonegação
do leite
da carne
do açúcar
do pão*

*O funcionário público
não cabe no poema
com seu salário de fome
sua vida fechada
em arquivos.*

*Como não cabe no poema
o operário
que esmerila
seu dia de aço
e carvão*

*nas oficinas escuras
- porque o poema,
senhores,*

*está fechado:
“não há vagas”*

*Só cabe no poema
o homem sem estômago
a mulher de nuvens
a fruta sem preço
O poema, senhores,
não fede
nem cheira*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....7

Cesar Sanson

VIDA E TRABALHO EM REDE: A internet que fragmenta e conecta trabalhadores.....15

Mayara de Araújo

CAPÍTULO 1 - Os trabalhadores do turismo em tempos de pandemia
.....19

Moema Hofstaetter

Telma Bessa Sales

CAPÍTULO 2 - O mundo do trabalho.....39

Marcos Paulo Campos Cavalcanti de Mello

Telma Bessa Sales

CAPÍTULO 3 - O trabalho docente.....53

Marcel Lima Cunha

Telma Bessa Sales

CAPÍTULO 4 - A Educação no Brasil em Tempos de Pandemia.....73

Francisco Alencar Mota

Telma Bessa Sales

CAPÍTULO 5 - Os trabalhadores da área da saúde em tempos de pandemia.....93

Marcos Aguiar Ribeiro

Telma Bessa Sales

CAPÍTULO 6 - Os trabalhadores feirantes e o setor informal109

Luiz Antonio Araújo Gonçalves

Telma Bessa Sales

CAPÍTULO 7 - Os trabalhadores do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, Ceará.....125

Glauciana Teles

Telma Bessa Sales

CAPÍTULO 8 - O Profissional na área da comunicação137

Mayara Araújo

Telma Bessa Sales

CAPÍTULO 9 - A economia solidária e as alternativas à coronacrise157

Joannes Forte

Telma Bessa Sales

APRESENTAÇÃO

A professora e pesquisadora Telma Bessa Sales tem duas paixões acadêmicas: a história e o mundo do trabalho. A combinação dessas paixões acompanha a trajetória de sua vida de ativista, pesquisadora e docente. Esse interesse vibrante pela história e pelo trabalho vem de longe; desde a sua juventude como militante da Pastoral Operária, passando por seus estudos e pelos temas que pesquisa na academia. Há uma particularidade nos estudos, nas pesquisas e na produção acadêmica de Telma, a sensibilidade em ouvir os trabalhadores e trabalhadoras. E, ainda mais do que isso, desvelar aquilo que muitas vezes está oculto, não escrito, não explícito. Não é gratuito que entre os seus conteúdos e categorias de pesquisa na história estão os registros da ‘memória’ e da ‘oralidade’. Trata-se aqui de sua permanente preocupação em dar visibilidade àqueles que nem sempre são reconhecidos, mas que efetivamente são os que produzem a história. Telma também faz algo de que muito se fala na academia, mas que, na maioria das vezes fica apenas na retórica: a interdisciplinaridade. Esse trabalho que agora é disponibilizado em forma de livro digital é um bom exemplo.

Em tempos de pandemia, a professora Telma Bessa Sales realizou ao longo do primeiro semestre de 2020 uma série de videoconferências para ouvir diferentes pesquisadores de diferentes áreas. Intitulado “Trabalho e Trabalhadores: Uma Abordagem Interdisciplinar”. Este livro é uma contribuição para que dialoguemos com outras áreas.

Este conjunto de entrevistas tem algumas coisas em comum que possibilitam um diálogo entre elas: o trabalho e os trabalhadores, a precarização da vida, os rasgos autoritários e antidemocráticos de um

governo que fustiga a academia e a sociedade e uma pandemia que, para além da perplexidade, nos tem causado dor. As entrevistas também mostram a vitalidade do mundo acadêmico, o seu compromisso com a esfera pública e a vontade de fazer as coisas acontecerem.

A maioria dos entrevistados são professores da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA-CE, mas há também pessoas de outras instituições. As entrevistas também se preocuparam com o corte de gênero, o que é bem interessante. Como dissemos anteriormente, perpassa as entrevistas a temática do trabalho. Os entrevistados apresentam, em sua maioria, resultados de suas pesquisas de campo relacionadas a diferentes áreas do mundo do trabalho. Na sequência, uma brevíssima apresentação dos conteúdos abordados pelos entrevistados e que podem ser lidos na íntegra no conteúdo deste livro.

A pesquisadora Moema Hofstaetter, doutoranda na área do turismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN apresenta oportunas reflexões sobre o impacto da Covid-19 para o turismo e sugere que talvez essa seja uma oportunidade ímpar para pensarmos nossa relação com o modo de fazer turismo. Indaga ela: "Por que nós temos de seguir o padrão de internacionalização do turismo? Por que não olhar a nossa realidade, o nosso lugar, o nosso bioma, a nossa população? Um tipo de turismo que olhe mais para o desenvolvimento do território, olhe mais para o local. Um turismo que incorpore em suas políticas também os trabalhadores e a comunidade local". A pesquisadora se pergunta: "Não é hora de enquanto sociedade olharmos para o outro? Pensar em processos includentes, coletivos e solidários? Onde fica o desejo e a vontade da comunidade, que é recepcionista do turismo?" A sua sugestão é a de um novo modelo de turismo que deve estar a serviço das pessoas e dos ecossistemas, sendo que tanto a economia, quanto o crescimento econômico deveriam estar submetidos à biosfera e todos, sem exceção, deveriam reverenciar a vida. A pandemia nos obriga a encarar esta realidade, conclui ela.

O professor Marcos Paulo Campos Cavalcanti de Mello em sua videoconferência abordou a realidade dos trabalhadores do campo a

partir de suas pesquisas com os trabalhadores rurais sem terra e as suas lutas. Descreve o método de pesquisa de valorização dos protagonistas da ação coletiva, de valorizar o relato, a história, os depoimentos de quem viveu a experiência da luta pela terra. Manifesta sua perplexidade e indignação de um modelo agrário tributário ainda dos tempos do Brasil Colônia. Por outro lado, como cientista social, procura enxergar os movimentos emancipatórios e identifica experiências que aproximam produtores rurais agroecológicos com consumidores conscientes.

A educação pública, particularmente o ensino superior, foi o tema abordado pelo professor Marcel Lima Cunha, docente e também diretor do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual Vale do Acaraú (SINDIUVA). Em sua conversa com a professora Telma Bessa Sales, Marcel chama a atenção para os dois principais 'inimigos' da educação pública nos dias de hoje. Um deles é a ofensiva do mercado da educação privada, que vem rebaixando a qualidade do ensino, e a outra é o reiterado ataque do governo federal à Universidade Pública. Segundo ele, há ainda uma tentativa de desqualificação dos docentes das Universidades como uma categoria de elite financeira. Marcel retrata a situação dos docentes que trabalham muito, dão aulas, pesquisam, realizam atividades de extensão, orientam alunos e, nesses tempos de pandemia, acrescentam a isso tudo as atividades domésticas. Destaca os riscos do empobrecimento da educação em sua modalidade Educação à Distância - EaD e aponta para o risco do modelo de 'uberização' sendo transferido para o ensino público, uma vez que no ensino privado já chegou com toda força. Alerta para uma questão das mais importantes, o fato de que as plataformas digitais estão se tornando mais importante que a pedagogia. Em vez de a tecnologia estar a serviço da educação, é a educação que se torna instrumentalizada pela tecnologia. Um perigo! Trata-se de uma interessante conversa que problematiza os principais problemas da educação brasileira.

O tema da educação também é abordado pelo professor Francisco Alencar Mota, que leciona conteúdos das áreas das ciências sociais

e do direito na Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Em sua conversa com a professora Telma Bessa, o professor analisa a situação da educação no Brasil nesse período de pandemia. Francisco Alencar alerta que a educação brasileira não sofre apenas os efeitos deletérios da crise do coronavírus, mas, para além disso, da tragédia que se abateu sobre os rumos da educação a partir do desgoverno Bolsonaro. O atual governo, comenta o professor, pratica uma destruição de tudo o que se conquistou anteriormente; está em curso um desmonte e uma tentativa de aparelhamento ideológico da educação por parte os interesses obscurantista desse governo. O professor, em seu diálogo com a professora Telma, descreve com indignação os retrocessos em curso contra a educação brasileira e destaca que se faz necessário resistir a essa onda fascista. Outro conteúdo presente no diálogo é sobre o ensino remoto. Francisco Alencar Mota critica, apesar das boas intenções, severamente a forma como vem sendo instituída sem o preparo e as bases técnicas necessárias. Destaca ainda que a pandemia expôs e agravou as contradições de nosso sistema educacional e tem aprofundado as desigualdades no país.

Outra videoconferência interessantíssima coordenada pela professora Telma e que poderemos ler neste livro é de Marcos Aguiar Ribeiro, que fala da saúde pública brasileira e, particularmente, dos profissionais de saúde. O pesquisador - que também é profissional da enfermagem-, destaca o papel desses profissionais, que se estende para muito além da dimensão técnica e que se tratam de gestores do cuidado. Marcos destaca a importância da formação dos profissionais da saúde, da necessidade de um currículo que tenha presente a dimensão da interdisciplinaridade em que possam mergulhar no sistema de saúde, mergulhar no contexto social para que consigam entender que fazer saúde é muito além de tratar a doença, de enxergar o todo, o contexto social, econômico, político, cultural, histórico envolvido nas relações de trabalho, nas relações de saúde-doença. Isso precisa, diz ele, ser considerado e ser relacionado aos projetos terapêuticos, que precisam ser singulares de acordo com as necessidades de cada usuário. Faz referência ao

que denomina de tecnologias leves em contraposição às tecnologias duras, tecnologias relacionadas à dimensão relacional, tecnologias que vão ao encontro de subjetividades. Aborda ainda, entre outros temas, o movimento *Nursing Now* de valorização da enfermagem e a importância do Sistema Único de Saúde - SUS, que é muito mais do que um sistema de saúde. Sugere que a problemática da doença precisa ser contextualizada como manifestação social, econômica e demográfica. A doença como um construto social resultante de uma série de variantes: familiares, econômicas, políticas, sociais.

Um estudo pioneiro e inovador é tema da conversa com Luiz Antonio Araújo Gonçalves, que se encontra presente nessa edição do E-book, que trata dos trabalhadores das feiras e dos mercados públicos no nordeste brasileiro. Nessa pesquisa, que pode ser caracterizada como etnográfica, o entrevistado dá relevo ao papel dessas 'instituições' no cenário nordestino como o lugar não apenas da economia, mas também como manifestação cultural e de sociabilidade. Não são poucos os nucleamentos urbanos que derivam de feiras em sua origem, a grande maioria, do comércio do gado e, posteriormente, se estendendo para o comércio de produtos agrícolas e de produção têxtil artesanal, num primeiro momento e depois industrializado. Luiz Antonio dá relevo ao fato de que as feiras populares têm conseguido transitar do seu modelo tradicional para o 'diálogo' com as formas contemporâneas de comércio, acompanhando a reestruturação produtiva do capital; porém com uma permanência, a de que se trata de trabalhadores que continuam na informalidade. Mostra a capacidade de arranjos e criatividade desses trabalhadores em situações atípicas, como a da pandemia em que estamos metidos. Cita o caso da "estética da máscara de proteção facial". As máscaras, diz ele, têm sido uma saída para esse momento de crise, vemos as opções de sair das cores branca, verde e azul, mais comuns nos hospitais, e a confecção de máscaras que rompem com a homogeneidade e agregam novos elementos. Isso aponta o caráter, aponta o pesquisador, de acesso e democratização que a confecção popular promove no espaço da feira e democratiza essa estética do corpo, da

vestimenta, transferida nesse momento para a produção de máscaras personalizadas. Destaca inclusive o uso das redes sociais, das plataformas de pagamento, das várias formas de creditar, estratégias utilizadas por feirantes para otimizar as vendas. Uma instigante entrevista que nos faz mergulhar nesse mundo diverso e rico das feiras populares.

A 'geografia' e os trabalhadores é o tema da professora e geógrafa Glauciana Alves Teles. Em sua conversa com a professora Telma, a pesquisadora apresenta os seus estudos sobre o complexo industrial e portuário do Pecém no Ceará. Interessa a ela sobretudo o redesenho desse espaço geográfico e como se dá dentro dele a circulação dos trabalhadores. Chama a atenção para o fato de que Pecém indica a inserção do Ceará no processo da globalização. O grande foco da pesquisa, destaca Glauciana em sua entrevista, foi para além do recorte espacial, a mobilização de capital, trabalho e de força de trabalho entre os anos 2012 se estendendo até 2016, para construção das duas grandes empresas no complexo de Pecém. No canteiro de obras se misturam trabalhadores brasileiros migrantes de vários estados nordestinos com trabalhadores de outras nacionalidades. Interessa-se então pela sociabilidade que se cria nesse espaço, incluindo os conflitos entre os próprios trabalhadores, entre as empresas e entre os sindicatos.

A jornalista, professora e doutoranda Mayara de Araújo em sua entrevista aborda os profissionais da comunicação e das mídias na turbulenta conjuntura mundial e brasileira. Aborda o lugar e papel da imprensa como ainda o privilegiado mecanismo de agenciador dos temas de debates na sociedade brasileira. Chama atenção, porém, que ao lado da 'grande imprensa' se impostaram as mídias alternativas e suas plataformas de difusão, como as redes sociais. O grande desafio, diz ela, é lidar com essa sociedade redacional e entender que não são mais só os jornalistas quem produzem consensos e dissensos, que não é só mais o jornalismo que modela o pensar e o agir. Em sua opinião, a grande diferença hoje é lidar com essa sociedade que incorpora muito dos nossos conceitos e ética e muitas vezes os utiliza de forma equivocada para manipular, para falsear, para gerar

informações. Aqui, a pesquisadora coloca em relevo a problemática do fenômeno das *fake news*, que em sua opinião não podem ser tratadas como notícias ou jornalismo de qualquer gênero, uma vez que notícia falsa não é notícia, é desinformação, é crime. Simples assim. A mentira jamais pode ser considerada como produto do jornalismo. Alerta que a gravidade da situação hoje é a de que a desinformação se tornou uma política de Estado. Mayara faz uma importante distinção entre a ideologia presente nas editoriais da grande imprensa e da mentira veiculada por outras plataformas. A jornalista aborda ainda o delicado debate sobre a regulação das plataformas de comunicação, da definição de regras que impeçam o jogo sujo das mentiras, de combater aquilo que não é real e cita o WhatsApp como uma terra sem lei. Em sua conversa, fala também do crescente processo de precarização dos profissionais de comunicação, que se agravou com a pandemia, do trabalho remoto em home office.

O professor Joannes Paulus Silva Forte, do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA compõe o conjunto das entrevistas falando da economia solidária em tempos de coronacrise. Estudioso das transformações do mundo do trabalho e tendo presente a altíssima informalidade na sociedade brasileira, o professor resgata as estratégias dessa outra economia como forma de garantia de trabalho e renda para milhares de pessoas. Interessante nessa conversa é perceber que a economia solidária é uma contestação a uma ideologia que tenta empurrar todos para o individualismo, como se a saída para a crise fosse individual. É nesse contexto que surge o modelo de 'uberização do trabalho', manifestação de precarização. O pesquisador destaca que precisamos reagir ao discurso do 'novo normal' como tendência que normatiza e normaliza a precariedade da vida. Joannes aborda o forte ataque do capital e do governo na destruição dos direitos dos trabalhadores e, nesse contexto, situa a resistência da economia solidária, onde se desenvolvem processos de trabalho, de produção, de comercialização, de consumo, de crédito e finanças que são movimentados por diferentes atores e atri-

zes do mundo do trabalho. A economia solidária, que recebe várias denominações, como uma articulação também preocupada com o meio ambiente. A economia solidária é uma possibilidade interessante para o enfrentamento da coronacrise, afirma. Sugere aqui um interessante debate, o de que a economia solidária imposta a possibilidade de uma política de trabalho e renda autogestionária e não dependente do Estado e do capital.

Fica o convite para a leitura dessas instigantes videoconferências e o agradecimento ao belo trabalho desenvolvido pela professora Telma Bessa Sales, que apesar das enormes dificuldades impostas pela pandemia da Covid-19 encontrou formas criativas de continuar trabalhando e contribuindo com a produção do conhecimento.

Cesar Sanson

Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

VIDA E TRABALHO EM REDE: A internet que fragmenta e conecta trabalhadores

Os que previram o fim do trabalho como consequência da evolução tecnológica das indústrias erraram feio. É o que nos diz o professor e pesquisador Ricardo Antunes (Unicamp) desde sua obra central, “Os sentidos do trabalho”, até suas produções mais recentes, como “O Privilégio da Servidão” e “Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado”. O advento da indústria 4.0 e da internet das coisas não foi o suficiente para retirar dos humanos a obrigação do trabalho. Pelo contrário. Hoje, um grande contingente de desempregados se mobiliza para sobreviver, sujeitando-se a quaisquer formas precárias de subsistência; e outros tantos trabalhadores fixos são instados a uma série de adaptações e reordenamentos, a fim de manter seus empregos. Formais ou informais, uma coisa é certa: sem trabalhadores, a economia não anda. E a pandemia do novo coronavírus está aí para comprovar.

O vírus que se instala nos corpos altera não somente o funcionamento do organismo humano, mas do corpo social. Evidencia e aprofunda crises já em curso, em diversos setores, levando sujeitos do mundo todo a reorganizar seus modos de viver e trabalhar: o trabalho remoto (ou home office) rompe as fronteiras entre casa e escritório, confundindo e sobrecarregando demandas pessoais, domésticas, familiares e profissionais. O comércio se reinventa através de modalidades de e-commerce e delivery, correndo contra o tempo para adotar medidas de segurança sanitária.

E aqui se revelam de maneira mais clara as contradições próprias da vida e do trabalho: ao mesmo tempo em que a internet, base da indús-

tria 4.0, mobilizada pelo capital, colabora com processos de dominação e oferece meios de monetização às indústrias através do estratégico comércio de dados, também ela pode ser utilizada como meio de subversão, interação e comunicação por trabalhadores e trabalhadoras.

Através de seus relatos em rede, ao vivo, por plataformas de redes sociais, acessadas por smartphones e planos de dados móveis, pessoas de diversas áreas produtivas são capazes de compartilhar conhecimentos não só sobre o que fazem, mas discutir as condições de produção, apontar desafios, evidenciar panoramas, denunciar precariedades... e construir resistências.

Ao dissertar sobre as bases do binômio comunicação e trabalho como método de pesquisa, a pesquisadora Roseli Figaro (USP) destaca a potência do ato de comunicar sobre o trabalho. O trabalhador, ao relatar o seu fazer, revisa e repensa a si mesmo, dando sentido à sua própria vida. Pois é preciso considerar o pêndulo contraditório do trabalho: por seu viés capitalista, como meio de dominação e geração de desigualdades, o trabalho é abominável. Mas trabalhar, como ato produtivo e transformador da realidade, faz parte da vida e a ela dá sentido. Trabalho e vida seguem imbricados. Assim, falar do trabalho é dizer da vida do trabalhador, suas condições, impressões, sentimentos, subjetividades.

E se antes já compartilhávamos muitas dessas narrativas através de ambientes sociais analógicos (nas conversas entre amigos, no cafezinho em intervalos do trabalho, em encontros para planejamentos estratégicos) e digitais (listas de e-mails, comunidades do Orkut, páginas do Facebook, grupos de WhatsApp), agora, com a necessidade de distanciamento social imposta pelo novo coronavírus, percebemos nossas vidas ainda mais mediadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) - tão complexas, desiguais e contraditórias quanto quaisquer criações humanas - que ora reorientam nossos modos de trabalho, ora nos aproximam de entes queridos e proporcionam compartilhamento e construção de conhecimento.

Admitindo a possibilidade de transportar a etnografia ao ambiente virtual, a cientista inglesa Christine Hine refuta a ideia da internet como ambiente isolado da cultura humana. Para Hine, a web deve ser vista “como forma de comunicação, como objeto dentro da vida das pessoas e como lugar de estabelecimento de comunidades”, pluralidades que sobrevivem de maneira dinâmica, através dos usos, interpretados e reinterpretados, que se fazem dela.

Este livro é fruto de muitos desses momentos preciosos de interação digital entre trabalhadores e trabalhadoras que, durante a pandemia do novo coronavírus, decidiram comunicar e debater sobre os desafios impostos às suas realidades, utilizando a mediação digital não apenas como artefato cultural/aparato técnico, mas como vivo elemento da cultura, apropriado para aproximar seus interesses e partilhar subsídios para seguir adiante.

Os encontros semanais organizados pela professora Telma Bessa, em seu perfil pessoal do Instagram, construíram um frutífero ambiente interativo que agora, como forma de ampliação dos debates e de construção de conhecimento e memória, chegam a você, leitor e leitora, em forma de livro. As nove conversas, realizadas na espontaneidade ao vivo, descortinam campos e dimensões diversas do trabalho: de jornalistas a docentes; do setor de saúde ao de turismo; da economia solidária ao comércio informal; do trabalhador migrante, no Porto do Pecém, ao rural, do Movimento Sem Terra (MST). Em todos estes relatos digitalmente mediados, as características da plataforma escolhida, o Instagram, garantem interatividade e hipertextualidade, elementos que se evidenciam nos diálogos, seja através da participação instantânea de usuários e usuárias, nos comentários; seja pela citação de exemplos, imagens, documentos, relatos outros - referências externas ao momento da conversa, mas apropriadas pela webnarrativa em curso a fim de enriquecê-la.

Seguindo a proposta transmídia deste material, além das transcrições aqui reunidas, o leitor e a leitora podem ter acesso às entrevistas através dos destaques do perfil pessoal da professora Telma

Bessa, no Instagram (@telmabessasales), que permitem a apreciação audiovisual do conteúdo deste livro. Os registros em áudio e vídeo, além de manifestarem outra importante característica das narrativas em rede - a memória - proporcionam a contemplação dos sujeitos em diálogo: troca de olhares, respirações, silêncios, trejeitos etc., as-sentindo à convocatória feita, certa vez, pelo poeta Manoel de Barros: “não pode haver ausência de boca nas palavras, nenhuma fique desamparada do ser que a revelou”. Seja por vídeo, áudio, foto ou texto, este rico trabalho de compilação e partilha de conhecimentos assegura que os trabalhadores e as trabalhadoras por trás das palavras se revelem: seus modos de fazer, suas leituras do presente e suas perspectivas de futuro.

Ms. Mayara de Araújo

Jornalista e doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM-UFC)

CAPÍTULO 1

OS TRABALHADORES DO TURISMO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Mediação: Telma Bessa

Com: Moema Hofstaetter ¹

Diálogo realizado no dia 02 de junho de 2020, às 14h.

TB - Olá, boa tarde! Estamos aqui mais uma vez, no nosso encontro de terça-feira, para conversar sobre o mundo do trabalho. Vamos receber a nossa convidada, a professora Moema Hofstaetter.

MH - Boa tarde! Muito obrigada pelo convite. É um prazer estar aqui!

TB - Mais uma vez estamos aqui, nesses tempos de quarentena e isolamento social, para continuarmos nosso diálogo sobre o mundo do trabalho.

São tantas lives nos dias de hoje, que temos de agradecer e valorizar a nossa parceria. Todas as terças-feiras nos encontramos aqui para debater e conversar sobre um tema importante para nós, para nossos alunos, para os pais dos nossos alunos, com uma temática que interessa a todos.

Nossa ideia hoje é de conversar especificamente sobre uma área que também está sentindo muito os efeitos da pandemia, que é a área do turismo.

Sou Telma Bessa, professora de história da UVA (Universidade do Vale do Acaraú), em Sobral (CE), e nós gostaríamos de agradecer a par-

¹ Mestra em Estudos Urbanos e Regionais pelo Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e doutoranda pelo Departamento de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Bolsista CAPES, moema.natal@hotmail.com.

tilha de seu tempo, para estar aqui conosco. O que estamos ouvindo com a travessia dessa pandemia é que tudo vai mudar e nada mais será como antes, como inclusive um dos artigos da professora Moema vem nos dizer. E como será então a área do turismo? É exatamente sobre isso que iremos conversar hoje com a professora Moema Hofstaetter.

Iniciamos o mês de junho dando continuidade a esta discussão sobre o trabalho. Já abordamos aqui assuntos como “a metamorfose das feiras”, “economia solidária”, “trabalhadores rurais”, durante todo o mês de maio. No mês de junho, daremos continuidade com essa reflexão iniciando pelo turismo. Gostaria que a professora Moema se apresentasse, para darmos início com as considerações e irmos para a primeira questão.

MH - Boa tarde a todos e à professora Telma pelo convite! Tenho acompanhado as lives e essa proposta em muito me instiga. O mundo do trabalho me interessa bastante. Não sou turismóloga, sou graduada em filosofia (UFPR), com mestrado em estudos urbanos e regionais (UFRN). O foco da minha pesquisa de doutorado (departamento de turismo da UFRN) é o desenvolvimento do território. Optei pelo doutorado em turismo porque no meu mestrado eu me deparei com os municípios turistificados e me perguntei: “como um setor que gera tanta riqueza não contribui satisfatoriamente para o desenvolvimento do território e para a melhoria da vida das pessoas que ali vivem?”.

TB - O hábito de viajar é bem antigo. Selecionei alguns autores aqui, dentre eles o Amaral Junior (2012), que afirma que “logo após as pirâmides do antigo Egito serem construídas por volta de 2.700a.C, já atraíam visitantes por motivos religiosos ou simplesmente por curiosidade. Em 1800 a.C, os egípcios já faziam deslocamentos para participar de eventos festivos”. Logo, percebe-se que eram caminhos simples, em várias temporalidades, para atravessar a Mesopotâmia. Este hábito nosso de sermos andarilhos, de caminhar, conhecer outras localidades é, de fato, bem antigo.

Gostaria de destacar que, no século XVI, fazendo um salto bem grande, os filhos das elites europeias completavam a sua educação, sua formação, com viagens para conhecer outras culturas, para aprender outros idiomas, para comprar obras de arte, para visitar monumentos antigos em Paris, na França, e em Roma, na Itália.

No século XVIII, com a propositura de atividade de um inglês, chamado Thomas Cook, tem-se o primeiro registro da primeira atividade vinculada ao turismo. Este fazia excursões ferroviárias com os trabalhadores em tempos de férias, para descansar do ano do trabalho. Eu trouxe uma citação que diz: “Thomas Cook ampliou suas atividades em cidades de outros países da Europa como França, Bélgica, Alemanha, Suíça, Itália e foi também, notadamente, para os Estados Unidos, e organizou as primeiras viagens, criando o que ficaria hoje conhecido como as agências de viagem”. No pós-guerra, pós 45, surge o turismo cultural pago, com empresas especializadas, gerando lucro. Embora não sejamos turismólogas, é interessante perceber este processo histórico.

Logo, vemos que em 1841, esse cidadão da Inglaterra começou esta atividade que, no século XIX, acentuou-se como uma atividade de agência de turismo.

O surgimento deste turismo e deste processo vem se desenvolvendo a partir do consumo de bens culturais, o que envolve a economia, com serviços, as pessoas em movimento, e o patrimônio cultural. Nós, da área de história, nos debruçamos muito sobre a discussão do patrimônio. Então não vamos entrar nesta seara.

Aqui no Ceará, temos um canal especializado, do professor Adson Pinheiro (doutorando UFRJ), que traz a discussão sobre o patrimônio. Em Sobral temos a Casa do Capitão Mor, que traz muita discussão sobre o patrimônio, bem como as redes, da professora Regina Raick, conhecidas como ateliê e o grupo de pesquisa. Então, temos assim, uma riqueza e pluralidade sobre a discussão do patrimônio. Logo, não vamos conversar nesse sentido.

Gostaríamos de perguntar então, sobre as políticas públicas para o turismo. No Brasil, a ideia de políticas observa-se através do Ministério do Turismo, mas antes da existência deste, quem regulava a atividade, nos anos 1950 era a EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo), e, naquele momento, o interesse eram os atrativos culturais, naturais e os bens culturais, com um olhar especial para aos biomas como a caatinga, o serrado, os pampas, o pantanal. Então, de 1966 para cá, muita coisa mudou. O Ministério do Turismo, por exemplo, que antes era atrelado ao Ministério dos Transportes, hoje tem autonomia. Atualmente fala-se de um outro turismo, pelo menos no que diz respeito à documentação brasileira de 2003, como por exemplo, a lei de número 10.683, que afirma possuímos hoje um turismo sustentável, com controle do uso do meio ambiente, para evitar problemas de irresponsabilidade com o uso dos recursos que temos.

Então perguntamos: Como está a situação do turismo hoje?

MH - Vou aproveitar tua reflexão anterior sobre Thomas Cook, como um marco importante da modernidade do turismo.

As viagens começaram como descanso, como possibilidade de atendimento à saúde. As pessoas deslocavam-se para ir à praia, porque o clima era melhor. Os filhos da classe mais abastada viajavam para conhecer outros lugares, realizavam viagens culturais, visitação a monumentos, a outras realidades. Estas viagens foram ganhando corpo e, já no século passado, nos últimos 30 anos, têm-se falado nos documentos internacionais que o turismo é associado a duas palavras, quais sejam, expansão e resiliência. É interessante observar que, em setembro passado, tivemos o grande colapso das empresas originárias de Thomas Cook, o que foi um choque para o turismo, pois se imaginava que tudo estava resiliente e tranquilo, e logo então, o mundo do turismo é surpreendido com o colapso deste império. É um marco atual para as pessoas do turismo, pois demonstra que o turismo não é tão resiliente.

Com a Covid-19, a expansão e a resiliência do turismo caem por terra.

Você cita o turismo como um setor também afetado pela Covid-19 mas, talvez, o turismo seja o setor mais afetado por esta nova realidade, porque hoje o número de pessoas que viajam a trabalho, para compromissos e para lazer é muito grande. E os dados confirmam isto.

O relatório do Fórum Econômico Mundial (2017)² afirma que, pelo sexto ano seguido, o crescimento da indústria do turismo superou o crescimento da economia global. Segundo as informações do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC, 2019), enquanto a economia global cresceu 3,2%, em 2018, as viagens de turismo cresceram 3,9%, representando assim 10,4% no PIB, tendo gerado algo em torno de 319 milhões de empregos em todo o mundo.

Então, agora imagina o que significa a mobilidade do vírus, que se tornou móbil, ele viajou com os profissionais e com os turistas por todo o mundo. Então chegamos nesta nova realidade, a quarentena, que afeta em cheio o setor do turismo, que talvez seja o setor que mais demore a se reconstituir.

Em relação às políticas públicas, nós temos diversos programas que atuaram em um primeiro momento em infraestrutura, como observamos em Fortaleza, Recife e Natal, onde as principais rodovias foram construídas com recursos destes planos nacionais do turismo. Depois, tivemos outros programas que priorizaram os biomas, os ecossistemas, o desenvolvimento do local (para mais informações, ver Rita de Cássia Ariza da Cruz).

Uma verdade tem de ser dita, que inclusive é uma das teses que defendo no meu doutorado, sendo ela: "Por que nós temos de seguir o padrão de internacionalização do turismo?". Porque, na verdade, as políticas públicas e os programas são pensados e desenhados no sentido de olhar a nossa realidade, o nosso lugar, o nosso bioma, a nossa população, mas as cartas são dadas pela lógica internacional do turismo. Então os objetivos não são efetivados.

2 World Economic Forum. (2017). *The Travel & Tourism Competitiveness Report 2017: Paving the way for a more sustainable and inclusive future*. Recuperado de <http://www.sela.org/media/2756841/the-travel-and-tourism-competitiveness-report-2017.pdf>

Eu defendo, como estudiosa do turismo e desenvolvimento, que se olhe mais para o desenvolvimento do território, olhe mais para o local. Não basta crescer, precisamos desenvolver. Se der tempo, ao fim desta live, quero trazer uma reflexão neste sentido, pois a pandemia é uma oportunidade de olharmos para nós, para o interno, e não para o externo.

TB - É importante salientar que a criação da EMBRATUR deu-se no contexto da ditadura civil-militar.

Temos apontamentos e pluralidade de pesquisas que afirmam, inclusive, quando de fato deu-se o início dessas atividades.

Recebemos o seguinte comentário: “Os hotéis estão fechando as portas, as companhias aéreas decretando falência”. Isso é muito preocupante, pois bate com o que você nos disse, que o setor do turismo é um dos que está sentindo diretamente os efeitos desta crise. Gostaríamos que comentasse sobre este ponto.

MH - Início afirmando que no turismo temos poucos dados, uma vez que se trata de um setor muito amplo. O turismo não se restringe apenas aos hotéis, alimentos e bebidas. Mas o compõem diversas categorias de trabalhadores formais e informais, como bugueiros, fotógrafos, barraqueiros, vendedores ambulantes, por exemplo, que representam uma parcela expressiva deste setor.

Gostaria de trazer presente uma pesquisa realizada e divulgada pelo SEBRAE³, em que a mesma, através de entrevistas realizadas com 10.384 empresários, sendo destes 348 empresários do turismo, em 26 estados + DF, demonstra o quão preocupante é a situação da pandemia frente ao turismo.

Cerca de 93% desses empresários registraram queda no faturamento mensal, o que aconteceu devido o fechamento dos estabelecimentos. Destes, 38% suspenderam o contrato de trabalho com seus trabalhadores, 30% deram férias coletivas e, com base neste

3 **Boletim de impactos e tendências da Covid-19 nos pequenos negócios.** Edição 8, 22 de maio de 2020. Disponível em: <https://bibliotecas.sebrae.com.br/>.

dado, surge a dúvida sobre a permanência desses trabalhadores nos seus postos de trabalho na pós pandemia, ou se serão estes 30% adicionados à lista dos já demitidos. Aponta-se ainda que 19% reduziram a jornada de trabalho e salários.

A tendência é o quadro agravar-se, porque, a princípio, não sabemos quando as atividades irão retornar. A Fundação Getúlio Vargas (FGV)⁴, através de seu setor de projetos, divulgou um levantamento que foi realizado, apontando que a tendência é que o turismo nacional comece a se reestruturar no período de 12 meses, e que a reestruturação do turismo internacional venha a ocorrer, relacionado ao Brasil, em 18 meses. O que demonstra que o quadro é bem complexo.

Além disto, se olharmos pelo lado do turista, essa pandemia é globalizada. Logo, todos foram afetados, e não se sabe qual será o comportamento do turista na pós pandemia. Que recursos ele vai poder dispensar para realizar as suas primeiras viagens (pós-pandemia). Com isso temos o cancelamento de pacotes e contratos, hotéis fechados por determinação legal, fechamento dos diversos estabelecimentos.

O que percebemos é que temos uma gama de trabalhadores formais que estão tendo seus contratos de trabalho desfeitos ou precarizados. No entanto, temos de olhar para o outro lado, onde o turismo, que se apresenta como um setor de serviço, possui uma enorme quantidade de trabalhadores informais. Cerca de 50% dos trabalhadores da América Latina trabalha no mercado informal. Temos ainda, como dado, que 70% dos brasileiros ganham apenas um salário mínimo.

Percebemos assim, que os estados, municípios e o Governo Federal têm inúmeros desafios no período vindouro. Segundo o último Relatório do Conselho Mundial do Turismo, 1 a cada 5 empregos do último ano foi gerado pelo turismo, e que a perspectiva, contado apenas com 3 meses de confinamento (apenas este período, e não contabilizando um maior), é de que 100 milhões de empregos no se-

4 **Estudos e Pesquisas.** Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/estudos-e-pesquisas-1/>.

tor do turismo sejam eliminados. O que nos leva a ver que resiliência e expansão caem por terra com o surgimento da Covid-19.

TB - Comentou-se a respeito do Warren Buffett, que fez uma rápida análise das possíveis consequências da pandemia, e veio a vender todas as suas ações de companhias aéreas no final de abril/início de maio.

Recebemos a seguinte pergunta: “Como conciliar uma política de turismo sustentável com a realidade da indústria turística de promovê-lo baseado na produção de não lugares e de não identidades?”

Comentou-se ainda que, além das grandes empresas, com sua importância para o setor, o mais importante seria pensar nos trabalhadores, tanto os formais quanto os informais. Agora é hora de repensar as relações de trabalho e de exploração que estão envolvidas no turismo.

MH - Acredito que chegamos exatamente ao ponto, que é pensar nos trabalhadores. Em verdade, temos de pensar várias facetas. Além de pensar nos trabalhadores, precisamos pensar nas localidades, uma vez que os trabalhadores desempregados são pessoas que formam e forjam o nosso local. Então, de que forma nós, enquanto estados nordestinos, vamos pensar o nosso futuro com um grande contingente de pessoas sem renda. Dando seguimento ao turismo como exemplo, temos os bugueiros, guias, trabalhadores diaristas, faxineiros, camareiras, recepcionistas, ambulantes, barraqueiros, balseiros, artesãos, todos sem renda, pelo tempo que durar a pandemia, e por um grande tempo depois. Geralmente são funções com menor grau de especialização, já com um salário baixo, e que agora se encontram completamente sem renda, expondo-as às filas da Caixa Econômica Federal para conseguir o auxílio emergencial, o que os coloca numa encruzilhada: morrer de fome ou morrer por contrair a doença nessas filas, uma vez que precisam garantir o sustento de sua família. Em síntese: morrer ou morrer.

Gosto muito de citar o economista português Boaventura de Sousa Santos⁵, que acabou de lançar seu livro “A cruel pedagogia do vírus”.

5 SANTOS, Boaventura de Souza. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Portugal: Almedina, 2020.

Segundo ele, para estes trabalhadores, tanto os formais que estão perdendo os seus trabalhos quanto os informais, a indicação por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS) para trabalhar em casa e em auto isolamento, é impraticável, pois esta nova realidade os obriga a escolher entre ganhar o pão diário ou ficar em casa e passar fome.

É sabido, nos dias de hoje, que precisamos ficar em casa. Mas cabe a reflexão sobre os que podem, de fato, ficar em casa. Observamos que muitos trabalhadores estão saindo do confinamento porque precisam sobreviver, já que estamos nos referindo ao Sul do Mundo, à América Latina, ao Brasil e especificamente ao Nordeste, onde não existe um estado de “bem-estar social”. E trata-se ainda de um lugar onde, a partir dos moldes do atual governo, observa-se um retrocesso dos direitos conquistados com anulação de direitos adquiridos.

Então, como estas pessoas serão capazes de resolver o conflito entre o dever de alimentar suas famílias e o dever de proteger as suas vidas? Morrer do vírus ou morrer de fome? Essas são as opções!

Pensando pelo lado da saúde, quem tem fome não tem sobra para comprar sabão e água a preços que começam a sofrer o peso da especulação. Essas pessoas, muitas vezes, não têm condições de moradia, de higiene.

Mas o que eu tenho a ver com isso? O que você tem a ver com isso? O que o turista tem a ver com isso?

Entramos assim em uma das questões que apareceu nessa live, que fala sobre a aparência e a fabricação de territórios. Gosto de trazer à tona esse tema, e com ele o sociólogo e filósofo polonês Bauman, que fala da modernidade líquida, porque seus conceitos dialogam muito bem com o turismo. Bauman diz que “o aqui e agora, o imediato, a realização das sensações, é o que importa. Vivemos na modernidade líquida, onde nada é perene, tudo é imediato, liquefeito. Se a qualidade importa, a intensidade importa ainda mais.”⁶ Vamos isso na experiência turística.

6 Bauman, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Mas com a pandemia, em que lugar fica o imediato? O imediato é quando? O aqui e o agora, a realização das sensações importa mais que a vida? Mais que a minha vida? E a vida do outro? Não é hora de enquanto sociedade olharmos para o outro? Pensar em processos includentes, coletivos e solidários? Onde fica o desejo e a vontade da comunidade, que é recepcionista do turismo? É levado em consideração? São perguntas que precisamos nos fazer.

Quero concluir esta parte da minha fala dizendo que esta crise nos coloca duas contradições. Vivemos hoje na pós-modernidade, que nos permite viver a liberdade de forma mais intensa (o que não é uma realidade para todos), através da mobilidade dos fluxos e da conexão global. Esta mesma liberdade nos é tirada, através dos mesmos fluxos e conexão global, pela mobilidade de um vírus. Estamos todos conectados, e não só virtualmente.

Então o filósofo francês Gilles Lipovetsky (2020)⁷, criador do conceito de “hipermodernidade”, fala que a pós-modernidade, que tem como uma das suas principais características a exacerbação do individualismo que, associado aos avanços tecnológicos, permite a uma parcela das pessoas usufruírem da sua liberdade, de forma inquestionável. No entanto, ela é usada numa perspectiva individualista, sem a preocupação com o todo. Ou seja, os turistas usufruem do mundo sem qualquer responsabilidade coletiva. Aqui, estamos nos referindo ao meio ambiente, ao aquecimento global, ao direito das minorias, à construção das cidades, à liberdade e desejos do povo local.

Sintetizando as contradições, podemos afirmar que a pós-modernidade propiciou viver a liberdade intensamente, estando o mundo à disposição das pessoas (não de todas) do ponto de vista das facilidades dos fluxos, mas, exacerbando o individualismo sem responsabilidade coletiva, o que talvez seja uma das marcas mais fortes da pós-modernidade.

7 <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597016-o-coronavirus-e-um-sintoma-da-hipermodernidade-entrevista-com-gilles-lipovetsky>

Assim, respondemos as questões que foram levantadas, mostrando que esta pandemia nos possibilita um olhar para o todo, só que de uma outra forma.

TB - Recebemos a seguinte pergunta: “Como se pode pensar em uma política de turismo sustentável com esta realidade, que promove e produz os ‘não lugares, as não identidades’, o não assumir o compromisso e a corresponsabilidade com a cultura local, com as comunidades?”

Temos ainda comentários feitos por alguns dos presentes. Um deles afirma que o turismo será afetado, inclusive, pelos recursos emocionais dos sujeitos. Viajar nesse período será inquietante. Outro comentário fala que o turismo pede socorro aos governos para tentar cobrir lacunas e evitar demissões em massa. No futuro, é necessária a ajuda.

Um último comentário para este bloco fala que devemos lembrar que haverá aumento da composição orgânica do capital em várias ACPs, fato que irá exacerbar ainda mais o processo de precarização do trabalho.

MH - Gostaria de comentar um pouco antes sobre a questão do Estado, que nos foi trazida em algum momento da discussão. Faz 40 anos, desde que, ainda na década de 70, quando foi instituído oficialmente o neoliberalismo, que há uma primazia absoluta do mercado. Quem vem da área de humanas sabe que os três princípios de regulação da sociedade moderna são o Estado, o mercado e a comunidade. Contudo, nos últimos 40 anos, a prioridade tem sido o mercado, em detrimento do Estado e da comunidade. Fala-se sempre na questão do “Estado mínimo”. Então, o que a pandemia nos possibilita pensar? A retomada do importante papel do Estado, uma vez que esta pandemia nos mostra que precisamos pensar e repensar os arranjos de produção. A globalização, frente aos atuais contextos, mostrou-se ineficaz. Precisamos pensar localmente muito mais do que globalmente.

Como exemplo, observamos que não há mais insumos, que não possuímos mais respiradores e máscaras. Não é possível depender da China para ter esses insumos. Dessa forma percebemos que a globalização, partindo dessa visão, se mostra ineficaz frente a pandemia.

Em uma live da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), com as empresas aéreas GOL, AZUL e LATAM, eles afirmam que estão voando com apenas 5% da frota. Que foram realizadas adaptações nos aviões para buscar medicamentos e insumos na China. Logo percebemos que há queda de viagens, num montante de 95%, e que os 5% restantes foram canalizados para a busca de insumos em outras partes do mundo, isso mostra que a globalização deu errado e que precisamos pensar nisso.

Precisamos pensar na nossa agricultura e na nossa soberania alimentar. Na região Sul do país, a distribuição de alimentos para as famílias carentes está sendo realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e não pelo agronegócio, uma vez que ele não produz alimentos. Logo, temos de aproveitar essa oportunidade dada pela pandemia para que todos nós, enquanto comunidade internacional, repensemos os nossos padrões de convivência global, para que possamos enfrentar outros problemas graves, como por exemplo a desigualdade de renda, as diferenças de liberdade, as diversas formas de violência (fazendo uma ressalva enquanto mulheres que somos, do aumento do número de violência contra as mulheres durante os confinamentos em todo o mundo, e também do aumento em relação à violência infantil)⁸.

Temos de enfrentar os conflitos dos deslocamentos humanos. Temos de falar também, no mês do meio ambiente, sobre o debate e ações efetivas das mudanças climáticas.

Gostaria de dizer ao grupo de pesquisa, que levantou algumas questões, que esse assunto colocado é o “X” da questão é o que venho discutindo na minha tese. Hoje, eu diria que nós temos duas vertentes no turismo. Uma vertente que me agrada e gosto sempre de trazer, é a do filósofo coreano Byung-Chul Han (2020)⁹, onde ele afirma que, “após a pandemia, o capitalismo continuará ainda com mais pujança

8 <https://demografiaufrn.net/2020/04/09/violencia-domestica-no-contexto-de-isolamento-social-no-nordeste-e-rn-porque-se-preocupar/>

9 <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597343-o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofista-byung-chul-han>.

e os turistas continuarão pisoteando o planeta.” Esta é uma possibilidade, e eu quero acreditar em uma outra possibilidade. Acredito que possamos fazer um esforço, e que a única saída, frente ao fracasso da globalização, seja pensar em uma nova forma de viver, uma forma mais solidária, com ações coletivas, com ações menos individualistas.

Se a intenção é trazer isso para o turismo, significa dizer que, nos próximos anos, precisamos privilegiar o turismo local, através de processos locais, através de processos comunitários, uma vez que as viagens serão mais curtas e para locais mais próximos. Podemos afirmar o anteriormente dito, já que foi ponderado por algum participante da live que as longas viagens proporcionarão um grande estresse emocional. Será preciso crescer “para dentro”, e não para fora”. Assim como precisamos olhar para dentro de nós emocionalmente, economicamente também será preciso olhar para dentro, e não para fora, tentando valorizar as potencialidades espaciais e localizadas.

Podemos citar, como exemplo, uma parte do meu trabalho de campo, que está sendo realizado também no município de São Miguel do Gostoso (RN), mais precisamente na comunidade da Tabua. Nesta comunidade, tem uma senhora chamada Dona Anunciada, que faz o melhor doce de caju que eu já comi em minha vida. E onde ela vende? Em nenhum restaurante local. Em nenhuma pousada local. Todos os restaurantes e pousadas oferecem e vendem o doce de caju industrializado, pois aquele produzido localmente não dispõe da infraestrutura necessária para o processo da sua produção, condizente com as normas da inspeção sanitária. Por este motivo, este produto é conhecido como artesanal. Então vejamos, se vamos pensar em processos locais e comunitários, os municípios e os estados vão precisar resolver o problema da inspeção sanitária, uma vez que se trata de um simples detalhe. Observamos que todos esses restaurantes e pousadas poderiam estar desenvolvendo aquela comunidade, comprando o produto daquela associação de mulheres. E nós temos “n” exemplos, já que imagino que todos que nos assistem e contribuem com este debate conhecem muitas iniciativas nesse sentido.

Então, se a globalização deu errado, e percebemos isso na falta de insumos para montar nossos respiradores, precisamos olhar pra nós enquanto nação, enquanto Brasil, enquanto estado, enquanto região Nordeste, enquanto processos locais e comunitários, e achar uma saída, inclusive, para potencializar a nossa economia e transformá-la.

TB - Gostaria de agradecer e informar que recebemos muitas perguntas. Realmente essa pauta é muito interessante!

Recebemos um comentário que fala justamente sobre a globalização se tratar de um mundo sem fronteiras para o capital, contudo, para os trabalhadores, sempre houve muitas dificuldades. E ainda, este outro mundo é, de fato, muito exclusivista. Com seleção e classes. Ainda é acentuado no comentário que a questão da sustentabilidade do turismo deve ser pensada do ponto de vista não apenas econômico, uma vez que este pilar é importante, mas não é o único. A sustentabilidade está embasada porque reproduz a exploração que diz combater.

Além disso, recebemos elogios sobre o debate e um outro questionamento. A composição orgânica do “capital mais alto” significa mais tecnologia e menos gente, contudo, a tecnologia não é neutra. Quem pagará a conta serão os trabalhadores.

MH - Um ponto muito bem colocado. Venho assistindo muitas lives do setor do turismo e me impressiona a questão da escassez de debate sobre este assunto que estamos abordando. Em geral, muitos estão preocupados com “quando a malha aérea vai voltar?”, “quando poderei fazer minha viagem?”. Não há essa preocupação no sentido do que estamos abordando agora. Como, por exemplo, as agências aéreas dizem que nosso ambiente é o mais seguro, pois a cada 4 minutos o ar é descontaminado de todos os tipos de bactérias e vírus e garantem que vão seguir todos os procedimentos. Os hotéis seguem esta mesma linha de preocupação.

Entretanto, chamou-me muito a atenção em uma das lives que tive oportunidade de assistir do setor hoteleiro, em que eles infor-

mam que, para garantir a segurança do turista, irão robotizar a entrega do café da manhã. Ou seja, não serão pessoas, e sim máquinas que levarão o café da manhã e outros serviços até os clientes em seus quartos, o que aponta um aumento do desemprego.

A tendência com a questão da tecnologia, segundo muitas lives do setor, é que você vai fazer o check-in sem mostrar documentação, para que ninguém encoste em ninguém. Não haverá mais recepcionistas nos hotéis, comissárias de bordo. O que aponta para um aumento absurdo do desemprego. Desta forma e por esse motivo, eu afirmo que talvez este seja o setor que mais vai sentir as consequências dessa pandemia.

Podemos até, como uma das alternativas quando falamos em questão local, trabalhar o turismo local, o turismo rural, ao ar livre, o turismo de jogos, dando ênfase aos locais abertos e evitando os fechados, como a praia, contudo, com uma série de procedimentos que vão acabar pelo descarte das pessoas.

Então, creio que o grande desafio seja o de como aproveitar esse momento para pensar arranjos de produção, de como pensar no local, na comunidade, no desenvolvimento. Concordo que mesmo com o discurso da sustentabilidade, e mesmo apresentando um conceito de turismo sustentável, temos na prática um questionamento comum: “será isso o turismo sustentável, ou falamos da sustentabilidade do turismo enquanto empresa?”. O turismo sustentável, no que diz respeito à preservação da natureza, das cidades, ainda não ocorre. Temos como exemplos as viagens de muitos ingleses que vão para a Espanha apenas para fazer balburdia que não podem fazer na sua cidade de origem. Mas qual o direito que lhes compete de chegar em uma cidade que não a sua e andar despido pela rua, por exemplo? Perguntou-se se aquela comunidade está disposta àquela exposição? Não! E isso também é pensar em sustentabilidade.

Pensar a sustentabilidade do meio ambiente, pensar as mudanças climáticas. Vejamos como exemplo o mar de Veneza, que está trans-

parente. O que se deixou de produzir de CO² durante esses meses em que estamos em pandemia, desde que os aviões pararam de voar, e vale frisar que eles não voam somente por conta do turismo, mas o turismo representa uma parcela significativa.

Então, será que não podemos propor algo diferente? Intriga-me e em muito me agrada a nomenclatura “sul do mundo”, partindo do sul do mundo. Nós somos diferentes. Agora comenta-se que com uma realidade de um mundo pós-pandemia, vai todo mundo sentir saudade do calor do abraço brasileiro, da receptividade de um abraço ao chegar no Nordeste. Mas será que, com o nosso jeito, não podemos pensar um novo tipo de turismo?

Dessa forma, para encerrar minha fala sobre estes questionamentos, gostaria de trazer presente da professora e geógrafa Cruz¹⁰, quando ela fala que “não seria chegada a hora de pôr fim à divisão territorial gerada pela concepção e modelo de gestão internacional padronizado, de grandes empreendimentos versus as comunidades locais tradicionais, onde se prioriza a transposição espacial para os locais de visita a partir dos desejos dos turistas?”. E como ficam os desejos e os sonhos de quem vive ali? Não conta? Então, não seria esse o momento para rever o nosso jeito de fazer turismo?

Isso serve para o turismo, mas serve para o modelo de sociedade que nós queremos. Quais são e como são as cidades em que vivemos e queremos viver? Qual o modelo de sociedade? Vamos nos desafiar a pensar algo diferente a partir do sul do mundo.

TB - Muito bom! Recebemos mais comentários. Um deles vem nos dizer que esse “não pensar o local no turismo”, fez naufragar as experiências de resorts em paraísos naturais do Nordeste. Camocim (CE) é um exemplo disso. Quando os rumos estavam sendo mudados, chegou a pandemia.

10 CRUZ, R. C. A. Turismo, Produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: BARTHOLO, Roberto; sansolo, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Letra e Imagem (s/d).

Recebemos ainda mais um elogio sobre live e um pedido de que seja repetida em horário noturno, uma vez que tem muitos assuntos e perspectivas que perpassam várias áreas.

Recebemos ainda um comentário que diz que o turismo ecológico tem grande potencial na região norte do estado do Ceará, sobretudo pelas serras presentes. Entretanto, este deve ser incentivado, e com certeza, alavancará a retomada da economia.

MH - Apenas fazendo um adendo e trazendo mais uma informação. O fórum econômico mundial, a cada dois anos, edita o *Travel and Tourism Competitiveness Report*¹¹, que é um relatório sobre a competitividade no turismo. Neste, o Brasil figura em primeiro lugar no âmbito dos recursos naturais. O Brasil é riquíssimo, e temos um potencial enorme para desenvolver o lazer ao ar livre e diversificar. O que nos falta é envolver as comunidades, como já foi dito aqui anteriormente. É algo que até pode dar certo, mas nós esbarramos na dúvida de qual o sentido de trazer o investimento para a localidade que não envolve o lugar em si. A pandemia é um horror, mas abrindo um pouco a mente para pensar, ela nos abre possibilidade de reflexões fantásticas.

Para encerrar esta parte do debate, gostaria de trazer um economista que estou começando a acompanhar e por quem estou apaixonada, mas que infelizmente já não se encontra mais entre nós, o Max-Neef, que é um economista e ambientalista chileno. Ele defende que “a economia e o desenvolvimento deveriam estar à serviço das pessoas e dos ecossistemas, sendo que tanto a economia, quanto o crescimento econômico deveriam estar submetidos à biosfera e todos, sem exceção, deveriam reverenciar a vida.”¹² A pandemia nos obriga a encarar esta realidade.

Como vamos reverenciar a vida, no menor município que seja? Contando com as pessoas que estão lá! Pensar em turismo e desenvolvimento não é para excluir as pessoas, os trabalhadores, em nome de uma higienização que precisa ser feita para garantir o lucro. É pre-

11 <https://www.weforum.org/reports/the-travel-tourism-competitiveness-report-2019>

12 Instituto Humanista Unisinos, 2016.

ciso incluir as pessoas de forma consciente e tomando os devidos cuidados. As pessoas querem se sentir parte desse turismo, e podemos ver isso como uma saída. Podemos partir deste lugar e recomeçar.

TB - Nesse sentido, gostaríamos de falar sobre seu artigo publicado no mês de maio pelo Instituto Humanitas Unisinos (IHU) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em São Leopoldo (RS), onde você diz que “podemos sim propor um programa de turismo, que esteja vinculado a uma estratégia de desenvolvimento, com a perspectiva dos atores sociais, com a perspectiva dos sujeitos que constroem o território, com participação social, com empoderamento da população, incluindo as comunidades. Um outro mundo é possível, a partir do Sul do mundo. Este é o convite à reflexão. Precisamos hoje pensar o amanhã.”¹³ Logo, este é um convite para uma reflexão, na qual pensamos hoje para construir o amanhã.

Gostaríamos que fossem feitas as considerações finais sobre o tema. Antes de tudo, gostaria de agradecer muitíssimo por este excelente debate e agradecer também as pessoas que nos assistem.

MH - Professora Telma, você acabou sintetizando a minha fala final. Este é o convite à reflexão! Acredito que nós pesquisadores temos que ousar e acreditar que um outro mundo e um outro turismo é possível. Seria isso remar contra a maré? Sim! Contudo, percebemos que uma “perna” da globalização quebrou com essa pandemia e talvez seja esse um bom momento para juntar forças e remar com mais facilidade contra essa maré. Falando em minhas crenças, eu apenas acredito em processos que empoderem a população e que incluam as comunidades, e que, de fato, exercitem a participação social. Sem isso, a coisa pode funcionar por um tempo, mas em seguida ela morre.

Então, qual o sentido da nossa vida se não é fazer a dos outros melhor, envolver os outros, estar junto? Do que adianta o

13 <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598053-o-turismo-em-tempos-de-covid19-nada-sera-como-antes-amanha>

dinheiro se nos momentos atuais não podemos comprar uma roupa, usar uma maquiagem, sair de casa, fazer uma viagem? Temos de rever esses padrões enquanto comunidade.

Gostaria de agradecer! Foi um prazer estar aqui, e estou sempre à disposição. As contribuições foram ótimas e espero ter contribuído para a reflexão.

TB - Nós agradecemos muitíssimo por sua contribuição, pois este quadro do mundo do trabalho também nos desafia a pautar o trabalho e a história social, uma vez que se trata de tema que amplia e rompe fronteiras e vai para todas as outras áreas.

Estamos recebendo diversos elogios, e assim gostaríamos de reforçar nosso agradecimento.

MH - Eu agradeço o convite e estou à disposição. Boa tarde!

CAPÍTULO 2

O MUNDO DO TRABALHO

Mediação: Telma Bessa

Com: Marcos Paulo Campos Cavalcanti de Mello

Diálogo realizado no dia 05 de maio de 2020, às 14h.

TB - Boa tarde. Eu sou Telma Bessa, professora de História na Universidade Estadual Vale do Acaraú, em Sobral. Estamos novamente agradecendo aqui a todos e todas. E hoje é a nossa segunda live, exatamente para conversar sobre o mundo do trabalho com o professor Marcos Paulo. Inicialmente, agradecemos por você partilhar o seu tempo conosco. É um tempo hoje vivido com grandes desafios e muitas dificuldades! Porque é um tempo que nós estamos em quarentena, em isolamento social e é importante que a gente siga assim. E para construirmos uma resiliência para o bem-estar, uma das possibilidades é dialogarmos. E hoje, nós temos como convidado esse jovem que é o Marcos Paulo.

MP - Tudo bem. Bem, assim, eu agradeço também muito as pessoas que estão aí se disponibilizando a conversar conosco, nesse tempo de pandemia também nós estamos fazendo vários aprendizados, esse aprendizado coletivo, de se cuidar e ficar em casa e defender que as pessoas tenham condição para ficar em casa, que não sejam desamparados pelo Estado nacional. Que tenham condições de socorrer suas famílias, enfim. Que ninguém seja forçada a ficar em casa passando fome,

mas também que ninguém seja forçado a sair de casa para ganhar o seu sustento colocando sua vida em risco e das pessoas em seu entorno!

E eu vejo essa iniciativa que você começou já há alguns dias de ir dialogando mais com as pessoas por esses meios virtuais e estamos vendo várias outras universidades e intelectuais e estudiosos do país abrindo as suas pesquisas, estão dialogando e compartilhando conhecimento. Eu tenho muita expectativa de que a gente possa reverter uma onda de obscurantismo, de glorificação da ignorância, que nos atingiu nos últimos anos!

TB - Pois é, o professor Marcos Paulo, nós, de fato temos nos esforçado, exatamente para manter esse elo com os estudantes. Embora nós saibamos que nem todos têm acesso! Então esse nosso tema, por exemplo, do “mundo do trabalho”, é muito caro a nós dois. Então eu queria que você falasse quem é o Marcos Paulo.

MP - Bom, do ponto de vista da formação, eu fiz graduação e mestrado no departamento de Ciências Sociais da UFC. Faço o curso de doutorado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ, e estou na UVA desde 2016. É assim, meus trabalhos, desde sempre, se voltaram para os trabalhadores do campo, e eu fui levado a essa relação que se transformou no conteúdo da minha pesquisa, porque quando eu entrei na universidade, ainda no primeiro ano, eu fiz uma seleção para uma bolsa de extensão, que trabalhava com a educação em áreas de reforma agrária. Então, os caminhos que me levaram para as discussões dos estudos rurais foram os caminhos da educação e da extensão. Muita gente escolhe o seu tema de pesquisa participando de uma bolsa de Iniciação Científica. Mas no meu caso, foi a experiência da extensão. Eu fiz a monografia sobre o Movimento dos Sem Terra (MST), eu fiz o mestrado sobre o MST e o doutorado sobre reforma agrária no Brasil contemporâneo. Tudo veio a partir dessa experiência com a extensão. A extensão universitária é o espaço da intervenção na sociedade, mas ela também é um ambiente de tensão e de produção de conhecimento. E eu devo toda minha produ-

ção, a minha formação, os temas que me informaram... eu devo tudo à minha experiência na extensão.

TB - Então o professor Marcos Paulo é o primeiro que inaugura esse ciclo de debates durante o mês de maio e junho, sobre o mundo do trabalho. Todas as terças-feiras, às 14 horas!

Esta semana vimos que o presidente Bolsonaro vetou o PL que regulamenta o exercício da profissão de historiador. Estamos em campanha para a derrubada do veto, pois História não é opinião nem propaganda. É estudo, é pesquisa, é ciência. Temos muito em comum, Prof. Marcos Paulo: ambos somos formados na Universidade Federal do Ceará, nós fomos participantes dos grupos de jovens, da Pastoral de Juventude, da Pastoral Operária. Nós dois também tivemos oportunidade de sermos assessores parlamentares. O senhor na assembleia legislativa no Ceará, eu na assembleia legislativa de São Paulo. E agora descobri que temos tudo a ver também academicamente falando, porque as nossas pesquisas trazem esse olhar voltado para a sociedade, para a dinâmica social, para os problemas e as questões públicas. Mas o que nos une, professor Marcos Paulo, é exatamente a minha pesquisa do mestrado sobre os trabalhadores da Volkswagen, e a sua pesquisa de mestrado sobre os trabalhadores rurais de um acampamento no Ceará. Então, eu falando sobre os trabalhadores da cidade e você falando sobre os trabalhadores do campo. E o que têm em comum? Primeiro nós pesquisamos os trabalhadores em uma mesma temporalidade, nos anos 80/90, que é o processo de redemocratização no Brasil! Segundo, eu escolhi o setor da ferramentaria, que é o coração da fábrica, da Volkswagen. Você escolheu o movimento dos Sem Terra. Eu escolhi os modos de vida desses operários: como eles vivem? Como eles trabalham? Você escolheu as ocupações, os assentamentos. Eu escolhi a cultura operária e a subjetividade desses trabalhadores. Você também se dedicou à mística e a subjetividade dos trabalhadores rurais por meio do movimento dos Sem Terra. Então essas discussões Terra e Trabalho, elas vêm caminhando juntas. E também para a pesquisa eu utilizei jornais, documentos da empresa,

fontes orais (narrativas). Você também, no seu livro, trata sobre isso. Viu como as nossas pesquisas se encontram?

E são praticamente 10 anos de distância temporal! Essa minha é publicada no ano 2000. A sua é de 2009, então, o quê nós percebemos? Quase 10 anos depois, essa temática é uma temática pertinente, atualíssima. Porque nós continuamos ainda vivendo a exploração, o desemprego e a precarização, e tudo isso que vamos conversar daqui a pouco.

MP - Nós temos, do ponto de vista estritamente acadêmico, uma possibilidade que é esse trabalho com a história oral. Essa valorização pelo visível, pela experiência, pelo relato de quem viveu. O que oferece ao analista, mas também, a quem lê a produção do analista, um ponto de vista singular, e, ao mesmo tempo, coletivo-estrutural sobre uma experiência. Assim, ao mergulhar nos relatos orais, eles foram para mim um manancial. Uma coisa da qual eu tirei muitos elementos de discussão. E acho que temos também uma outra questão, que pode-se dizer que a gente não entra pelos relatos orais apenas para singularizar a experiência dos trabalhadores, mas nós vamos, a partir desses relatos, discutir os conflitos. Eu acho que as novas pesquisas estão atuais porque o conflito de classe representa, se metamorfoseia, ele se coloca. Nós estamos enfrentando uma pandemia em que as burguesias nacionais se adiantaram, já levaram seu quinhão de conforto econômico para enfrentar os problemas de saúde. Ontem mesmo o presidente da Câmara disse que “não há como assegurar que as empresas que receberam um socorro financeiro do Estado irão manter os empregos.” Então vão ser socorridas para quê? Vai ter o socorro aos empresários, só? Só as direções das empresas? Os trabalhadores vão ser mandados embora? Então, assim, são temas do conflito distributivo, do conflito de classe, para quem prefere uma linguagem, digamos assim, mais fiel ao Marx, ao marxismo. E a nossa prática de pesquisa, ela articulou essa riqueza metodológica da história oral, e a Telma Bessa, inclusive, trabalhou com alguém que é o “bambambam” da área, que é o Alessandro Portelli, que tem toda uma abordagem, inclusive, de como você interpreta esse relato,

como você se comunica, como é que você interage, recorre ao recurso da memória e tudo ocorre dentro de uma interação social. Entre quem está interessado em conhecer, que somos nós, quem está dispondo da sua experiência, por meio da fala. Então, assim, são dois caminhos que eu acho muito importantes, tem uma outra questão: não é observar a experiência desse trabalhador, apenas, digamos assim, naquilo que ele colabora para a exploração. Naquilo que ele oferece na exploração, que é apenas a sua prática de trabalho. Mas entender que o trabalhador tem uma vida. E que essa vida toda, ela se movimenta nesse processo conflitivo. É por isso que a gente vai na sua subjetividade. A gente vai nos ritos. A gente vai nas lógicas de confiança. Na forma de construção do segredo. Na forma de apoio mútuo. E também como constroem suas organizações e processos conflitivos, os trabalhadores constituem as suas organizações, e essas forças coletivas constroem a história fazem o acontecimento social e muitas vezes são capazes de alterar rumos em favor dos trabalhadores. Então os nossos trabalhos têm muitas comunicações, inclusive, de questões que estão na ordem no dia, que estão nos provocando.

TB - Exatamente! Você falou uma palavra-chave nos nossos trabalhos que é um desafio hoje, que é ação coletiva. Antes, os historiadores não adentravam muito nesse tema da história do trabalho porque que era mais um tema da Sociologia do Trabalho, da Ciência Política. A partir da abertura dos anos 80, a história vem dialogando mais intimamente com a Antropologia, com as Ciências Sociais, com a Semiótica para marcar esse universo da cultura, que inclui as subjetividades. Assim, nós temos dentro da nossa associação nacional, a ANPUH, um grupo de trabalho (GT), que é exatamente sobre o trabalho. E nomes como o Prof. Cláudio Batalha, Prof. Samuel Mapeau, Prof. Paulo Fontes têm essa perspectiva de compreender, pesquisar e estudar esse trabalhador como sujeito social. E nos nossos dois livrinhos, nós falamos sobre o Prof. Eder Sarder, que é um grande estudioso.

TB - O Prof. Eder Sader, que nos anos de 1980 iniciou isso... Seu livro, Prof. Marcos Paulo, traz o título maravilhoso *"Quando os Assenta-*

dos Chegaram’, que é uma ideia dos novos sujeitos sociais que vem do livro do Prof. Eder Sader. Exatamente quando os novos personagens entram em cena. E hoje, mais ainda, nós queremos dar visibilidade e evidenciar esses trabalhadores, Nós temos visto, inclusive, nesta pandemia, nesse período de isolamento, trabalhadores de metrô, trabalhadores dos serviços de saúde, que estão vivendo realmente grandes desafios. E a questão que nós nos perguntamos: como é que esses trabalhadores vão se organizando para reivindicar, para lutar, pelos seus direitos. Então uma pergunta para a gente pensar, por exemplo sobre o dia 1º de Maio, dia do trabalhador. O primeiro de maio, pela primeira vez na história, ocorre de forma virtual com essas bandeiras históricas. Por direitos sociais, contra o desemprego, pela redução da jornada de trabalho, e das mais diversas formas possíveis. Panelaço, twittaço, com um metro de distância nas manifestações ou até mesmo por meio de cartas, a rádio, também as formas antigas que podem ser inovadoras nesse momento. Como é que nós estamos nos comunicando e como é esse trabalho hoje? Sobre os trabalhadores da Grendene, nós temos vários estudos monográficos, mais de 15 mil trabalhadores, além das bordadeiras, os trabalhadores da fábrica de cimento, fábrica de biscoito, os que trabalham com palha da carnaúba. O problema da informalidade, por exemplo, é um problema estrutural que continua na nossa sociedade e no mundo do trabalho. Como nós podemos valorizar e trazê-los mais para dentro das nossas práticas de pesquisa?

MP - Nós, do Núcleo de Estudos Pesquisa e Extensão de Desenvolvimento e Território (NEDET), que é um grupo que aglutina quatro professores do curso de Ciências Sociais eu, sociólogo; Professor Jorge Luan Teixeira: antropólogo; professora Daniele Costa: também socióloga; e o professor Osmar Fonteles, que está se doutorando em educação. Então nós estamos, desde o ano passado, fazendo um trabalho articulado com a rede ECOCEARÁ, que é uma rede que articula a produção de agricultores: uma produção agroecológica na Serra da Ibiapaba. Uma agricultura sem veneno, uma agricultura da saú-

de, que valoriza o pequeno e o médio agricultor, como também uma agricultura que incorpora ações de segurança e saúde alimentar.

Então, nesse período de pandemia, os agricultores tiveram um impacto imenso. Inclusive, no primeiro momento, a lei que estabeleceu o auxílio emergencial não deixou clara a participação de agricultores e estão com a dificuldade de realizar feiras, esses agricultores sentiram muito. A prefeitura de São Benedito deixou de comprar os 30% da agricultura familiar. Toda prefeitura deve comprar 30% da merenda escolar, essa compra 30% deve ser feita da agricultura familiar. E normalmente é feita dos agricultores daquele município. Então, quando a prefeitura deixou de comprar os 30%, ocorreu uma perda de renda muito significativa para os agricultores que já têm perdido vários outros apoios, em nível federal, por exemplo. Mas, o que a gente começou a fazer? Nós pegamos a casa de um professor, que mora no bairro Renato Parente (Sobral), e transformamos numa espécie de “armazém”. A gente articula. Estamos aí com um grupo de 20 famílias compradoras. A gente articula a vinda desses produtos da Serra da Ibiapaba para a casa desse professor e os compradores vão de hora em hora para a casa desse professor e, na garagem dele, escolhe ali os gêneros. Claro, que eles dão uma prévia do que querem, e ali eles escolhem os gêneros. A gente tanto consegue articular uma renda para esses agricultores que estão prejudicados, como a gente, também, consegue articular a possibilidade de a classe média urbana de Sobral (a maior parte dos compradores) poder consumir uma agricultura sem veneno. Então, isso é uma das iniciativas. Nós temos uma outra, que é mais no plano da informação, que é o Boletim NEDET, que todo mundo pode acessar. Tem um blog, que chama: <https://boletimnedet.blogspot.com>, onde a gente descreve um pouco dessa experiência... a gente está querendo rumar para ter um grupo de consumidores conscientes, consumidores de agroecologia na cidade de Sobral, com a pandemia, a gente teve que adiantar essa estratégia e foi muito bom ter feito isso. Então, as compras estão acontecendo e a gente espera que isso se mantenha, e isso é a universidade fa-

zendo um pouco seu papel. E eu penso que tem uma outra questão também: existem trabalhadores muito visíveis, como o lixeiro, vários trabalhadores que estão ali “dando a sua cara”, mas tem essa figura “invisibilizada” do nosso processo de modernização, e formação de uma sociedade complexa, que é o agricultor familiar. A gente tem sentido nas nossas pesquisas que o jovem rural, no dilema entre “ficar e sair” da pequena cidade, ele prefere, realmente, sair. Talvez até seja um projeto que a gente desenvolva coletivamente, que é “ir em busca de quem saiu”. Procurar esses jovens, filhos desses agricultores que a gente tem contato agora, almoça com eles, só não tem os jovens em casa, entendeu?

Então eles estão no Rio de Janeiro, em Brasília, então a gente está se perguntando nesse processo de saída do campo “O que tá que está acontecendo?” Uma das coisas que a gente sente muito, é que existe a simbologia do sentido do trabalho, do agricultor familiar, e ele fica lá nos últimos degraus da nossa valorização social. Isso tem um peso muito grande. Você pega, inclusive, muita gente que é filho de agricultor vai para cidade, a renda às vezes não sobe muito, mas talvez valoriza a ideia de que “está na cidade, não está na roça”. Então esse binômio negativo para o campo, ele se mantém. Eu acho que na pandemia, o agricultor familiar não está entrando nem nas preocupações, ele não está presente. E é um grupo grande de pessoas, e que assegura a alimentação da maioria da população brasileira!

TB - Realmente, Marcos Paulo, essa discussão da produção do alimento é um dos fatores que serão importantes no pós-pandemia. Porque tanto na Europa como nos Estados Unidos vão querer saber a procedência do alimento, exatamente com medo dessa discussão do contágio, do vírus. Então há escritos e intelectuais já pensando como serão as cadeias produtivas. Se a Comunidade Europeia vai fechar fronteiras, se vai abrir, como é que fica essa discussão que você colocou agora da migração, porque é uma marca na história do Brasil, o processo migratório puxado pelo mundo do trabalho. Os imigrantes sazonais que saem do nordeste para a colheita de cana em São Paulo, então, são problemas que nós dis-

cutimos há 10 anos. Não é à toa que as nossas pesquisas de Mestrado de 10 anos atrás têm a ver com essa dinâmica e com esses desafios. Então a gente imagina que é o momento de repensar isso.

TB - Tem uma pergunta do Prof. Carlos Augusto: Quais as fontes que você utilizou na sua pesquisa, além das fontes orais, para os trabalhadores rurais, que é um desafio ainda muito grande?

MP - Eu discuto muito isso com meus alunos na disciplina de Metodologia. Acredito que você deve discutir esse tema, que é assim: quem trabalha com relato oral, não está livre, isento do trabalho com documento. Então, como eu venho das Ciências Sociais, eu tive todo um processo da pesquisa de campo, eu fiz as leituras, construí bons questionários, e eu trabalhava com entrevistas narrativas, semiestruturada ou estruturada, e uma segurança dos temas para conduzir bem a discussão que a gente faz e a narrativa pode ser reveladora. Mas eu fiz outras estratégias, digamos assim, em que, inclusive, me permitiram compreender parte do processo que não vinha nos relatos orais. Então eu fiquei um mês pesquisando no INCRA (Fortaleza). Primeiro passei a primeira semana para localizar a documentação sobre este assentamento, que é nomeado na “boca das pessoas” como “Assentamento de 20 de Maio”. Mas no INCRA ele tem outro nome, que é o nome oficial, que é o “Projeto de Assentamento São Joaquim”. Então, felizmente, os funcionários mais antigos sabiam dessa diferença e me informaram... Isso ajudou, mas como houve uma questão jurídica no processo, porque a família proprietária, herdeira, questionou o valor da terra, o valor da indenização, então o processo ficou boa parte na procuradoria do INCA, estava sendo repartido, mas eu tive uma certa sorte. Naquele período, eu também estava fazendo um pouco a organização do seu arquivo, do seu acervo e tinha tido um incêndio, algumas coisas tinham sido queimadas (mapas, documentos originais). Porque foi uma desapropriação muito importante, o maior território desapropriado até hoje. Então assim, foi feito o mapa à mão, inclusive, marcando as áreas molhadas, que são as “áreas sagradas” da propriedade, porque é onde o entorno é mais

produtivo. Havia três açudes dentro dessa propriedade e então esse mapa (feito à mão por uma funcionária) foi queimado, se perdeu. Mas consegui localizar uma documentação de 84 cadastros dos beneficiários, então é claro, não era todo mundo, não é nem 50%, mas me deu alguns sinais... por exemplo, ninguém tinha carteira de identidade, todo mundo tinha título de eleitor e isso significa que era a população que funcionava muito como “curral eleitoral”. Então eu tive acesso aos relatórios do INCRA do final dos anos de 1980. Então, por exemplo, o Relatório Técnico Social era assinado por um engenheiro, e os engenheiros fazem um relatório com a forma como eles liam aquele processo, eles chamavam de “escravidão”. Eles não tinham conceito que nós das Ciências Sociais, das Ciências Históricas, como Trabalho de Sujeição, ou o termo que José de Souza Martins criou: Inclusão de formas não capitalistas de produção capitalistas. Então eles narrando como eles sentiam aquele problema, então, o relato de engenheiro é muito pesado, ajudou bastante a posição assumida pela vara agrária, pelo juiz também pelo exagero, também pelo seu peso, então ligeiro eles diziam: *“encontramos uma situação; isso aqui é praticamente escravidão”* porque eles não conseguiam interpretar sociologicamente o fato de que aquelas pessoas trabalhavam e não recebiam um salário. Elas eram, elas pagaram pelo uso da terra, que é o trabalhador pagando ao patrão pra poder trabalhar. Então esse é nosso nível de exploração no meio rural. Eu apresentei esse trabalho em vários encontros, e as pessoas me perguntavam qual era o século da ocupação e eu dizia, *“Não! esse aqui é uma terra que foi ocupada em 1989!”* Aí as pessoas diziam *“Essa frase que você está descrevendo era o século passado?”* Eu disse: *“Não! Eu estou falando do Brasil nos anos 70, dos anos 80.”*

É possível que você encontre sem muita dificuldade uma garota se prostituindo em Manaus, em Belém ou em Fortaleza, por um Dandone! Isso pode estar acontecendo! Nós enfrentamos isso bem no início dos anos 2000, essa dificuldade. Esse é o nível, abaixo da escala. Então, dessa forma que eu peguei na documentação do INCRA, eu

fiquei um mês lá, todo dia de manhã e ficava fazendo transcrições para no meu caderno. E aí eu analisava o material em casa com o que eu transcrevi. Essa foi minha estratégia.

TB - Sim. Muito interessante isso que você fala, por exemplo, no ano 2000... exatamente na virada do século onde os problemas eram o desemprego, era a exploração da excessiva jornada de trabalho, uma bandeira histórica da redução da jornada de trabalho, então José Pastore, um dos sociólogos que eu estudei, falava exatamente dessa discussão da virada do século, que era enfrentamento das novas tecnologias. Você também usou no seu livro os documentos do INCRA e do próprio Movimento dos Sem Terra. Então como é que hoje, *“qual a realidade do trabalho depois da pandemia?”* Como é que nós podemos perceber, como as nossas pesquisas são importantes de 10 anos, de 20 anos atrás, e como esse processo de uberização, precarização, atual que estava presente dentro de todas as preocupações do trabalho, hoje é algo escandalizador. Então essa pergunta aqui, *“como é que você acha que vai ser o trabalho pós pandemia?”*

MP - Tenho uma observação: além desse trabalho no INCRA, teve também um trabalho na Biblioteca Pública Menezes Pimentel, que tem um acervo de jornais, e eu revisei todo esse acervo para capturar, por exemplo, documentação de ocupações e reforma agrária

Então o que estava acontecendo na definição política de que aquela situação resultaria na desapropriação daquela terra, e na constituição de um assentamento de reforma agrária, foi o primeiro assentamento fruto de ocupação do MST no Ceará, ele tem essa marca pioneira.

Naquela altura, estava acontecendo, primeiro a ascensão da burguesia esclarecida ao poder, era o governo do Tasso Jereissati, tinha uma discussão nacional da reforma agrária, a reforma agrária era tida como um problema nacional para a nova República, e tinha também, localmente, uma crise na política agrária com denúncias de corrupção, que envolvia, inclusive, uma aliada do Tasso, com o recurso que veio para a pequena agricultura e que foi parar todo na fazenda de

uma aliada dele, e isso gerou todo um "rebu" [rebulição], e acabou que ele estava no momento em que ele precisava demonstrar compromisso com a reforma agrária, então ele, inclusive, recebeu os trabalhadores e a desapropriação foi feita.

Os jornais demonstraram tudo isso, e, inclusive, me mostraram até porque não foi ocupação tão reprimida assim pela polícia, como veio acontecer depois, na ocupação do Lobrador e Tiracanga, em Canindé, onde a violência policial foi bem marcante. Como é que eu vejo os trabalhadores neste momento pós pandemia? A gente quando vir a sociedade toda no "pós pandemia", porque eu acho que, inclusive o Bolsonaro tem feito todo o esforço de "jogar a gente" a uma discussão "pós pandêmica", quando a gente não enfrentou nem o pico, quando a gente nem discutiu a própria pandemia em si. Tudo que ele tem feito tem indicado que a gente está fazendo uma quarentena "mal feita", vamos prolongar o pico. Então nós vamos ter uma pós-pandemia muito complexa, eu acho que tem uma nebulosidade para identificar como é que isso vai ser, mas nós temos que perceber, na minha avaliação, a zona de oportunidade que está se abrindo, as possibilidades, os possíveis históricos estão se abrindo.

Então nós temos: uma virada na discussão econômica mundial, mas do mundo do que no Brasil, em favor de uma retomada clara, nítida da presença do Estado na economia. Isso é uma coisa que colabora. Colabora com os trabalhadores porque o Estado é uma instância permeável às lutas. Estou pensando aqui junto com vários autores que você certamente conhece no curso de História, como Gramsci, como Poland, principalmente que eu acho que foi o grande formulador dessa discussão de que as lutas de classes atravessam o aparelho de Estado. Então, eu acho que isso é um elemento importante.

Segundo: o aquecimento da capitalização dos muito ricos. É o momento em que as economias estão, os PIBs estão em decreto. Quando o mundo sai da Segunda Guerra Mundial, essa fragilidade da capitalização dos muito ricos colaborou para que a Europa conseguisse se desenvolver e estabelecer um conjunto de serviços públi-

cos de alta qualidade, na saúde, na educação, na moradia. Então você pode pegar até três casos na Europa, como por exemplo o sistema de saúde inglês, que é uma marca, inclusive, inspirou muito o nosso SUS, ele é oriundo do Pós-Primeira Guerra; O sistema de educação francês, que é gratuito da escola até a pós-graduação; E eu colocaria um terceiro exemplo, que seria a política de moradia na Holanda. A Holanda tem uma política de moradia que é quase uma cidadania, é uma “cidadania básica”. Tanto que é crime, na Holanda, morar na rua. Eu diria que isso são conquistas que acontecem quando as burguesias estão frágeis. Então a gente vai enfrentar, talvez, um pós-pandemia com esse tipo de possibilidade. De pegar a burguesia mais enfraquecida, o empresariado, mas está crescendo, e poder garantir, assegurar o avanço de pautas dos trabalhadores, principalmente na garantia de serviço público de qualidade. Nós estamos vivendo um momento, nós temos, seja, cinco, seis anos de posicionamento radical do empresariado, da burguesia nacional, contra o serviço público. Contra a oferta de serviços públicos de qualidade. Castrando os orçamentos, reduzindo os orçamentos. E o que a gente está percebendo é que na hora que o “cinto apertou”, na hora que as coisas ficam difíceis, todo mundo correu para o que é “público”: para o hospital público, para pesquisa, os laboratórios, que fazem análises clínicas, os laboratórios públicos. E correram, inclusive, para o orçamento público exigindo socorro necessário para a sociedade. Então eu acho que esse retorno do público, a saída dessas ideias de que a “competição resolve tudo”, e se você for um “indivíduo - empresa” você enfrenta qualquer circunstância. Ninguém é forte diante dessa pandemia. Mas nós já estávamos discutindo, com o nosso problema econômico, antes dela chegar. Ela só, digamos assim, escancarou o que já estava em voga. Eu penso na possibilidade de que a gente consiga, inclusive, reverter esse processo, porque o mundo do trabalho ele tá marcado com essa caracterização agora, esses vínculos.

A questão é: nós não podemos aceitar que a subjetividade desse trabalhador que está no vínculo fluido, que ela seja capturada pelo

projeto que o destrói. Nós devemos, digamos assim, colaborar para que a subjetividade desse cara que é o Uber, a subjetividade desse cara que é personal-trainer, a subjetividade dessa mulher que é manicure, que é que ela não se perca, que ela não se entregue ao projeto das elites, porque esse projeto é para aprofundar a precarização da vida de todo mundo. Eu acho que também temos que ver como tem sido importante que os empresários botem “a cara ao sol”, defender o fim da quarentena. Que eles prefiram a economia em vez da saúde e a vida. Isso nós temos que utilizar porque nós estamos vivendo a onda coach. Essa coisa de que os empresários são os “modelos”, aí eles vão falar, os auditórios estão lotados. São essas as pessoas que têm condição de guiar a sociedade? É o dono do “Madero” que tem condição de guiar a sociedade? Talvez não. Talvez seja quem está produzindo, realmente, a sobrevivência material de todos nós, que são os trabalhadores do campo e da cidade.

TB - Muito bem, professor Marcos! Mais uma vez queremos agradecer, que nós já estamos com o templo finalizando. E novamente convidar todo mundo para na próxima terça, às 14 horas, nós vamos conversar sobre a economia solidária com o professor de Ciências Sociais Joannes Paullus. Muito obrigada.

MP - Obrigado, Telma Bessa!

CAPÍTULO 3

O TRABALHO DOCENTE

Mediação: Telma Bessa

Com: Marcel Lima Cunha

Diálogo realizado no dia 09 de junho de 2020, às 14h.

TB - Oi, boa Tarde! Nós vamos aqui conversar sobre o mundo do trabalho com o Marcel, professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Nesse caos político, nessa crise sanitária que nós estamos enfrentando, cada vez mais esse mês de junho para o Brasil é fulcral, porque o colapso realmente, dos hospitais e a proliferação dos casos, e aqui em Sobral, como vocês sabem, nós estamos em *lockdown* e algumas cidades porque está muito problemático, então nós temos que contribuir e fazer a nossa parte. Quem puder, fique em casa! Então, nós estamos cansados, na verdade, mas temos que nos reunir e termos força, temos que, a cada dia, fortalecer os laços, fortalecer o nosso diálogo para enfrentar os desafios que virão pela frente, que não são poucos. Estamos com professor Marcel Cunha e agradeço muito a disponibilidade e a partilha do seu tempo para conversarmos sobre um tema muito interessante, que diz respeito ao cotidiano também de um profissional que está sentindo os efeitos da pandemia, que são os professores das universidades.

MC - Boa tarde a todas e a todos! Boa tarde, professora Telma! É uma prazer estar na sua live. Eu tenho visto que tem tido sucesso, pelo alto nível de debate que você tem conseguido organizar aqui.

Eu sou Marcel, sou professor do curso de Educação Física da UVA, Universidade Estadual Vale do Acaraú, aqui em Sobral. Eu fiz doutoramento e também mestrado em Educação. É a área que eu gosto de estudar, área que eu me dedico. A interface que eu faço com a Educação Física, é no ambiente da Educação. Hoje eu estou na diretoria, na presidência do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual Vale do Acaraú (SINDIUVA), estou nessa tarefa de estar junto a todos os companheiros, professores e professoras da universidade, nessa luta por um trabalho digno, por uma vida justa no nosso cotidiano. E gosto de debater temas relacionados à formação dos professores, à precarização do trabalho docente, à vida do professor, o próprio trabalho docente

Represento alguns grupos de estudo, coordeno o GECCEFE, Grupo de Estudos em Cultura Corporal e Educação Física Escolar da UVA, onde tem como participantes acadêmicos, egressos da UVA e alguns professores.

E outros que estou como colaborador:

Educas-UECE: Educação, cultura escolar e sociedade, dirigido pela professora Isabel Sabino, da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

GPTPOED: Grupo de pesquisa em trabalho e política educacional, dirigido pelo Alysson, do UNINTA.

TB - Muito bem, professor. Eu gostaria de começar com um comentário e uma frase que tem a ver com a nossa Constituição Federal de 1988: *A Universidade pública é patrimônio do povo brasileiro e é direito de todo cidadão.* Isto está na nossa legislação. Então, nesse momento é fundamental compreendermos que a universidade pública é importante para o desenvolvimento de um país. No Brasil, as maiores pesquisas, por exemplo, sobre o zica, como chikungunya, também vieram das universidades públicas. Além de ter um papel de inclusão social, nós vimos isso há uns 12, 15 anos, essa estratégia de inclusão social dentro das universidades. E sem falar na formação humana, formação profissional e técnica para o mercado de trabalho. Então é muito importante nós defendermos a universidade pública,

nós, que somos trabalhadores nessa universidade, e como todo trabalhador, nós estamos sentindo as mudanças no mundo do trabalho. Nós estamos avaliando, vários sociólogos da sociologia do trabalho já estão apontando que essa introdução das novas tecnologias, assim como na década de 90 dentro do mundo fabril, também significa maior desigualdade social. Onde a chave do conhecimento é a chave que vai servir para você ser incluído, pra você ser um cidadão. Então, nesse sentido, os maiores salários, obviamente, serão para os trabalhadores que têm acesso a essa tecnologia, que têm esse saber formal. E os trabalhadores que não têm esse essa chave, esse conhecimento, obviamente serão os de menor salário e os que vão ficar nessa ideia do trabalho manual.

Então é uma modernidade concentradora e excludente.

É importante compreendermos qual o contexto em que estamos inseridos. Eu trouxe aqui, inclusive, um estudo da reitora da Universidade de São Paulo, da Escola de Medicina, então ela diz que: *“os profissionais das universidades estão sentindo a precarização, falta de investimento, corte nas bolsas devido o teto dos gastos. E, além de tudo isso, as universidades parece que se fecham e não mantêm um diálogo com a sociedade”* Também há essa análise.

E o principal do artigo da professora, que é a Soraia, da UNIFESP, ela disse que há dois problemas fundamentais para a universidade pública. O primeiro são as universidades privadas, que estão fortemente atuando no mercado e que já é uma outra linguagem, outra relação, com o estudante, com a família, com a comunidade. Então é uma relação mercadológica e outra lógica que não tem a ver conosco. E um outro inimigo, uma outra dificuldade aí, exatamente o Governo Federal. Esse cidadão foi eleito e está criando problemas em todas as matizes e em todos os segmentos sociais, não basta... não precisa nem lembrar do ministro da educação, que vem dizendo despatuérios, como: *“O que se faz dentro das universidades é balbúrdia”*. Então, dentro desse sentido, eu perguntaria para o professor Marcel,

Professor, como é que está situação do professor universitário hoje?

MC - Bom, são tantas questões, professora, como você bem acabou de colocar, que perpassam essa situação do docente universitário.

Antes de mais nada, queria mandar um abraço pra todos que estão assistindo. Vi aí meu irmão, vi grandes amigos, os alunos, adoro ver meus alunos do curso de Educação Física nessas discussões. Um abraço pra todo mundo, um beijo, um abraço forte, mesmo virtual. Obrigado a todos que estão presentes!

Bom, é como eu disse, são muitas questões. Uma das questões ponderadas é que, por exemplo, a gente faz balbúrdia. Existem duas campanhas que a gente (UVA) está encampando junto com a UECE e com a URCA, que é o Ceará pela Vida e o Ceará pela Ciência.

O Ceará pela Ciência é uma campanha que diz assim: *“olha o que nós fazemos aqui dentro da universidade”*. A universidade cearense, a universidade brasileira, especificamente a cearense, ela tem muito o que entregar, ela tem entregado muito à população. No combate ao corona vírus e também, antes disso. Veja que a perspectiva de vacina que é possível agora, pensando em acabar com essa pandemia, digamos, vem da Oxford em parceria, aqui no Brasil, com a UNIFESP. Uma possibilidade que vem em colaboração do Brasil, dessa universidade que é tão precarizada.

Aí eu chego à nossa situação. Veja, eu até, me preparando, coloquei aqui uma fala que eu quero abordar: as pessoas às vezes têm aquela imaginação sobre o que é o ser professor universitário, é o professor que ganhar muito, é o professor que tem um gabinete com ar-condicionado, é um professor que tem internet no sistema da Universidade para atuar com tranquilidade, poucos alunos por sala de aula. São como os memes da internet, essa é a expectativa, mas a realidade, a nossa realidade, são salas em que é preciso conviver com cupim, são banheiros onde falta papel higiênico, que faltam, às vezes, uma manutenção de uma estrutura que a gente está inserido. Isso tudo é pré-pandemia, é antes da pandemia.

E esse professor é um professor que faz graduação, especialização, mestrado, doutorado e estágio pós doutoral, além das pesquisas, extensão etc. Se contarmos, por baixo, vai dar 10 a 15 anos depois da graduação, então você tem 20 anos de formação e as pessoas acham que os professores universitários estão em ótimas condições, que ganham demais. Mas a gente está lutando dia a dia para sobreviver.

Na pandemia, uma coisa que me chamou muita atenção, na minha universidade, foi o seguinte: quando eu estou lá no CCS trabalhando, muitas vezes eu tenho dificuldade com a internet porque ela cai, ela não se sustenta, às vezes não funciona, é instável. Muitas vezes a internet da casa do professor é melhor do que a internet da universidade.

E agora, no momento de pandemia, temos um convênio, uma parceria, algo assim, com o G suíte, que é com a Google. Agora a gente tem Google Meet, o Google Drive ampliado ou infinito, me parece, e várias ferramentas da Google surgiu rapidamente, no período de pandemia, um gasto, como dizem as gestões, que pôde, nos beneficiar. Veja, mas só que esse benefício é em um contexto, né... Aí volto à sua pergunta: Como estão os professores? Como está a minha vida?

É uma vida que acumula todo trabalho doméstico, o mínimo e o máximo que se possa imaginar de trabalho doméstico, porque você está sozinho em casa, você faz, você não tem assessoria pra isso, você não pode (no meu caso, por exemplo, no caso de muitos dos nossos colegas aqui da universidade) estar junto de sua família, porque se isolaram em quarentena numa condição que agora não dá mais. Então você acumula trabalho doméstico, você acumula trabalho de produção de artigos, textos, orientação de aluno e ainda tem que ficar debatendo e se é viável esses alunos terem acesso, por exemplo, às atividades remotas ou ensino a distância, como é o caso de algumas universidades.

Então a nossa situação hoje, ela é uma situação que se acumula, e a professora falou muito bem de diversas condições em que a gente havia colocado, que são condições que são planejadas pelos governos, pelos organismos internacionais. Por exemplo, essa educação a distân-

cia que agora tem nos assolado, tem batido à nossa porta, ela está aí pelo menos desde a década de 1990 e agorinha mesmo, há pouco tempo, no governo Temer se aprovou o decreto número 9057 de 2017, que o ensino básico poderia utilizar Educação a Distância. Então, do 6º ao 9º ano você poderia ter alguns cursos e até algumas disciplinas em EaD.

As escolas estão sem ar-condicionado em uma terra quente como a nossa, as escolas mal têm sua estrutura básica, mas iria ter alta tecnologia de Educação a Distância, então a gente acha que existe um interesse por trás disso. No dia seguinte, por conta das manifestações contrárias, esse decreto foi revogado e se deixou uma possibilidade para situações emergenciais, que é a situação que a gente se encontra hoje.

Então veja, isso tem sido ventilado muito antes de se pensar em uma pandemia. A Educação à Distância cresce, no Brasil, em alta escalada. Alguns acham que é o futuro da humanidade, que devemos nos adequar, apenas. Adequação é uma palavra que eu não gosto, nós somos humanos, nós produzimos, nós criamos, não somos adaptáveis, nós produzimos a nossa vida. Então, existe essa fala que diz para nos adaptarmos. No entanto, a Educação à Distância tem se mostrado, no Brasil e no mundo, como ineficaz, excludente. Ela mal dá conta dos elementos técnicos relacionados a cada área do conhecimento, imagine os conteúdos humanísticos, os conteúdos laborais de fato e várias outras questões. Não quero aqui me alongar sobre a educação à distância.

TB - Esse é um dos pontos polêmicos que nós estamos enfrentando, e eu gostaria só de ler algo que achei bem interessante:

Gente, o professor é da área da Educação Física, né, então ele trabalha em um Campus aqui no Centro de Ciências da Saúde, eu trabalho do campus que é de Ciências Humanas. Mas agora nós estamos no mesmo espaço por causa de um problema de reforma do prédio. Mas as nossas práticas são idênticas, são semelhantes e são bem complexas, então eu peguei aqui um texto do Bruno Leal, da UNB. Esse professor tem um blog que se chama Café História, ele é

da história, da minha área, e lá tem tido muita pesquisa sobre História Antiga Medieval, Contemporânea, biografia, teoria, metodologia ...

Então, ele diz aqui algo bem interessante sobre o trabalho do professor: primeiro tem que fazer um concurso e estudar, no mínimo, 2, 3 anos para ser aprovado no concurso, né?! E depois ele diz: uma aula não é uma simples aula, uma aula não é um simples ponto de partida, mas sim, um ponto de chegada de todo professor, ela começa muito antes. Para preparar uma aula de 2h, um professor universitário costuma levar cerca de 4h, ou mais, para garantir a profundidade da discussão. Além de dominar o conteúdo, ele atualiza a bibliografia e a rotina da sala e também preparar, fazer, os planos de aula etc . Além das aulas, eles também elaboram as provas, os trabalhos, aí acompanha os alunos em orientação de pesquisa, de trabalho de monografia. E conclui dizendo: e os professores são continuamente desafiados a enfrentar alunos em situação de risco, que moram em áreas violentas, que estão passando por dificuldades financeiras ou doenças graves na família, ou transtornos de aprendizado, ou desmotivação, ou com depressão. Então, o nosso papel também é de desempenhar o apoio psicológico, muitas vezes apoio financeiro, ou seja, é estar, junto do aluno, então isso é uma atividade complexa que absorve realmente todo nosso cotidiano. É assim também, professor ?

MC - Isso, inclusive acho conheço esse texto, você lendo ele me voltou à memória. Essa é a nossa realidade. É frequente os alunos entrarem em contato com questões de foro pessoal, muitas vezes que envolvem a saúde mental.

Começa com uma questão acadêmica: *"olha eu não estou conseguindo acompanhar aquela aula/curso on-line..."* e daqui a pouco ele solta uma questão que, na verdade, é ansiedade, é talvez uma depressão, é um se sentir mal por não estar conseguindo, diante de situações como morar numa casa pequena com 2 cômodos, com muitas pessoas naquela casa, não tem um cômodo em separado para que possa se concentrar, não consegue fazer as atividades, ler um texto, que antes

lia na universidade porque passava o dia lá e se trancava na biblioteca ou na sala de aula para estudar, ou mesmo nos corredores.

Inclusive, tem sido uma experiência interessante, porque a gente, muitas vezes, acha que nem todos os alunos estão estudando, acha que alguns poderiam estudar mais. E a gente tá vendo que muita gente se refugia na nossa universidade e estuda, gosta de conhecer, que é mais quietinho, mais calado, mas tá ali aprendendo.

Tem um professor e pesquisador chamado Ricardo Antunes, você deve conhecer, que ele fala do novo trabalhador. Ele é um pesquisador que pesquisa o trabalho, o mundo do trabalho e ele disse que a onda agora é o infoproletariado. O proletariado que Karl Marx estudou, quando estudou o sistema capitalista, Ricardo Antunes coloca que agora, com a chamada sociedade da informação, temos o infoproletariado.

E isso chega na educação. A gente, quando vai estudar os textos sobre educação, nós encontramos palavras “elogiosas”, como: professor reflexivo, professor resiliente. São palavras interessantes. Na nossa vida a gente deve pensar, refletir, ser resilientes etc., mas isso faz parte de uma estratégia que vem lá de trás, pelo menos da década de 1990 para cá. De colocar esse professor, não mais uma pessoa que se aprofunda em determinado conhecimento, mas aquele que é flexível em qualquer momento e em qualquer situação. Por exemplo, ainda é comum um professor do ensino básico de uma área ministrar disciplinas de outra área para compensar sua carga horária. Numa situação em que a gente, no Brasil hoje, tem mais que 50%, 52% de professores temporários nas redes estaduais do país inteiro. Então a gente tem um fluxo de professores intenso, entrando e saindo, e temos essa realidade do professor, que tem que se virar nos 30. Então o professor efetivo, se ele aceitar, se não se impuser, depende das relações políticas e sociais ali naquela escola, ele vai cobrir outra disciplina que aqui não é a área dele, assim acontece com professor temporário, que muitas vezes não tem escolha, que tem medo de perder o emprego.

Então, esses elogios são pra dizer assim: *“olha, dê conta apenas do técnico da sua área, daquele conteúdo pragmático, aquele que vai ajudar o seu aluno a ir para o mercado de trabalho e fazer o que deve fazer lá, sem questionar”*. Sendo que o professor, isso é algo que eu digo sempre aos meus alunos: Quem é o professor? Quem é a professora? Quem deve ser? Nós devemos ser aqueles reconhecidos pela sociedade como os intelectuais. Ah, mas isso parece arrogância! Não. Sem falsa modéstia, o professor deve se entender como intelectual. Quem é o intelectual? É o inteligente? Não. É aquele que estuda muito! É aquele que se dedica ao trabalho do estudo, para que os outros possam adquirir conhecimento. O professor não é maior que ninguém enquanto pessoa, ele apenas tem uma função de se dedicar, na sua vida laboral, ao estudo. Assim como várias áreas devem se dedicar ao estudo, mas o professor é aquele que a sociedade olha e diz: ele estuda.

Mas isso tem nos sido roubado. As avaliações externas nas escolas, as avaliações externas na universidade, elas querem que o professor dê conta apenas das provas, daquele conteúdo prático e pragmático dos estágios, das atividades complementares, das práticas como componente curricular, da extensão no currículo e que cada vez menos o conhecimento com mais profundidade seja algo interessante. Não digo, obviamente, que nenhuma dessas práticas não sejam interessantes, elas são necessárias, mas a articulação de um conhecimento teórico e profundo tem sido deixado de lado, nos incentivam a isso. Então é isso que o professor Ricardo Antunes, em sua pesquisa, coloca, nós temos uma tendência a estar junto a esse infoproletariado, quando a gente tem o modelo do telemarketing, modelo do Uber atualmente e ele vem trazer o conceito de uberização do trabalho. Isso está chegando no trabalho docente onde você vai lá trabalhar assessorias on-line.

E não sou contra nada que seja avanço tecnológico, eu gosto da tecnologia, eu lido com ela todos os dias. O meu problema é com a substituição do nosso trabalho, do trabalho docente, e da Educação em si, por algo que é meramente técnico e tecnológico.

Uma coisa que eu ouvi agora no período de quarentena foi que: *“Na UVA nós temos um curso de Informática, então nós podemos ter certeza que esse curso vai ter facilidade em lidar com as disciplinas EaD, se for o caso.”* Vejam, a pessoa que fala isso não atentou que a EaD se trata de EDUCAÇÃO, e a tecnologia é a base para que ela funcione, mas o que vai fazer ela funcionar é a pedagogia, é a didática que se tem, é o planejamento, é a teoria, é o conhecimento, o estudo etc. O que necessita, obviamente, de empatia, de relação e de humanidade.

Eu acho que nós devemos ter uma luta incessante por guardar, assegurar e manter o papel do docente. De manter esse docente como esse formador, enquanto essa pessoa que troca ideias, que aprofunda-se na teoria para que suas práticas sejam fundamentadas. E não o contrário, não uma pessoa que trabalha com a técnica e com a prática, para que alguma teoria acabe aparecendo ali, ao acaso, ou espontaneamente. É nesse sentido que eu coloco.

E aí a gente vive uma situação de cotidiana precarização.

A OCDE em 2018, e já em 2019 essa pesquisa também foi veiculada, que mostra que a situação que eu abordei da UVA é uma situação do Brasil, tanto das universidades públicas quanto das escolas de ensino básico. Professores com salários congelados. Você lembra. Foi Michel Temer, quando foi aprovar os congelamentos, como eles chamam, dos gastos públicos, o Camilo (Santana) congelou primeiro aqui no Ceará por 10 anos e então nós já estamos congelados há algum tempo. E como a inflação só sobe e o nosso salário está estável, na verdade nosso salário tá decrescendo. Uma questão que é menos importante nesse período de pandemia.

E aí você tira o professor, por causa de uma crise sanitária, você tira o professor da sala de aula e ele vai pra sala da sua casa, com as condições que tiver em casa pra trabalhar. E além disso, nós temos o governo Bolsonaro, que pré-pandemia já persegue os professores. O professor e a professora são os alvos prediletos do Governo Federal, do Bolsonaro e do Weintraub, que é o ministro da educação. É um pessoal que não

gosta da ciência, que não gosta do conhecimento. Eles mostram isso quando criam a ideologia do Escola Sem Partido e perseguem professores no seu cotidiano de trabalho, dizem que são doutrinadores, que são isso ou aquilo. A gente percebe isso agora, na pandemia, quando eles querem esconder os dados das mortes e dos casos de Covid-19.

O que é isso? É uma repulsa pelo conhecimento, uma repulsa pela pesquisa científica. Eles também recusam todo tipo de informação que a ciência traz, sobre a pandemia, sobre a crise política. E acabam dando um tiro no pé, como aconteceu agora, que em meio a uma crise econômica querem esconder os dados. E vão complicar a economia, porque os países lá fora não vão querer investir em um país duvidoso. Não tem como existir confiança econômica.

A gente tem uma realidade que esse governo, que não tem nada interessante, sabe! Eu não consigo ver. Tem gente que diz: *“você tem que ver um pontinho legal no governo Bolsonaro”*. Me mostre um, por favor! Estou precisando! A gente só vê desgraça.

E no meio da desgraça, o professor, a professora, especialmente negra e pobre é o alvo do Jair Bolsonaro. O trabalho docente está ainda pior, os professores, as professoras vivem uma situação de desconforto. De saber se o colega está falando dele, se a gestão está pensando que ele está doutrinando, se vai receber algum processo, se tem aluno filmando e perseguindo etc.

É uma situação de um trabalhador que não é o que ganha mais. Não é o que ganha bem, como muitas vezes é dito. E sim, o professor universitário ganha melhor que o professor do ensino básico, o que é um absurdo. Porque o professor do ensino básico deveria ganhar igual a mim, mas não é a mesma coisa que se fala por aí. Então a gente tem que ter muito cuidado, o Brasil é um país endividado, os professores universitários também são, assim como todo o proletariado brasileiro.

Temos que ter noção dessas questões e perceber que o professor acumula no seu trabalho, tanto porque ultrapassa as 8h por dia, e porque tem que dar conta de tudo e, ao mesmo tempo, so-

fre uma perseguição vinda direta e exclusivamente, fortuita, do Governo Federal. Nós temos a “honra” de sermos perseguidos pelo presidente da República.

TB - É, de fato, nós estamos realmente atravessando um momento bem difícil, bem caótico, assim, do ponto de vista da economia, da política, dos movimentos sociais, então a gente vê aí vários segmentos sociais tentando articular e construir uma unidade. Também nesse sentido é interessante a gente pensar em algo mais amplo, para tentar dar respostas, né? Que nós não estamos conseguindo, dispersamente, de forma de dispersa. Mas você tocou em um assunto interessante: que nós estamos sendo pressionados. Os professores, todo mundo sabe, estamos com atividades remotas, nós estamos estudando e aprendendo a lidar com as tecnologias, mesmo quem é expert, está adequando as salas de aula, os grupos de pesquisa. Então, tudo isso demanda realmente muita tranquilidade e saúde mental.

Então, esse é um dos pontos que eu gostaria que a gente conversasse. Eu peguei um trabalho de um pesquisador da USP, que trabalha exatamente educação e trabalho, é o João dos Reis Silva.

O que ele diz? Olha que interessante: o professor atravessa a pressão do espaço-tempo, acentua a alienação e intensifica as reformas [ele está enfrentando essas reformas], a saúde mental do professor da educação superior corre o risco de vir a ser, no limite, um grande problema de saúde pública do planeta, a começar pela esquizofrenia, bipolaridade, alcoolismo, burnout, síndrome do pânico, depressão, fadiga intelectual etc. Isto porque se caiu no artilho do produtivismo e do carreirismo, escreve-se dez textos para fazer a crítica, mas se o faz; logo se faz o que se critica, curvando-se à persuasão e à coerção da avaliação eficientista.

O título desse artigo é: *Os limites políticos da democracia na educação superior brasileira delineados por intelectuais da academia em 2007.*

Então, nós somos pressionados a produzir, escrever, dar aula, estudar e ainda tentar manter, sob pressão, inclusive para ter ascensão

funcional, essa saúde mental, esse equilíbrio para ter o trato cotidiano dentro e fora da sala de aula. No meu local de trabalho, eu conheço sim professores que atravessaram problemas como depressão. Não sei se você, professor, pode comentar mais sobre isso.

MC - Infelizmente, isso é um problema que eu tenho me assustado, porque a gente ouvia falar, e acho que tem a ver com as gerações. Quando eu era mais jovem, quando eu estava nos primeiros semestres da universidade, ou mesmo na escola, a gente não pensava nisso. Depressão e saúde mental não era uma coisa que eu vinha pensando. Será que são os meus problemas? E aí eu olho pros lados e vejo pessoas muito próximas sofrendo de transtorno de ansiedade, depressão etc. E pessoas próximas, tanto em relação à amizade, família, colegas de trabalho, como próximas em relação à idade também, porque as pessoas acham que quem sofre são apenas pessoas mais velhas e, pelo contrário, tem crescido o número de jovens.

Isso tem realmente me assustado, eu acho que tem a ver com esse avanço da exploração, do mundo do trabalho. Está totalmente relacionado a isso, ao próprio avanço do capitalismo.

Aqui, para trazer um destaque, por exemplo, é lembrar que as mulheres, especialmente nesse momento de pandemia, quarentena, acumulam algumas dores. Podemos imaginar a saúde mental de uma mulher que já sofre e que já sofria de machismo, da opressão do companheiro dentro de casa, de ter que fazer todo o trabalho doméstico (entregar o almoço pronto pro filho, deixar o filho na escola, pra servir o marido etc) e acumula isso agora com o aumento desse abuso. Porque isso é sempre acompanhado de violência, em maior ou menor grau. A gente viu um dado que mostra que a violência doméstica avançou em larga escala no período de quarentena. Veja, não aumentou a violência doméstica, aumento o tempo que ela sofre, pois ela está o tempo inteiro dentro de casa com o marido. Aumentou (e obviamente que aqui eu estou fazendo um jogo de palavras), mas aumentou porque aumentou o tempo em que a mulher fica com o seu algoz.

O negro, a negra, o professor negro, a professora negra, acumulam esse racismo estrutural. Temos visto mundo afora e no Brasil casos extremos de racismo. E agora, em um momento onde todos estão confinados, como dizemos aqui no Ceará”, com os nervos a flor da pele”.

Vou dar um exemplo de uma coisa que aconteceu que tem a ver com o nosso trabalho docente. Agora a gente está fazendo atividades remotas. Aqui na UVA, a gente não aderiu à Educação a Distância, então os professores tentam passar algumas atividades remotas aos alunos que puderem participar, não são obrigatórias. E nós temos um professor que trabalha com artes visuais, o professor Nilson Almino, do curso de Ciências Sociais. E quando eu chego ao sindicato, a gente começa a ver esses problemas aparecendo. E eu posso citar aqui o caso do professor Nilson, que acontece por aí afora e que pode gerar problemas assim. Então: o professor estava em uma entrevista no Google meet, com um professor de Pernambuco, da Universidade Federal de Pernambuco, que estava lançando um livro sobre antropologia visual no Brasil, um livro de muita importância. E algumas pessoas adeptas ao Bolsonaro, os bolsonaristas, conseguiram o link da reunião, entraram e começaram a jogar vídeos pornográficos, música alta, atrapalhando a fala e não deixaram a reunião acontecer. Apenas porque se tratava de uma área de humanas, ou seja, antropologia visual no Brasil. Ali eles nem escutaram o que estava sendo debatido, entraram mesmo para vandalizar.

Então, os professores hoje estão vivendo essa realidade o tempo inteiro. O professor precisou fechar a sala no Google meet, abrir outra com apenas algumas pessoas e muitas pessoas interessadas realmente com a atividade perderam por conta desse vandalismo.

Eu tenho colegas que trabalham no ensino superior privado e eles estão trabalhando de sol à lua. Acordam cedo, precisam atender alunos, dar aula, aulas síncronas (aquelas que no momento que você está na aula, o aluno está presente do outro lado), produzir vídeos, material didático e eles não param. Há um adoecimento por conta disso, porque eles também precisam fazer comida, varrer o chão da

casa, cuidar das crianças. Um colega da URCA, que é professor temporário da URCA e também é professor do ensino básico, diz que nunca trabalhou tanto na escola do ensino básico como trabalhou agora. Está extremamente esgotante. O tempo inteiro tendo que dar conta de demandas remotas para a escola. Essas são situações que temos visto esses problemas de saúde mental aumentarem.

Por eu ser da Educação Física, por algum tempo também cheguei a estudar saúde do trabalhador, saúde coletiva e pude ver que o que acontece não é algo ao acaso. Nenhum adoecimento, ou pelo menos a esmagadora maioria do adoecimento relacionado à saúde mental não é fortuito, não é ao acaso. Em geral, está ligado às atividades laborais. O maior índice de adoecimento em relação à saúde mental se relaciona com a pressão do trabalho. Isso muitas vezes casado com a violência doméstica, urbana etc.

Nós vivemos uma bomba atômica, vivemos a todo instante a ponto de explodir. Não devemos citar nomes, mas conheço pessoas na nossa universidade, do nosso dia a dia, professores e professoras com problemas de saúde mental, dos mais diversos possíveis. Gente que está em uma palestra e começa a chorar porque não está mais aguentando. É terrível e precisamos ter um olhar para isso. Se o Governo Federal continuar nessa linha, na linha de ataque aos professores, eles apenas vão acabar com as pessoas e com os processos educacionais.

No entanto, devemos ter força! Buscar essa força. E nós vamos encontrar essa força no braço do outro, devemos estar de mãos dadas porque só vamos conseguir superar essa situação se concertarmos o que está errado.

Esse governo precisa cair! Todo esse governo!

E toda essa política educacional massacrante precisa ser revista e quem pode rever isso são os docentes e as docente. O Brasil tem produção, temos, por exemplo, uma proposta educacional vinda da classe trabalhadora, dos organismos sindicais. O PNE (Plano Nacional

de Educação) é um plano costurado pelos governos e pelas empresas, mas existe um PNE da sociedade civil...

TB - O professor Joannes Forte diz: *“Em tempos de perseguição, desrespeito e ataques aos direitos dos trabalhadores docentes a, qualidade da educação acaba prejudicada. Quais as possibilidades de resistência a esses ataques?”*

MC - Vou responder a pergunta do meu companheiro Joannes Forte, vice-presidente do nosso sindicato. Forte abraço! Ele tem sido um braço forte na luta do movimento docente.

O que nós podemos fazer? É a grande pergunta! Devemos unir forças!

Hoje estamos vendo um caso interessante: a classe trabalhadora precisou ir para a rua, num momento de extrema possibilidade de contágio do Covid-19 e, precisou, forçosamente, porque o governo tem surfado na onda de alguns manifestantes, todo domingo, dando aquele recado: “fecha o STF”, “fecha parlamento”, “dá todo poder ao presidente”. Então, as torcidas organizadas do futebol, antifascistas, foram para as ruas e nos deram uma grande lição: NÓS PRECISAMOS ESTAR DE BRAÇOS DADOS.

Eu acho que a saída para combater essa opressão - obviamente sem esquecer do trabalho sindical aqui na base, temos que falar com cada professor e professora, temos que acolher cada aluno e aluna, temos que fazer esse trabalho de formiguinha - mas não é o trabalho de formiguinha que resolve, infelizmente, ele deve ser feito incansavelmente, é uma questão inclusive humana, não devemos perder isso de vista. Mas eu acho que a grande saída é uma articulação da própria classe trabalhadora, dos trabalhadores. Veja que essas torcidas levaram agora, no segundo domingo, os profissionais da saúde, acabou chamando atenção e as pessoas foram para a rua, mais pessoas, trabalhador de todo tipo.

Quero deixar claro que não estou dizendo que a saída é sair de casa em um momento de quarentena, devemos nos manter em casa, ao mesmo tempo que devemos compreender aqueles que estão indo às ruas.

Vi um colega sendo criticado nas redes sociais por outro colega dizendo: *“eu não vou à rua, isso é um absurdo, a gente não deve sair de casa”* e o outro colega respondeu: *“bom, eu tive que estar na rua de segunda a sábado, trabalhando na minha moto, fazendo entrega, então, amanhã (domingo) eu vou estar na rua porque eu não aguento mais”*.

Então, a gente deve respeitar essas pessoas. Quem puder e quem não tiver à vontade para ir à rua, deve ficar em casa, mas a gente deve se organizar enquanto movimento docente. Veja, o SINDIUIVA é organizado junto ao SINDURCA e ao SINDUECE, no Fórum das Três. Então a gente trabalha com o sindicalismo que não é o sindicato da UVA, é o sindicato das estaduais. Que a gente chama de Fórum das Três. E a ADUFC, que é a seção sindical da UFC, também está junto conosco, uma quarta sessão que está chegando junto e a gente está trabalhando todas as campanhas e todas as ações de forma unitária.

Então, só com muita unidade a gente pode vencer! Unidade contra esse governo, unidade contra a figura do Bolsonaro e o governo dos militares. Temos que derrubar esse governo!

Infelizmente não tem saída em apenas acreditar que em uma próxima eleição vamos eleger alguém bom, alguém legal. Eu entendo que a força que a gente tem é a nossa força, força da mulher, força do negro e da negra, força do favelado, força dos nossos alunos, força do trabalhador rural e urbano. Se a gente não unir essas forças, a gente não consegue superar essa situação.

Vimos o governo do estado do Ceará, do Partido dos Trabalhadores (PT), colocando a polícia na rua no domingo para bater e prender pessoas que foram se manifestar contra o fascismo e contra o racismo, vimos esse mesmo governador congelando salário sem pandemia (sem dar nem a reposição que está em lei), não cumpriu o piso salarial dos professores no ensino básico por muitos anos. Eu era efetivo da prefeitura de Fortaleza em 2011, fizemos uma grande greve junto aos professores do estado para conseguir algumas hori-

nhas de planejamento, porque não tínhamos, era de segunda a sexta com turma dentro de sala de aula. E mesmo com a lei do piso, o governador na época, Cid Gomes, não cumpriu o piso. Então, temos toda uma escalada de governos que poderíamos achar que fossem governos dos trabalhadores, como é o governo do Camilo Santana, mas a gente também tem ataques.

Diante disso, eu não vejo outra saída, se não for de braços dados com a professora Telma, com o professor Joannes, com os nossos alunos, com os trabalhadores rurais, com o povo do mercado, com o povo que tá mendigando na rua, com as torcidas organizadas, com os estudantes... não vejo saída se não pela nossa própria força!

TB - Pergunta do Nonato. Diante dessa situação, como resgatar a credibilidade do trabalho docente?

MC - Temos que fazer uma pergunta: Para quem essa credibilidade se perdeu? Quem não acredita nos docentes? Para resgatar a credibilidade do docente, temos que lutar para resgatar a dignidade do trabalho docente. Mas aí eu me pergunto novamente: para quem o docente é uma pessoa ou um trabalhador que perdeu a dignidade?

Porque eu, por exemplo, trabalho em uma universidade em Sobral. Sobral acolhe a região Norte como um todo, nós temos alguns estudantes até de fora do estado, são minoria. Mas a gente acolhe a região norte como um todo.

Os nossos alunos nos respeitam, vêem que a gente tem um trabalho digno, um trabalho honesto. Então eu acho que o docente tem credibilidade, tem dignidade, agora, existe um setor que hoje é representado pelo bolsonarismo, que quer destruir a credibilidade de toda área do conhecimento, da ciência, da educação, todas as áreas que se relacionam com conhecimento.

Então, existe um setor da nossa classe, a classe trabalhadora, infelizmente, que está iludida com o bolsonarismo, que diz que esse professor não tem credibilidade.

Veja, do ensino básico ao ensino superior, o professor e a professora - eu tenho muitos amigos professores, do ensino básico ao ensino superior - madrugam, professor de ensino infantil passa a madrugada construindo atividades para que o seu aluno aprenda.

A gente dá tudo que tem, a gente não está só nas oito horas diárias, então a população vê isso, a população trabalhadora ainda respeita o professor, o trabalhador rural, a empregada doméstica e a população em geral tem nos respeitado, quem nos desrespeita é o bolsonarismo, são aqueles que estão iludidos com Bolsonaro e os próprios adeptos dessa corrente ideológica que é o bolsonarismo, um misto de fascismo, um autoritarismo, algo parecido, que se denomina hoje o partido bolsonarista.

TB - Professor, nós temos uma pergunta do Dirceu, professor de Salvador: não teríamos nesse momento de fortalecer um novo sentido para a luta social? Fortalecer o sentido coletivo para todos os trabalhadores?

MC - Acho que o professor tem razão. A classe trabalhadora tem seus instrumentos, como os sindicatos, os partidos políticos, os movimentos sociais, os grêmios estudantis, as associações de bairros, as comunidades religiosas que têm articulação com os movimentos sociais. A esquerda brasileira, e eu não estou falando especificamente dos partidos, mas de todos aqueles que estão do lado esquerdo, contrários a esse tipo de programa da direita e da extrema direita, ela tem se repensado, ela tem feito grandes esforços, não é fácil, mas nós temos que buscar. Uma certeza eu tenho, a gente tem que estar juntos, de braços dados, a gente tem que buscar unidade na classe trabalhadora, em cada trabalhadora, em cada trabalhador.

Então a gente precisa sim, rever...

Eu acho que a gente tem sim boas notícias, a gente tem vitória nas ruas, a gente tem torcida organizada de futebol, que ficou conhecida no Brasil por vandalizar estádio, está na rua sendo antifascista e antirracista, dirigindo manifestação contra um governo autoritário, contra um governo antidemocrático.

Então, acho que a gente tem que estar junto e pensar, tomando lições das ruas, como que a gente pode, a partir das experiências, avançar?

Eu acho que sindicalismo sozinho não é mais suficiente. Os movimentos sociais precisam ser mais abrangentes. Cada vez menos localizados naquele seu interesse econômico apenas, não deve ser mais só por salário, não deve ser apenas por condições de trabalho. Deve ser por uma outra sociedade, uma sociedade mais humana e mais justa.

Então, eu acredito no trabalhador brasileiro, eu acredito na trabalhadora brasileira!

Quero fechar agradecendo a professora Telma, que representa, aqui, cada historiadora e historiador desse país e que tem um apreço importante por essa classe, a classe dos trabalhadores, a classe que vive do trabalho e que vive oprimida, infelizmente, em altos níveis de exploração.

Me coloco a disposição do curso de História, da professora Telma e de quem mais quiser, para conversar sobre isso. Eu acho que cada um e cada uma deve se politizar, deve ler, deve ver vídeos no YouTube, deve entender o que se passa no nosso país e tomar decisões de ir contra tudo isso que está aí!

TB - Muito obrigada professor! Boa tarde e um abraço!

CAPÍTULO 4

A EDUCAÇÃO NO BRASIL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Mediação: Telma Bessa

Com: Francisco Alencar Mota

Diálogo realizado no dia 23 de junho de 2020, às 14h.

TB - Boa tarde a todos e todas! Vamos iniciar a entrevista de hoje, que será realizada com o prof. Dr. Francisco Alencar Mota, dos cursos de Ciências Sociais e Direito da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, que nos falará sobre a educação no Brasil nesse período de pandemia. Queremos cumprimentar as pessoas que estão entrando na sala, lembrando que estamos em pleno momento de pandemia no país, decorrente da propagação do Covid-19, e que essa entrevista está sendo realizada no calor desse momento e de forma virtual por essa razão.

Nós gostaríamos inicialmente de apresentar o prof. Alencar a fim de que quem não o conhece possa passar a conhecê-lo. O prof. Alencar tem graduação em Teologia, Letras e Direito, além de mestrado e doutorado em Sociologia pela UFC; e pós-doutorado em estudos avançado de cultura contemporânea pela UFRJ. Sua temática de reflexão e pesquisas estão voltadas para temas tais como educação e políticas públicas, além do interesse em política, formação social, política e econômica brasileira, estado e sociedade, religião, direito, democracia, dentre outros temas. Atualmente é professor das disciplinas de Fundamentos Básicos de Filosofia e Sociologia, no curso de

Ciências Sociais; e direito civil, no curso de Direito, ambos da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

O Brasil vive hoje o ressurgimento de um neoconservadorismo nas mais diversas esferas da realidade, incluindo a educacional, cujo movimento tem ganhado apoio de alguns grupos fervorosos, dispostos a irem às ruas defendendo bandeiras muitas das quais bastante criticadas por educadores e a sociedade em geral, tais como o controle dos conteúdos ensinados pelos professores, a proibição de se promover discussões políticas no âmbito da escola (escola sem partido), a defesa de valores morais no ensino, críticas à democracia e aos poderes e instituições estabelecidos, dentre diversas outras bandeiras. Tal movimento tem tentado desqualificar e desprestigiar grandes educadores no país, dentre estes, Paulo Freire, que fez duras críticas, em suas análises, à pedagogia tradicional, em prol de uma pedagogia que denominou de “pedagogia libertadora”, a qual ganhara muita evidência e aceitação nos anos 1960 e até hoje, no Brasil. Diante disso, perguntamos ao professor Alencar, como você enxerga as tendências educacionais hoje no país, traçando um quadro da situação que vivemos no país atualmente, de modo a retomar o que Paulo Freire denominou de “pedagogia libertadora”?

AM - Bom, Telma, primeiramente eu quero cumprimentar você, parabenizar pelas iniciativas que você vem tomando de, semanalmente, propiciar um debate sobre temas tão contemporâneos, nesses tempos de pandemia, articulando e mobilizando diferentes pessoas, tanto para refletirem como entrevistados, como também a participarem nos debates nas lives. E agradecer o convite a mim para ser uma dessas pessoas a refletir junto com vocês o atual momento que estamos vivendo. De fato, a educação tem sido uma dessas áreas a sofrer não somente os efeitos da pandemia, assunto principal de nossa entrevista, mas também o sucateamento sob esse desgoverno que aí está, o qual não tem uma agenda de proposta positiva para a educação, mas tão somente de “desmonte” do que já existe, além de usá-la como esfera de ataques ideológicos, alimentando, assim, gru-

pos que o apoiam, sem qualquer comprometimento com as soluções concretas de problemas que a educação historicamente demanda, como discutiremos nesta entrevista. Assim, eu gostaria de dizer que se a educação no Brasil sofre os efeitos da pandemia, ela vem sofrendo também, já desde 2016, um forte sucateamento decorrente de reformas antissociais e antipopulares, como a reforma do ensino médio, sob o triste governo Temer; a diminuição de verbas públicas em função da lei de aprovação do teto dos gastos públicos, o ataque de grupos neoconservadores aos conteúdos educacionais democráticos etc. Ou seja, antes mesmo da pandemia, a educação passava por um desmonte, e, de certa forma, pode-se dizer que a pandemia mais agravou contradições na educação do que mesmo as tivesse criado. Por tudo isso, eu tenho preferido dizer, sem muitos receios de estar equivocado, que estamos vivendo um “desmonte” da educação no país, sob o pretexto de se estar reformando a educação. Se o termo “reforma” nos traz a ideia de aprimoramento, aperfeiçoamento, o que estamos vendo hoje na área de educação, sob o desgoverno Bolsonaro, é um verdadeiro desmonte a se observar de imediato pelo corte de verbas, tentativas de controle dos conteúdos escolares a cargo das escolas e dos docentes, violando os princípios consagrados de autonomia docente e das próprias escolas. E quanto aos alunos, estes sendo inclusive ameaçados, quando não se consegue colocá-los contra os próprios docentes, tudo isso promovido, apoiado e incentivado pelo próprio ministro da educação, Abraham Weintraub, o qual passara, se não me engano, quatorze meses à frente do Ministério da Educação, e pergunto o que deixou de legado para a educação do país que não seja ameaças, perseguição a educadores, gestores escolares e democratização da educação, em todos os sentidos? Respondo: nada! Absolutamente nada! Sendo assim, respondendo à sua pergunta mais diretamente, eu diria que nem o que Paulo Freire denominou de “pedagogia tradicional” está mais em questão na educação brasileira. Vive-se hoje uma tentativa de reaparelhamento ideológico da educação para sustentar uma parte dos eleitores de Bolsonaro, que acreditam ou fingem acreditar que a educação está

sendo reformada. Mas mais uma vez pergunto, reformada em que, se o que se vê é tão somente atos de discórdia, perseguição e ameaças, além de tentativas de desmonte sob a liderança de Weintraub, tendo como alvo conquistas históricas dos movimentos docentes e estudantis. E o pior é que ao deixar o governo, sucumbindo diante das declarações que fizera no dia 22 de abril naquela tão comentada reunião ministerial em que explicitara ameaças e agressões aos ministros do Supremo Tribunal Federal, além de outras razões de natureza política, o fizera mediante um “teatro”, em que o presidente da República agradeceu o “excelente” (sic) trabalho do então ministro. Agora sou eu que pergunto: excelente por qual razão, se nada fez?

TB - Pois então, por qual razão?

AM - Não é difícil responder, Telma! Se observarmos mais atentamente o “governo” Bolsonaro, termo que, repito, eu coloco entre aspas por reputar que não se trata de um governo, propriamente dito, mas muito mais de um “desgoverno”, em função de sua agenda negativa, criticada por muitos, inclusive pelo próprio Congresso Nacional, vemos que tal desgoverno carece de uma agenda positiva para o país, limitando-se suas ações predominantemente à crítica do que já existia, independentemente de se está funcionando ou não, mas com o objetivo de alimentar uma parcela de eleitores “fanáticos” e “idiotizados” (ou se preferir, “irracionais”, “odiosos” etc) que ainda enxergam o resultado das urnas de 2018 como o melhor para o país. Tais eleitores formam a base eleitoral de Bolsonaro, que os alimenta com um discurso pretensamente reformador do país contra o que denomina de “esquerda”, discurso esse que carece de fundamentos, esclarecimentos dos conceitos, e pior do que isso, sem que tal base esteja sequer preocupada nesses esclarecimentos e fundamentos, visto predominarem na política atual o irracionalismo, a disputa pela mera disputa, os sentimentos travestidos em ódio por tudo que se considera de “esquerda”, termo que passou a significar não somente o petismo, mas qualquer dissidência com Bolsonaro. Tanto que é ex-aliados que romperam com Bolsonaro, alguns dos quais ao longo

da pandemia, como os ex-ministros Sérgio Moro e Henrique Mandetta, a deputada estadual pelo Rio de Janeiro, Janaina Paschoal, dentre outros, foram acusados por essa ala mais radical do “bolsonarismo” (eu diria, mais “raivosa”) de “esquerdistas”. Vejam se isso faz sentido? Mas faz todo sentido se, diante do que estou colocando aqui, enxergarmos o momento que estamos vivendo como de grande “obscurantismo”, em que a verdade enquanto perspectiva objetiva tem sido preterida pela “verdade” prevalecida pela força, pelo ódio, pela própria mentira, pela “disputa pela disputa”. Voltando à sua pergunta, em um governo onde o que vale é destruir um suposto inimigo custe o que custar, ainda que esse inimigo seja imaginário (um suposto “comunismo”) destruí-lo é a meta, não se importando o que se coloque no lugar, nem mesmo que não se saiba o que verdadeiramente é “comunismo”, daí o “sucesso” do hoje ex-ministro Weintraub, sucesso exatamente por não ter feito nada, mas ter conseguido alimentar um discurso de ódio, perseguição e tentativa de destruição. E, nesse sentido, o termo sucesso está bem empregado, pois a meta era exatamente a alimentação desse ódio e irracionalidade que estava nas eleições de 2018. Assim, sob essa perspectiva, repito, esse ministro foi um sucesso, ainda que uma tragédia para a educação do país, e para o próprio país, que nesse momento de pandemia carece de liderança e proposições de ações de políticas públicas não somente para a saúde, mas também para a educação e diversas outras áreas sociais.

TB - e por que Weintraub não se sustentou no governo, já que no sentido que você propôs ele foi um “sucesso”?

AM - Bolsonaro foi como que “obrigado” a destituí-lo do ministério. Veja você e todos que estão nos ouvindo e vendo, que Weintraub foi o ministro mais visado, na reunião ministerial a que me referi, pelas críticas que fez aos ministros do STF. Essa reunião foi gravada e a gravação foi liberada pelo próprio Supremo à imprensa e à sociedade, contra a vontade do governo. O resultado não poderia ter sido outro - as muitas críticas de diversos setores da sociedade, ganhando, inclusive, repercussão internacional, tudo isso corroborando para

a exposição do Brasil no âmbito internacional, lembrando que tudo isso acontecera em meio à pandemia decorrente do Covid-19, no momento em que as mortes decorrentes cresciam a cada dia, chegando a mais de mil mortos por dia, e o próprio governo, como vimos defendendo aqui, demonstrava grande inação na área da saúde, ignorando completamente a gravidade do problema. Aliás, “ignorando” não é bem o termo, mas em muitos momentos dispensando publicamente grande desprezo, e não raros, ironia à gravidade dos efeitos, e, o que é pior, “sabotando” as iniciativas positivas por parte de alguns governos estaduais que, dentre outras ações, promoveram hospitais de campanha e adotaram o isolamento social. O próprio presidente denominou, o que ficou constantemente repetido, o Covid-19 de “gripezinha”, e foi várias vezes à televisão e às ruas instigar o uso do medicamento cloroquina, até hoje sem comprovação científica de eficácia, criando relações tempestuosas com a própria comunidade científica nacional e internacional da área da saúde. Além de ter sido o mais visado pelas críticas que fizera aos ministros do STF, chegando inclusive a propor a prisão de todos eles, o que dificultara ainda mais as já desgastadas relações entre Bolsonaro e o STF, Weintraub chegou a ser também entrave às então relações entre Bolsonaro e o Congresso Nacional, igualmente agravadas ao longo da pandemia, por diversas razões que não caberiam aqui desenvolver, sob risco de transformarmos esta live só nessa questão. Mas é sempre bom lembrar que quando Bolsonaro tentava se reaproximar politicamente do Congresso Nacional, sobretudo por meio de concessão de cargos e verbas aos deputados do denominado Centrão, sendo o FNDE, cargo ligado ao Ministério da Educação, e que se tornara “moeda” de troca de apoio político, Weintraub representava obstáculos a isso, e sua permanência ficava cada dia mais insustentável, acabando por Bolsonaro precisar demiti-lo, ainda que contra a sua vontade, sob pretexto de o estar promovendo para uma direção no Banco Mundial.

TB - Ainda sobre Paulo Freire, como podemos pensar sobre a “pedagogia libertadora” nesse contexto que você descreveu se reportando à situação educacional vivida atualmente no Brasil?

AM - inicialmente, gostaria de salientar que tem-se visto avanços históricos na educação brasileira, sobretudo desde a Constituição Federal de 1988, e, sobretudo, a partir de 1996, com a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/1996). Com a Constituição Federal de 1988, a educação, assim como outras esferas sociais, passa a se constituir como direito. Isso significa que a educação deixa de ser mera “oportunidade” ou mesmo “privilegio” de alguns para ser direito de todos, e que nada justifica, sobretudo crianças e adolescentes, para nos limitarmos à pessoas em idade de educação básica, estarem excluídas da educação básica. E não adianta falarmos em direito educacional se não há quem deva se responsabilizar para que esse direito seja cumprido, no caso o Estado, enquanto poder público, mas também os próprios pais. Foi-se o tempo em que qualquer dos pais poderia dizer, como se ouviu muito no passado, que não colocava o filho ou a filha na escola, pois que precisava trabalhar para ajudar a família. Hoje, pais não possuem mais essa “opção”, sob pena de responsabilização. Além do que o Estatuto da Criança e do Adolescente, que é de 1990 (Lei nº 8.069/1990) reafirma esse direito, o qual recai sobre a família, a comunidade, a sociedade em geral, e o poder público poder assegurá-lo, sob pena de responsabilização. Desde então, os poderes públicos têm planejado ações em prol da educação, constituindo-se essa em matéria de políticas públicas. Atravessamos dois grandes blocos de governo, os quais implementaram políticas efetivas para a educação no Brasil, o primeiro estando o Brasil sob o governo do PSDB, ao longo dos períodos compreendidos pelos anos 1995-2002 (coincidentes com o governo de Fernando Henrique Cardoso) e o segundo momento, compreendido pelos anos 2002-2016 (sob o governo do PT, subdivididos nos governos Lula e Dilma), nos quais tivemos políticas públicas de educação, propriamente ditas, com ações e metas planejadas, ainda que cada período com as suas

respectivas ênfases e escolhas governamentais. Mas uma coisa esses períodos tinham em comum, quando comparados com o atual momento, sob o “desgoverno” Bolsonaro. Havia planejamento e execuções de ações, e, de certa forma, houve continuidade, quando por ocasião das transferências de governos. Exemplifica claramente isso a política de financiamento da educação, inicialmente com o Fundef, cuja estrutura e modelo foram dados continuidades com o Fundeb, por ocasião do governo Lula, mesmo que com este, a educação básica como um todo viesse a ser contemplada no fundo, não somente o ensino fundamental, como quando com o Fundef. Foi também ao longo desses governos que temas caros, os quais vieram a integrar as políticas públicas educacionais, tais como universalização da educação, formação para a cidadania, autonomia escolar, democratização da educação, dentre outros, passaram a integrar um vocabulário educacional comum, com respaldo social, e contra os quais ninguém se aventurava desprestigiar.

Deve-se afirmar também que nesse período mais amplo, o Brasil se tornara signatário de uma série de tratados e cartas de políticas públicas internacionais, as quais obrigavam os países signatários a implementarem as orientações e recomendações que emergiam da comunidade internacional em matéria educacional. Se em um primeiro momento, coincidente com o governo FHC, a ênfase da política educacional repousava no acesso à educação (no caso, o ensino fundamental, obrigatório), no período seguinte, sob os governos do PT, com Lula e Dilma, além de se dar continuidade a muitas das ações educacionais do período anterior, a discussão educacional se pautou sobre a ampliação da obrigatoriedade educacional, como dito, mas também aos conteúdos escolares que seriam ministrados, vindo a educação a tratar de refletir questões concernentes às desigualdades, à democratização, à inclusão de determinados segmentos sociais, de forma que se poderia designar de avanço educacional, não ignorando, no entanto, diferenças e contradições existentes. O fato é que a partir de 2016, e aqui vale a expressão “Golpe de 2016”, que eu repu-

to academicamente por verdadeira, a educação toma outra direção rumo ao que eu, particularmente, denomino de bancarrota, reiniciando-se com o governo Temer, o qual propunha uma pseudo “reforma” educacional, ao mesmo tempo que o congelamento dos recursos públicos sociais, com a denominada “PEC dos Gastos”, dentre diversas outras medidas controversas sobre as quais temos escrito de discutido em diversas oportunidades para isso. A reforma educacional à qual eu me refiro é a auto denominada “Reforma do Ensino Médio”, sob o governo Temer (Lei 13.415/2017, oriunda de medida provisória), a qual impôs à educação uma série de sacrilégios para professores, alunos, escolas, conteúdos disciplinares etc. E, sob o atual “desgoverno” Bolsonaro, política educacional nenhuma foi anunciada, e nem poderia, por uma série de razões, uma delas, destaque-se, a falta de continuidade da administração da educação, o que de mais óbvio se pode depreender do fato de que com menos de um ano e meio de governo, tivemos três ministros da educação, e o atual não disse, ainda, para o que veio. Mas a razão maior é a que eu tenho afirmado acima - não haver explicitamente interesse em desenvolver a educação, salvo medidas voltadas para expurgar o que dizem enganosamente ser de governos de esquerda, em meio à grande falta de definição do que isso possa significar, desde que passem aos seus eleitores o sentimento (falso, diga-se) que esteja fazendo algo pela educação, refiro-me a referências vagas a uma educação moral, apolítica, disciplinadora, voltada para uma espécie de aprendizagem de conteúdos separados da cidadania, inimiga da reflexão sobre identidades afirmativas. Olhando para o que se tem feito na educação sob o atual desgoverno, sobretudo quando comparado com o que se vinha sendo realizado nos períodos anteriores, chegamos à triste conclusão de que a educação no Brasil vive um processo predominantemente de desestruturação, sem que se coloque no lugar nada de concreto ou positivo, disfarçado de reforma, em meio a uma onda de obscurantismo, o que nada mais serve senão a uma propaganda enganosa que tem como único objetivo alimentar o obscurantismo presente em parte considerável de eleitores de Bolsonaro até as eleições de 2022,

em que Bolsonaro almeja sua reeleição, alimentando-se do discurso imaginário e estratégico que se está mudando o Brasil. Sobretudo quando, na realidade, Bolsonaro reproduz tudo o que combateu na campanha de 2010 (a velha política, corrupção governamental etc.).

Quero ressaltar aqui que nem mesmo o projeto de militarização da educação, levado a cabo pelo desgoverno Bolsonaro, talvez o que de mais aparente possa contradizer ao desmonte educacional que estou afirmando acontecer hoje, nada mais signifique para além do projeto de desmonte e instrumentalização da educação em favor de uma de suas principais bases eleitorais, no caso, os militares, o que só reforça ser tal projeto parte do projeto maior de desmonte irresponsável, isso sim, o que de mais concreto temos visto em matéria educacional. Diante disso, pensar em uma educação libertadora hoje, à luz de Paulo Freire, implica reconquistar a escola sua autonomia, e, ainda, e de certa forma, embrionária, para que ela discuta e reflita os rumos da cidadania no país, a relação dos conteúdos educacionais com os processos de emancipação social, econômica, a democratização do saber, consciente de que não existem conteúdos que não sejam políticos, daí porque não faz sentido se falar em “Escola Sem Partido”, movimento que, felizmente, perdera base judicial no país, e faz sentido, sim, no âmbito do obscurantismo ao qual parte da sociedade sujeita, quer acreditando ou se fazendo acreditar que o Brasil está mudando para melhor. Educação libertadora no atual contexto não significa outra coisa que não a educação resistir à onda fascista que ressurgiu no mundo, e, em particular, e em versão mais ideológica, no Brasil, e cujo objetivo mais cruel é sujeitar as pessoas e a sociedade em geral a um governo autoritário que se utiliza do povo mais do que promove o seu bem-estar social, em termos de autonomia e emancipação.

TB - agora um tema muito atual: estamos atravessando no país nesse momento uma pandemia, decorrente da propagação do Covid-19, algo de certa forma inédito na atual geração, cujos efeitos são sentidos não somente na vida de milhares de pessoas que a contraíram, incluindo o número dos que morreram, mas também com efei-

tos na economia, nas relações sociais, na vida cotidiana, enfim... No que concerne à educação, temos, dentre outras coisas, a interrupção das aulas presenciais, e, em muitos casos, a tentativa de continuidade das aulas “remotas”, ou seja, à distância, questão essa que tem sido controversa. O que você tem a dizer sobre isso?

AM - Pois é, Telma! Quem imaginou que passássemos por isso, né?! Muito embora pandemias façam parte da história. E você, como historiadora, sabe melhor do que eu. Essa pandemia que estamos vivendo tem-nos feito muito lembrar a gripe espanhola, há um século atrás, e como são incríveis as semelhanças a despeito dos diferentes momentos históricos. Além de nós, também a própria ciência foi surpreendida, e tem sido uma correria até hoje em prol da tão almejada vacina. Sobre a pandemia e seus efeitos na educação, gostaria de tecer algumas considerações. De início, destaco que o tamanho dos efeitos da pandemia dependem muito de como cada país lida com o problema. Assim, se na Austrália pode-se dizer que seus efeitos foram mínimos, dada a forma como a pandemia foi enfrentada nesse país, verdadeiro exemplo de ação exitosa, podendo-se aí, sim, dizer que ela foi uma “gripezinha”, aqui no Brasil, temos o extremo oposto, e estamos caminhando rumo aos mais de 100 mil mortes. Henrique Mandetta, ministro da saúde exonerado, logo no início da pandemia, por motivo que confirma tudo o que vou afirmar agora, previu que as mortes chegariam a algo entre 100 a 150 mil mortes. Pois bem, o Brasil é um exemplo a não ser seguido. Muito ao contrário, temos aqui motivo para denúncias a organismos internacionais. É impensável que em plena pandemia, o número de mortes ultrapassando a um mil casos por dia, o presidente Bolsonaro decida trabalhar na contramão de toda ciência, de medidas adotadas nos estados e municípios, assim como do próprio bom senso, simplesmente para politizar o problema, como se pode depreender da briga com os governadores, com o Congresso Nacional, o Judiciário e a imprensa. Não vi em país nenhum do mundo o que estamos vendo no Brasil, mesmo que algumas questões aqui tenham sido as mesmas discutidas em

outros países como, por exemplo, a discussão em torno da validade do isolamento social, a utilização de medicação substituta à vacina, para me limitar a uma das questões.

No entanto, controvérsias à parte, as lideranças políticas em outros países foram mais responsáveis no enfrentamento da questão, quando comparadas aqui no Brasil, sobretudo quanto ao enfrentamento do problema como questão nacional. Aqui, no Brasil, o presidente da República vai a público via TV e ruas menosprezar a gravidade do vírus, quando comparou-a a uma “gripezinha”; criticar as medidas adotadas por governadores, as quais estavam sendo adotadas mundialmente, como as únicas eficazes, na ausência de vacina, sem qualquer embasamento científico; ao contrário, contra toda ciência e, pior, contra todo bom senso. Ao tempo que o país mais sofria os efeitos do vírus, o presidente, descumprindo medidas adotadas até mesmo pelo governador do Distrito Federal, vai às ruas incitar multidões a aglomerações, pondo-as em risco, quando era o principal responsável para unificar o país nas ações de proteção e solidariedade. Aqui, diga-se, em nenhum momento o presidente vai à TV, em cadeia nacional, como o momento e o cargo requeriam, se solidarizar com as famílias que perderam entes queridos, o que era de se esperar de um líder dirigente. Ao contrário, faz discurso naturalizando a morte, isso tendo sido considerado, e muito apropriadamente, como, no mínimo, desrespeito a essas famílias, tendo sido motivo também para se falar em “genocídio”, coisa do qual eu, particularmente, não tenho dúvida. E o que é mais inadmissível, ainda, as exonerações havidas dos titulares dos Ministros da Saúde, o primeiro deles, caso do Henrique Mandetta, por motivos de adotar as políticas recomendadas pela própria Organização Mundial da Saúde, contra a qual Bolsonaro se opunha, em momento que mais precisava a ela unir esforços contra a pandemia. Não fora iniciativa do Congresso Nacional, do Judiciário e de parte da imprensa a situação estava pior, ainda, e faço questão de destacar ao menos uma das ações de cada um desses órgãos mencionados para que se saiba o quanto deve-se

lutar para preservar a democracia no país, contra a qual se insurge o próprio Bolsonaro. A grande contribuição do Congresso Nacional foi a aprovação de recursos emergenciais e nos valores estabelecidos, contra os quais o próprio governo trabalhou contra, e quando viu que seria derrotado, trabalhou arduamente para diminuir os valores da assistência emergencial para algo em torno de R\$ 200,00 (duzentos reais), ao contrário dos valores finalmente aprovados - R\$ 600,00 graças ao Congresso Nacional. E, quando definitivamente aprovada a ajuda emergencial, tal ajuda ainda encontrou muitas dificuldades para chegar até quem dela necessitasse, esbarrando-se em burocracias inoportunas. Não se está querendo aqui ignorar reivindicações e pressões de grupos sociais sobre o Congresso Nacional para que tais medidas fossem adotadas, mas que fora no âmbito deste órgão que se reagiu para o enfrentamento do problema diante da omissão vergonhosa e inacreditável do Governo Federal, nesse sentido.

Destaque-se também iniciativas de governadores e prefeitos de diversos partidos, os quais tiveram que enfrentar oposições ligadas ao governo para implementarem medidas efetivas de combate à pandemia, precisando inclusive que o Judiciário, através do Supremo Tribunal Federal, estabelecesse a competência dos governadores e prefeitos para determinadas medidas diante da tentativa do Governo Federal de boicotá-las. Assim, ficará lembrado o quanto em plena pandemia, tendo-se sempre em conta que o Brasil perde apenas para os EUA, com o qual está alinhado ideologicamente em muitos aspectos, Congresso Nacional, governadores e prefeitos e o próprio Judiciário tomam determinadas iniciativas para se enfrentar os efeitos da pandemia, diante de tão grave omissão e desprezo por parte do Governo Federal, o que a meu ver, e estou convencido disso, corroborou o número elevadíssimo de contaminados e mortos pelo Covid-19.

TB - E a educação, que efeitos mais diretamente se pode afirmar ter havido nessa tão fundamental área social em meio à pandemia? Lembro aqui a discussão que tem havido atualmente sobre os usos das tecnologias digitais no ensino, a retomada da discussão sobre a Educação a

Distância, a sobrecarga de professores e pais decorrente de terem que se adaptar a essa nova realidade. Outra questão ligada a essa é se voltaremos novamente ao ensino presencial tal como vinha sendo, ou, como alguns têm utilizado a expressão “novo normal”. O que dizer sobre tudo isso?

AM - Pois é, professora Telma! Todas essas questões são de fato... não digo novas... mas tendo a sua novidade no atual contexto da pandemia. Tentarei ser sucinto. O ensino nas escolas está ele todo montado no pressuposto presencial, e não é por quaisquer que sejam as justificativas, que ele poderá ser ministrado de uma hora para outra de forma a distância, sem que isso acarrete resultados deletérios. Tenho participado de muitas lives com especialistas no assunto, além de representantes de entidades educacionais, os quais têm sido unânimes a colocarem as dificuldades enfrentadas por pais e professores, isso sem ignorar as dificuldades dos próprios alunos. Nem mesmo aqueles que defendem que o ensino a distância está funcionando, por melhor que sejam as intenções e a boa-fé da afirmação, eu a tomo por verdadeira, até mesmo porque o tempo tem sido muito curto para uma efetiva e justa avaliação dos processos, sobretudo quando estamos falando de educação, por tratar-se de uma área que não se mensura assim tão imediatamente, sobretudo a partir de respostas que entrevistados dão muitas vezes sob receio quanto às consequências.

Quase que a totalidade dos pais, que delegaram seus filhos à escola a fim de que cuidassem de outras atividades, nada ou pouco sabem de educação formal, até mesmo porque não são formados (ao menos a maioria deles) em alguma licenciatura ou pedagogia, e seus trabalhos são de outra natureza que não a docência. Pois bem, não se pode esperar que de uma hora para outra se transformem em professores, muito menos de seus próprios filhos, cujos desafios são bem diferentes. Isso não é culpa deles, pois não se capacitaram para isso. Mas se viram como que “jogados” nessa tarefa de “professor auxiliar”, tendo que sacrificar outras tarefas às quais já vinham se dedicando para atender essas novas exigências. Da mesma forma, a casa não é escola, daí não poder substituí-la, não da forma como tem

abruptamente se transformado. Nem a criança vê a sua casa como escola, nem a escola está igualmente preparada para adentrar a casa da criança. E não é comprando um tablet, um notebook, um celular novo etc., que essa transformação vai se realizar. Por tudo isso e muitas outras coisas que o tempo não permite desenvolver, não há de se esperar, salvo auto engano, que o aprendizado está se realizando a contento, lembrando que a questão também se trata de direito de aprendizagem, que todas as crianças possuem, e que em muitos casos tem-se presenciado a violação desse direito.

Muito do que estou, nesse momento, ressaltando diz respeito à educação infantil, mas também ao ensino fundamental, médio e superior, respeitadas as devidas particularidades. No ensino superior, por exemplo, são muitas as questões suscitadas reportando-se à qualidade da internet, a carência de meios digitais para o ensino, as condições familiares e da própria casa para que o ensino a distância seja satisfatório, dentre muitas outras questões que têm sido apresentadas. Particularmente, não creio que na grande maioria dos casos em que a educação esteja sendo ministrada por meio de “aulas remotas” (não estou me referindo aqui à EaD que está desde o início estruturada para o ensino a distância), realizadas de forma emergencial e substituta do ensino presencial, tais aulas estejam sendo ministradas de forma satisfatória. Ainda que alunos e professores tenham relatado o contrário. Até mesmo porque tem-se notícia também de receios que professores sentem de perderem seus empregos, nos casos de escolas particulares, constrangidos e ameaçados que estão, e ao darem entrevistas se é de esperar que maximizem em termos positivos a experiência. Sobre isso, li muito a respeito do quanto professores estão sendo obrigados, mesmo que disfarçadamente, a se adequarem ao ensino remoto sob risco de perderem seus empregos de docentes.

Com relação ao que se está chamando de “novo normal”, acredito que levaremos conosco alguma ou muita coisa do atual momento, mas que não é por isso que o sistema presencial de ensino será substituído pelo ensino remoto. Lembremos que transformações em cur-

so nesse sentido já vem ocorrendo há décadas, independentemente de pandemias, mas por força predominantemente do capital, e tal processo continuará a ocorrer mesmo em situação de não pandemia. Assim como conteúdos educacionais continuarão por muito tempo sendo ministrado unicamente de forma presencial.

TB - Professor Alencar, dentre as perguntas que aparecem aqui no chat, uma foca exatamente a situação do professor nesse período de pandemia, que resultou no isolamento social, a valorização do trabalho docente e se o ensino a distância seria uma alternativa quando se constata no país a falta de inclusão digital. Creio até que em parte você já tocou nessas questões. Mas fique à vontade para desenvolver um pouco mais.

AM - Primeiramente, gostaria de denunciar aqui uma mentira que se propaga como verdade - a de que com a pandemia estamos todos dentro de um mesmo barco, como se as consequências fossem iguais para todos. A pandemia tem exposto e aprofundado as desigualdades no país, como se pode depreender dos dados que apontam ela matar mais negros do que brancos, pobres do que ricos etc. Tais números estão estampados nos próprios dados oficiais, assim como do Ministério da Saúde. Se tomarmos a cidade de Fortaleza como exemplo, cujos dados concernentes à propagação do covid-19 eu venho acompanhando mais de perto, temos que a despeito de os primeiros casos terem surgidos em bairros considerados "nobres" da cidade (Aldeota, Papicu, Dionísio Torres, Fátima), fato que se explica até mesmo em função de os primeiros casos terem sido decorrentes do contágio de pessoas que haviam tido contato com pessoas do estrangeiro, não sendo isso tão comum em meio às classes sociais pobres, fato é que à medida que o vírus se propagava, ele o fazia em direção aos bairros periféricos da cidade, onde se localizam as populações mais pobres, em função ao que tudo indica da condições sociais e sanitárias mais precárias entre estes, bem como de os negros serem a maior parte da população. Fato semelhante se verificou na cidade de Sobral, tendo os primeiros casos ocorrido nos bairros de

classe média (Junco, Colina, Renato Parente, Campo dos Velhos, Boa Vizinhança [Belchior] , além do Centro) e à, medida que se propagava o, faziam com mais velocidade em direção aos bairros periféricos da cidade (Terrenos Novos, Cohab, Alto da Brasília, dentre outros)

Com relação à questão dos professores e da própria educação, a pandemia expôs e agravou as contradições de nosso sistema educacional. Em oportunidade de participar de várias lives nacionais para se refletir e discutir a questão educacional no país, envolvendo representantes dos diversos segmentos educacionais - conselho nacional e estaduais, Ministério da Educação, entidades representativas de professores etc., foi quase que uma unanimidade o reconhecimento de que a educação no país não estava preparada para enfrentar o atual problema, carecendo tanto as escolas como os alunos e os sistemas de ensino de condições materiais, tecnológicas e humanas para se adotar um modelo pedagógico para além do fundamentado nas relações presenciais, o que passou a se denominar em muitos lugares de “aulas remotas”. Sem mencionar a infraestrutura de internet no país, evidenciada com a pandemia como de grande precariedade, o que dificultava mais ainda as possibilidades de um modelo educacional alternativo. Assim como ficou evidente também o diminuto percentual de escolas que se aventuraram às aulas a distância, o que não significa que a qualidade das aulas quando do ensino presencial tenha se mantido quando por ocasião de sua substituição por aulas remotas. Ao contrário, ficaram mais evidentes ainda as dificuldades, sentidas pelos próprios pais que, os quais viraram de uma hora para outras “professores” auxiliares de seus filhos sem condições materiais, na grande maioria dos casos, somadas a isso, as condições emocionais e de preparo, de grande precariedade, mesmo em se tratando de famílias de classe média, considerando-se que a situação em meio às classes sociais pobres, a situação é de precariedade maior ainda, ou total. Enfim, se tomarmos em conta que a educação no país já vinha passando por um período de deterioração desde 2016, a pandemia não pode ser identificada a rigor como “causadora” das dificuldades

que a educação vive hoje. Mais do que isso, ela expõe tanto as contradições já existentes nessa área, como evidencia despreparo educacional na maioria das vezes negado pelos setores dominantes. Nesse sentido, temos ainda a persistência da falta de melhor capacitação dos professores para o exercício docente, as condições infraestruturais das escolas, a necessidade de valorização dos professores, da democratização no âmbito da escola, dentre diversos outros exemplos.

TB - Nesse contexto todo, e agora lembrando de Dom Hélder Câmara, que costumava dizer: “nós somos fazedores de esperança”, e também de Dom Paulo Evaristo Arns, ao afirmar: “de Esperança em Esperança, nós vamos construindo é a nossa, nossa vida e a nossa luta”, o que podemos pensar sobre a esperança, em meio a tantas dificuldades?

AM - Não podemos abdicar da esperança. Aqui está o grande mistério apregoado nas religiões, dentre estas, o próprio cristianismo. A despeito de todo pessimismo ao retratar a realidade hoje, sobretudo a brasileira, para mim em situação mais piorada, ainda, eu quero acreditar que esse momento de obscurantismo seja só um momento, e que logo estejamos de volta ao bom senso, à razão e a tudo que conquistamos como decorrência do esclarecimento, da ciência, da razão, enfim.... Não que eu esteja sendo ingênuo a ponto de ignorar as contradições da modernidade. Não se trata disso, mas de querer em meio à própria modernidade, e a partir dela, resgatarmos o que dela já obtivemos, a saber os sentimentos de igualdade, de democracia, de autonomia etc. Até mesmo porque o que estamos vivendo hoje é pior do que todas as contradições da modernidade. Disso eu não tenho dúvida! Também não quero ser ingênuo a ponto de dizer que esse obscurantismo é uma novidade absoluto. O Brasil é um país que foi gestado em meio à violência, às desigualdades, à opressão. E sinto que isso seja assim por muito tempo, ainda. Mas uma coisa é abdicarmos de lutar, outra coisa é continuar a luta a despeito de todos os obstáculos.

O desgoverno Bolsonaro sinaliza tudo de ruim para nosso país, e o fato de uma parte da população tê-lo feito presidente só corrobora

o que estou afirmando, pois ficou muito claro nas últimas eleições que parte da população, sob um sentimento raivoso e de desesperados estava disposta a eleger qualquer um que não fosse o PT, tão vítima que estava de uma propaganda jurídico política e midiática que a fizeram cair nessa armadilha, achando que estava consertando o país. Ledo engano! E vou mais longe, nosso pior problema no momento não é a pandemia, mas a condução do país! Nossa população ficou mais pobre, mais violenta desde 2016. Isso todas as estatísticas estão aí para mostrar.

TB - Estamos chegando ao final de nossa entrevista de hoje. São muitas as intervenções no chat, assim como perguntas. Mas vejo que muitas delas já foram contempladas na fala do professor Alencar. Assim, deixo ao professor Alencar uma fala final, e, desde já, mais uma vez agradecer você ter aceitado nosso convite para esta entrevista, e dizer que muita gente aqui no chat está parabenizando pela mesma.

AM - também quero agradecer a você, Telma, por esta oportunidade, que muito me honra. Sei que o tempo é curto para fazermos aprofundamentos. Nossa realidade é muito complexa e tem tanta coisa em jogo quanto ao momento que estamos vivendo. Mas sigamos juntos e observadores, pois nossa continuidade histórica depende muito de como estamos vendo essa realidade. Outra vez, mais, muito obrigado por essa oportunidade.

Um abraço!

CAPÍTULO 5

OS TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Mediação: Telma Bessa

Com: Marcos Aguiar Ribeiro

Diálogo realizado no dia 26 de maio de 2020, às 14h.

TB - Eu gostaria, Marcos, de tentando contextualizar essa relação do diálogo da disciplina, da historiografia com essa área da doença e da saúde, dizer que é uma área que vem crescendo muito o interesse dos estudiosos e dos pesquisadores. Há um primeiro trabalho do professor Sidney Chalhoub, intitulado “Cidade febril: Cortiços e epidemias na corte imperial”. Trata-se de uma história construída no entrelaçamento de muitas histórias na cidade do Rio de Janeiro, a história da febre amarela levou para o estudo das transformações nas políticas de dominação e nas ideologias raciais do século XIX. Então nós buscamos uma história que está entrelaçada de história. O seu percurso também demonstra uma abertura ao diálogo como pesquisador, professor, na Santa Casa, no Sistema Único de Saúde - SUS e no Programa de Saúde da Família - PSF. Há um outro trabalho aqui que eu gostaria de mencionar, porque a área da história e a área das ciências humanas estão sendo muito depreciadas. Então, tem um trabalho muito interessante sobre a tuberculose, por exemplo, que é da professora Ângela Pôrto, que ela estudou a tuberculose em Porto Alegre. Ela diz que até pouco tempo esse assunto era confinado aos

manuais médicos. A tuberculose ganhou estatuto de objeto do estudo histórico. Então esses dois trabalhos são da década de 1990, e assinalam o interesse do historiador para com essa temática.

E no ano 2000, professor, foi criado o Grupo de Trabalho (GT) - história da saúde e da doença, dentro da nossa associação, que é a ANPUH. Então de lá para cá, muitas pesquisas se desenvolveram. Eu gostaria de trazer essa tríade do trabalho, que é história, trabalho e doença, e gostaria de citar um trabalho primordial da professora Ana Beatriz Almeida, da Universidade Federal Fluminense (UFF), sobre Doenças do trabalho, doenças da profissão. A pesquisa dela trata sobre aqueles operários, das décadas de 1920 e 1930, que estavam acometidos de tuberculose no local de trabalho. Então, assim sendo, exigiria ou seria justo uma indenização ou uma política pública do Estado para a proteção desse trabalhador, concorda? Então o campo da história também está preocupado com essa reflexão, e qual é o nosso encontro com a sua tese, qual é o encontro da história com o trabalho escrito pelo Professor Marcos, é exatamente a ampliação do conceito da saúde e da doença. Porque a doença, como nós compreendemos, não tem a ver só com o estado clínico dos pacientes, mas tem a ver, inclusive, com as suas condições de moradia, de alimentação, as condições de higiene. Então parece que nós estamos trazendo essa reflexão para o dia a dia e para o que nós estamos vivendo hoje. Por quê? Porque a história, se preocupa sim com o ser que está doente, a doença, a cura e a morte, ou seja, é a vida, é o ciclo da vida.

Então só pra concluir e fazer uma primeira pergunta, eu gostaria de citar um trabalho do ano 2009 da Professora Janete Silveira, que afirma que nos séculos passados, doenças como Varíola, Tuberculose, Gripe, Tifo, Peste, Cólera, enquanto fenômeno, eles implicaram uma transformação na economia, na demografia, na política e na cultura do povo. E na sua dissertação de mestrado, o senhor definiu como pesquisa a doença crônica, que é a Diabetes, dentro de uma localidade de Sobral.

E seu trabalho faz uma reflexão sobre o que é a promoção da saúde, não se trata só da doença, mas é exatamente a prevenção da

doença, é esse cuidado e essa atenção, e a sua formação é exatamente voltada para esta dimensão. O seu doutorado na UNIFESP é sobre essa atenção e especialmente o olhar da gestão e do gerenciamento do serviço público. Então, uma primeira questão para o senhor tem a ver com uma palavra, assim, primorosa que tem na sua dissertação, que é a tecnologia do cuidado. Então, o que seria essa tecnologia do cuidado e afinal, o que é o trabalho do enfermeiro

“Ótimo, professora! Fundamental conseguirmos esta oportunidade de trazer esses diálogos entre as diversas disciplinas. Eu acredito que nós, enquanto coletivo que estuda, pesquisa e vivencia a saúde coletiva, precisamos buscar caminhos para promover saúde, compreender o Sistema Único de Saúde e a saúde pública. Compreender o Sistema Único de Saúde é muito além de uma concepção de uma política pública voltada para saúde, mas uma compreensão de um projeto de sociedade, uma vez que buscamos pensar nessas estratégias de descentralizar os serviços de saúde, de estar mais próximo das comunidades, de identificar as vulnerabilidades sociais que existem nos territórios e de identificar que na saúde e na doença existem determinações sociais relacionadas. Neste sentido, é um olhar ampliado. Tem uma autora que é uma referência para a Saúde Coletiva e que também dialoga com as Ciências Sociais, a Suely Rolnik, quando ela traz a necessidade de se ativar um olhar vibrátil pra que possamos conseguir ter essa sensibilidade de enxergar muito além da doença, ou seja, de identificar que aquela pessoa, quando é um ser completo e complexo, que precisa ser enxergado de uma forma mais sensível, e nós enquanto profissionais da saúde precisamos ativar esse olhar vibrátil, esse olhar sensível, esse olhar atento ao que está além da doença, de modo a enxergar para além daquela condição. Eu acredito que esse é o nosso grande desafio.

Neste momento de pandemia que nós estamos vivenciando, é fundamental enxergar muito além de uma doença, uma vez que todo este processo vivido vem modificando todas as formas, as relações de produção, as relações entre as pessoas, as relações delas consigo e

com um outro eu. A partir do momento que ela se encontra em casa, o contexto estimula a pessoa a rever sua vida, sua forma de encarar todo esse processo. Então tudo isso realmente é um grande desafio, e enxergar isso a partir de outras formas, em uma perspectiva interdisciplinar, é fundamental quando prezamos entender a saúde como um todo. E quando discutimos as tecnologias, as tecnologias em saúde, tem um autor também da saúde muito interessante, que é o Emerson Merhy, ele é um autor que estuda as tecnologias na saúde, uma referência para nosso coletivo, inclusive vem trazendo algumas colaborações importantes e refletindo um pouco de como essa situação vem mudando as relações dos trabalhadores da saúde com sua forma de trabalho, com os usuários do Sistema. Então ele traz alguns estratos de diferentes tecnologias em saúde que são utilizadas, desde as tecnologias que consideramos leves, que são tecnologias relacionadas mais a essa dimensão relacional, são as tecnologias do encontro, do encontro de subjetividades. A partir do momento que eu olho para uma pessoa, que eu reconheço que ela tem a sua subjetividade, que ela necessita muito além de um procedimento de saúde, mas necessita também de uma escuta qualificada, de um olhar atento, de um olhar amigo, quando pensamos uma estratégia de fazer uma vídeo chamada de um paciente que está em uma Unidade de Terapia Intensiva, porque acreditamos que aquele contato, mesmo que virtual com a família, será importante para o desenvolvimento de seu projeto terapêutico. Então a trazemos desde tecnologias leves a tecnologias leve-duras, que são tecnologias que dialogam entre essa dimensão relacional e as tecnologias duras, que são os procedimentos com diferentes densidades tecnológicas, que eu não diria mais complexo, porque acredito que as tecnologias leves envolvem um nível de complexidade muito maior, mas ela envolve uma densidade tecnológica diferente, e a utilização de diferentes tecnologias convive no nosso dia a dia do fazer saúde, desde uma Unidade Básica de Saúde, do posto de saúde, que está inserido em um território e onde precisa-se enxergar as pessoas muito além da sua doença, ou seja, reconhece-

-la dentro de um território, território que apresenta vulnerabilidades, como por exemplo, importantes conflitos de gangues relacionadas.

Assim, o contexto da família precisa ser enxergado de uma forma sistêmica, complexa, para que possamos entender essas relações. Então esse desafio de estar próximo ao usuário do Sistema e conseguir realmente dar uma resposta, que ela vai ser coerente com a necessidade do usuário, isso é fundamental. No estudo das condições crônicas é importante entender que vai muito além daquela dimensão, muitas vezes restrita, onde se percebe a saúde em uma perspectiva de cura, porém, as pessoas com condições crônicas precisarão conviver com aquela situação de saúde possivelmente pela vida inteira ou por um grande momento de sua vida. Então esse processo da condição crônica envolve, exige que nós pensemos diversas possibilidades de tecnologias do cuidado. Então essas diversas possibilidades de tecnologias do cuidado, desde as tecnologias leves, leve-duras e tecnologias duras, elas possibilitam que nós, como trabalhadores da saúde, possamos dar uma resposta singular para as necessidades que são singulares de cada usuário. Esse reconhecimento da singularidade do usuário é fundamental nesse momento e é fundamental desde sempre. Acredito que nesse momento que nós estamos vivendo é uma situação complexa de saúde, de uma pandemia, de uma necessidade de todo um sistema de saúde se reorganizar para dar uma resposta a uma situação muito complexa de saúde, isso exige que nós, enquanto trabalhadores da saúde, possamos reconhecer essas singularidades do usuário e buscar tecnologias singulares a cada uma dessas necessidades. Eu acredito que este é um grande desafio.

TB - Professor, quais são as principais dificuldades do trabalho do enfermeiro hoje olhando pra nossa conjuntura? O senhor sabe que existe o Observatório de Recursos Humanos da Área da Saúde. E temos vários estudiosos e pesquisadores que estão atentos ao trabalho do enfermeiro.

MA - A enfermagem, desde já vendo alguns enfermeiros aqui, falando, mandando algumas mensagens, parabenizar a todos os en-

fermeiros. Tenho muito orgulho de dizer que sou enfermeiro e que é minha categoria e acredito muito nessa categoria e compreendo que ela é estratégica e potente para o Sistema de Saúde, uma vez que a nossa maior força de trabalho no Sistema Único de Saúde são realmente os trabalhadores que estão na linha de frente de todo esse momento, juntamente com as outras categorias, mas ele tem o papel importante na dimensão da gestão do cuidado. O enfermeiro consegue fazer a articulação com as outras categorias e garantir toda essa gestão do cuidado. Depois podemos falar um pouco mais sobre isso, mas o enfermeiro é um ponto estratégico dentro do Sistema Único de Saúde, vivemos um grande desafio na própria categoria, isso no âmbito nacional e no âmbito mundial, então, vários movimentos vêm acontecendo. Um dos movimentos recentes que foram iniciados foi o próprio movimento *'Nursing Now'*, movimento internacional de busca à valorização da categoria, de estímulo à participação ativa desses profissionais na construção das políticas de saúde, do reconhecimento e do entendimento de que defender a categoria da enfermagem é defender sistemas universais de saúde, é um movimento que vem sendo disparado no âmbito mundial e no Brasil com algumas iniciativas, com apoio dos conselhos, das universidades, em um significativo movimento de valorização.

A enfermagem realmente tem um grande desafio de conseguir buscar a valorização do seu processo de trabalho, esse é um desafio que tem uma relação histórica com a própria construção social da profissão. A profissão nasce dentro de uma dimensão vinculada à caridade, vinculada também a perspectivas religiosas, e então, ao longo do processo de construção da enfermagem, buscou-se essa dimensão do fazer ciência na enfermagem. Então, com a instituição das escolas de enfermagem, não só no Brasil, mas das figuras importantes na construção da enfermagem, a própria Florence Nightingale, isso no âmbito internacional, e a própria Anna Nery, no Brasil, que são enfermeiras de referência na construção dessa enfermagem como uma profissão. Os grandes desafios com estabelecimento de carga horária

de trabalho, de piso salarial são movimentos que vêm sendo abordados e trabalhados pelas instâncias que representam a categoria. Os conselhos de classe também representam um movimento que precisa ser compreendido e defendido por todos nós. Assim, são diálogos importantes que atravessam o cotidiano do trabalho e se entrelaçam no contexto da pesquisa e da universidade.

Estou vendo aqui alguns dos meus alunos falando aqui nas mensagens o quanto é importante conseguir trazer essa dimensão do que é ser enfermeiro no âmbito da sociedade, de entender realmente o papel dessa profissão estratégica, o quanto ela é protagonista na construção do cuidado, principalmente quando falamos de promoção da saúde, de prevenção da doença, o quanto o enfermeiro tem esse papel estratégico de gerir o cuidado, porque é a profissão que consegue estar em todos os momentos do processo de cuidado, então é a profissão que estará durante 24 horas com o paciente, então ela vai conhecer e reconhecer todos os pontos e as dificuldades. Ele está desde o processo clínico, desde a administração de medicamento, desde a execução do procedimento até o processo de reconhecer os outros fatores sociais e ambientais que estão relacionados ao processo de saúde-doença, desde o sono prejudicado, desde a interferência da iluminação para dificuldade daquele sono, então, é enxergar muito além da situação da doença, enxergar que existe um ser humano, um ser que precisa ser olhado de uma forma completa e holística dentro dessa dimensão de se fazer saúde. Hoje se tem esse grande desafio, dentro desse contexto de pandemia da Covid-19, é uma categoria, por ter esse nível de aproximação dos usuários, de estar muito tempo com eles, é uma categoria que por diversas vezes teve uma grande parte da sua força de trabalho contaminada pela Covid-19, então temos vários colegas nossos de trabalho, enfermeiros, que acabaram sendo contaminados. Acredito que uma parte de quem nos escuta vêm acompanhando nos noticiários e observando o quanto temos alguns profissionais, inclusive, que acabaram complicando, que acabaram evoluindo para óbito. Então é uma categoria

que precisamos olhar de uma forma sensível e enxergar o quanto ela é importante. E eu espero muito que esse momento que nós estamos vivenciando sirva pra isso, pra não só enxergar a categoria, mas enxergar a importância de um sistema público de saúde. Eu acredito que neste momento, conseguimos ter a possibilidade de enxergar o quanto necessitamos do Sistema Único de Saúde, o quanto ele é importante para o nosso cotidiano, o quando nós precisamos abraçar e defender o sistema público de saúde. Então, acredito que esse é um movimento fundamental nessa lógica de construção do que acreditamos que é fazer saúde dentro dessa lógica social. E muitos dos nossos colegas enfermeiros, como eu, encontra-se neste movimento manhã, tarde, noite e madrugada para poder dar uma resposta para os usuários, por acreditar no Sistema Único de Saúde. Assim, é fundamental este movimento de defesa, este movimento de proteção das pessoas. Nesta fase de pandemia, muitos de nossos colegas estão manhã, tarde, noite esgotados de uma quantidade e intensidade de trabalho, porém acredito que têm essa recompensa de acreditar que estamos sendo importantes nessa construção do nosso Sistema, nesse momento importante que nós estamos vivenciando.

TB - Isso mesmo, gente, tem muitos comentários, muito interessante. Aqui uma pergunta da Jacy Alves: *"Como você acha que a gestão do cuidado pode ser operacionalizada na Atenção Hospitalar em tempos de pandemia?"*

MA - Ótimo. A minha formação acabou me levando muito para o contexto mais comunitário, minha formação está muito relacionada à saúde comunitária, principalmente o contexto do Saúde da Família, da Atenção Primária à Saúde, então, toda a minha trajetória acadêmica e profissional vem nesse sentido. Nestes últimos meses, tive o desafio de estar dentro de um espaço hospitalar, gerenciando o espaço hospitalar, e então, durante este meu desafio recente, venho buscando estratégias de como trazer toda essa lógica de entender que as pessoas que estão dentro desse espaço hospitalar, institucionalizados, precisam de um cuidado ampliado. Então estamos buscando im-

plementar diversas estratégias. Dentre elas, uma das estratégias que foram implementadas dentro do ambiente hospitalar, foi o Núcleo Ampliado de Cuidado Interprofissional, que demos um nome carinhoso aqui de NACI, Núcleo Ampliado de Cuidado Interprofissional. Ele nasce muito no formato de um programa que acontece na lógica comunitária, que é o NASF, o Núcleo Ampliado de Apoio ao Saúde da Família. Trouxemos essa lógica para o contexto hospitalar, de modo que estamos conseguindo aproximar as diversas categorias profissionais, porque dentro, o desafio do trabalho colaborativo e interprofissional é maior, muitas vezes percebemos diversos trabalhadores da saúde desenvolvendo processos de trabalho isolados. Então, fazer do enfermeiro, o fazer do médico, do psicólogo, do farmacêutico, do fisioterapeuta, então, quando propomos essa articulação, esse olhar e esse trabalho colaborativo interprofissional, buscamos superar um grande desafio, mas isso é muito importante para o usuário, ele é que vai ser mais beneficiado nesse processo.

Então estamos construindo estratégias interessantes dentro da lógica de gestão do cuidado, que é desenvolver essa gestão do cuidado desde uma perspectiva individual até uma perspectiva societária, então, por exemplo, estávamos discutindo hoje pela manhã, o caso de uma pessoa que estava internada na psiquiatria do hospital, que é uma trabalhadora do sexo e que ela não tem nenhum vínculo social dentro do município. Ela é procedente de outro estado e está como trabalhadora do sexo. Neste interim, acabou tendo um transtorno e necessitou realmente de um cuidado de internação. Deste modo, no processo de discussão do caso, refletimos como será sua alta nos próximos dias, tendo em vista que a mesma encontra-se evoluindo bem clinicamente, qual vai ser o suporte que ela vai ter social? Então, buscou-se reconhecer as diversas possibilidades, inclusive que o território tem, como o hospital dialoga com as comunidades e com a Atenção Primária, assistência social, CAPS, CREAS, com outros suportes sociais. Então esse desafio de enxergar, e eu volto mais uma vez com minha fala, eu acredito que é enxergar muito além da dimensão

da doença, é enxergar que são pessoas que têm singularidades, que têm subjetividades, eu acredito que esse é o maior desafio que nós temos na saúde pública, que é enxergar além, e quando conseguimos enxergar além com esse olhar vibrátil, conseguimos realmente ter respostas positivas. E assim, estamos buscando implementar desde a construção do organograma mais horizontal, mais participativo, onde as pessoas consigam tomar as decisões de forma coletiva e colegiada, até a forma de pensar estratégias de Projetos Terapêuticos Singulares, ou seja, pensar caminhos e estratégias para um cuidado ampliado.

TB - O profissional da área da saúde está doente? Como gestor do hospital de campanha, como é que o Município está pensando em avaliar a saúde mental dos profissionais que estão lidando diretamente hoje com essa realidade? Então, o senhor já falou dessa, da mortalidade, que vêm a óbito os enfermeiros que não estão mais aguentando o peso da jornada de trabalho, do baixo salário, como também da exaustão do trato com o paciente. Então como é que está?

MA - Acredito que desconstruir relações precarizadas de trabalho é um grande desafio quando falamos da categoria da enfermagem, que muitas vezes tem essas relações mais frágeis de trabalho e que precisamos buscar caminhos pra isso. Quando falamos de valorização, esta perpassa os aspectos relacionados a salário, a carga horária de trabalho, mas perpassa também o reconhecimento da importância dessa categoria dentro da construção das políticas públicas, dentro da construção do Sistema de Saúde, dentro do processo saúde-doença, dentro do próprio reconhecimento por parte dos pacientes, dos usuários, da importância dessa categoria. Então, o desafio do processo de valorização da enfermagem vai muito além. Acredito que a academia tem um papel importante, quando buscamos formar enfermeiros com qualidade, de reconhecer essa importância do papel da enfermagem, de uma formação ampliada que consegue fazer com que esse enfermeiro reconheça a importância do seu papel dentro da tomada de decisão, dentro da atenção, da assistência, da gestão, da pesquisa, então, perpassa por diversos aspectos, mas temos

uma realidade brasileira onde a enfermagem, que encontra-se na linha de frente do processo de cuidado, não consegue ter condições de trabalho dignas, o que impacta no adoecimento. Temos esse desafio enquanto trabalhadores da saúde, enquanto gestores da saúde, de buscar caminhos e estratégias de cuidar dos enfermeiros e demais trabalhadores, ou seja, cuidar de quem está cuidando.

Hoje a categoria de enfermagem, como eu falei, é a maior força de trabalho do sistema público de saúde. Temos também muitas pessoas que pensam as políticas públicas de saúde, que também são enfermeiros. Assim, precisamos pensar também de que maneira conseguiremos realmente construir essa identidade da enfermagem, fortalecer essa identidade dessa categoria profissional no próprio desenho das políticas públicas e como pensamos estratégias de promover, de proteger essas pessoas que estão muitas vezes na frente, na linha de frente do cuidado, não só nesse momento da pandemia, mas anterior a isso, a enfermagem tem o papel estratégico e fundamental dentro da construção da própria Saúde da Família, quando refletimos a atuação de enfermeiros dentro das Unidades Básicas de Saúde, desde o atendimento clínico, visitas domiciliares, desenvolvimento de atividades grupais, grupos de convivência, ou seja, trabalhando juntamente aos territórios e às famílias, ou quando pensamos nas diversas possibilidades do fazer dessa categoria profissional, na ciência, na pesquisa, nas universidades, então acredito que esse é um desafio nosso.”

TB - Como é que é a formação desse enfermeiro, tem um estágio, tem um convênio entre as instituições de ensino superior e os hospitais, como é que está esse quadro, por exemplo?

MA - A formação da enfermagem, quando reflito esta formação do local onde eu me formei e de onde tive oportunidade de ser professor, passou por um movimento, nos últimos anos, de reorientação da formação. Existiram alguns projetos de reorientação da formação no âmbito da saúde, dentre eles o próprio Pró-Saúde, que foi um movimento que modificou todo o currículo da enfermagem da Universi-

dade Estadual Vale do Acaraú, que reformulou todo o currículo também da medicina na Universidade Federal do Ceará, onde buscamos um currículo que conseguisse trazer essa dimensão da interdisciplinaridade. Então ele deixa de ser um currículo disciplinar e passa a ser um currículo modular, onde temos diversos módulos que dialogam entre si, buscando estratégias de aprendizagem e desenvolvimento onde o estudante consiga chegar no serviço de saúde, no sistema de saúde o mais precoce possível para que ele consiga vivenciar o sistema. Então, acredito que viver o sistema é importante na definição e na formação desse enfermeiro.

Por diversas vezes, o aluno chega dentro do curso de enfermagem e pensa que irá aprender somente os procedimentos da enfermagem, aprender a aplicar uma injeção, realizar uma sondagem ou uma aspiração orotraqueal. Todavia, o ser enfermeiro é muito além do procedimento, é muito além da dimensão técnica, é realmente buscar esse processo que eu falei anteriormente, que é enxergar o além. Eu falo muito isso, eu tive oportunidade enquanto estudante de ter uma vivência importante logo no início da graduação, que era um projeto de vivências de estágios no Sistema Único de Saúde, e o quanto esse projeto que participei no início da graduação tem impactado no meu dia a dia profissional, dentro do cargo que eu exerço, dentro do fazer como professor e como pesquisador, o quanto ele, quando eu olho para trás e eu vejo a minha formação, eu vejo o quanto esse projeto foi importante, é um projeto que envolvia a extensão universitária, que envolvia a interlocução com diversas categorias, eram alunos de diversas categorias profissionais que, durante 15 dias, ficaram imersos em um determinado local, vivenciando o sistema e dialogando, discutindo, criticando e refletindo e construindo, buscando entender melhor esse sistema, e o quanto precisamos dessa oportunidade de enxergar as diversas categorias profissionais. Tive a oportunidade, nesta vivência, de conhecer o sistema penitenciário, um projeto social que acontece com as mulheres do sistema penitenciário, de conhecer uma tribo indígena, um assentamento, um local

de ocupação, projetos que trabalhavam com juventude. Eu lembro que uma professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú, que eu tive a oportunidade de depois dialogar com ela, de pesquisar, de estar junto, a professora Ivaldinete Delmiro, que tive a oportunidade de conhecê-la nesse projeto e então de me aproximar de discussões de gênero, de sexualidade, de enxergar essas discussões, de promover esse olhar mais ampliado. É imensurável o quanto isso transformou a minha formação e o quanto isso transformou meu atual fazer como profissional e como pesquisador. Eu acredito que a formação precisa disso, possibilitar que os estudantes possam mergulhar no sistema de saúde, mergulhar nesse contexto social, para que consigam entender que fazer saúde é muito além de tratar a doença, mas é enxergar que tem todo um contexto social, econômico, político, cultural, histórico envolvido nas relações de trabalho, nas relações de saúde-doença, que isso precisa ser considerado e isso precisa ser relacionado aos projetos terapêuticos, que precisam ser singulares de acordo com as necessidades de cada usuário.

TB - Nós defendemos a valorização dessa profissão que vai além do quadro clínico. E falando nisso, quais são as reais condições de trabalho do enfermeiro hoje, na nossa região por exemplo?

MA - Hoje a enfermagem é a nossa grande força de trabalho, inclusive, os próprios conselhos de classe vêm nesse movimento de acompanhamento, onde todos os profissionais que são de alguma forma suspeitos ou contaminados por conta da pandemia são compartilhados junto ao conselho, que a partir de então, vamos buscando estratégias coletivas para pensar políticas públicas de proteção e de prevenção. Temos um movimento inclusive nacional de valorização da categoria profissional, que precisa realmente ser fortalecido. Acredito que todos que estão nessa nossa live compartilham com esse nosso desafio de buscar estratégias e de pautar importantes lutas de um salário digno, de uma carga horária de trabalho compatível.

Neste momento da pandemia, estamos percebendo uma grande dificuldade de contratar profissionais técnicos de enfermagem.

Estes profissionais, por muitas vezes, acabam se expondo de forma dobrada por estarem em dois ou três empregos. É uma pessoa que trabalha pela manhã no hospital 'A' e à noite trabalha no hospital 'B', então seu nível de exposição acaba sendo muito grande, porque ele acaba pegando vários trabalhos para ter realmente um salário melhor. Então isso faz com que tenhamos vários profissionais que acabam se afastando por ter esse contato prolongado. Neste momento da pandemia, vivemos situações onde não sabemos se estamos indo para casa contaminados, se iremos levar essa contaminação para as pessoas que amamos, para nossa família. Então temos todo esse cuidado, esse receio, esse medo acaba criando ou amplificando sofrimentos, por isso estamos desenvolvendo estratégias e espaço de diálogo e cuidado. Temos um serviço de psicologia hospitalar, grande parte das pessoas que estão sendo acompanhadas por esse serviço são trabalhadores, principalmente da enfermagem, sendo acompanhados nesse serviço com a psicologia institucional do hospital, onde as pressões, onde a carga de trabalho, onde o peso dos EPIs acabam amplificando o desafio de ser trabalhador na saúde. Acredito que esse é o grande desafio, não só pra enfermagem, mas pra todas as categorias da saúde, mas a enfermagem realmente tem esse diferencial por ser a categoria que está por mais tempo ao lado do usuário.

TB - Então é muito importante essa luta de valorização da categoria do enfermeiro, inclusive a Lei 2564, que está em tramitação. E o senhor gostaria de dar uma mensagem, assim, para os jovens profissionais?

MA - Acredito que nesse momento, esses espaços de diálogos são fundamentais pra construção, dizer que é importante que todos nós possamos buscar estratégias de fortalecimento, de reconhecimento da importância da categoria da enfermagem. Não só nesse momento, costumamos buscar enxergar essa pandemia com um outro significado, de uma luz no fim do túnel, onde possamos enxergar que pós esse momento complexo que estamos vivendo, nós seremos um sistema de saúde mais fortalecido, teremos relações intersetoriais mais fortalecidas, teremos um olhar da população diferente pro Sistema Único de

Saúde. Então, que todos vocês que estão acompanhando acreditem no Sistema Único de Saúde, defendam o Sistema Único de Saúde e acreditem na enfermagem, defendam essa categoria. São momentos de grandes adversidades que nós estamos vivenciando, são momentos de grandes desafios pra todos, não só para os trabalhadores da saúde, mas principalmente para as pessoas, principalmente pessoas em situações de maiores vulnerabilidades. Essa doença é muito além de uma doença clínica, é uma doença social importante. Isso tudo mudou toda a relação de produção, de capital, as relações econômicas, políticas, sociais, culturais, então o desafio é muito grande, mas que possamos sair desse momento com esse desejo de reconstrução de uma sociedade diferente da que vivenciamos, de uma sociedade mais justa, mais honesta, uma sociedade com maior equidade. Então, que possamos defender, porque defender equidade é defender o Sistema de Saúde, é defender esse projeto de sociedade. Então, que possamos sair com esse desejo. Um abraço a todos virtualmente!

CAPÍTULO 6

OS TRABALHADORES FEIRANTES E O SETOR INFORMAL

Mediação: Telma Bessa

Com: Luiz Antonio Araújo Gonçalves

Diálogo realizado no dia 19 de maio de 2020, às 14h.

TB - Estamos novamente aqui em diálogo com o Professor Luiz Antônio Gonçalves para darmos início à entrevista. Nós estamos há mais de 60 dias em isolamento social, vivendo uma pandemia global e estamos aprendendo a lidar com essa situação e queremos, a cada dia, fortalecer e ampliar a nossa capacidade de resiliência, a nossa capacidade de compreensão e de entendimento com paciência para superar os medos e as angústias que todos nós sentimos.

O tema de estudo do professor no campo do mundo do trabalho é muito interessante, que abre muitas janelas para nós dialogarmos, historiadores, sociólogos, geógrafos e cientistas políticos. O professor estudou as metamorfoses das feiras no Nordeste e ele começa o trabalho com uma frase de um historiador chamado Fernand Braudel. Esse escritor, esse estudioso, foi preso nos campos de concentração na Segunda Guerra, ele fez inclusive a tese dele dentro da prisão, e junto com os companheiros como Marc Bloch, inauguraram uma nova forma de fazer história, que foi exatamente a vertente teórica na escola dos Annales. Então nos interessa muito essa nova abordagem de ver e de fazer história, e o Professor Luiz vai apresentar para a gente conhecer o trabalho dele.

LG - Boa tarde a todos! Eu sou o professor Luiz Antônio Araújo Gonçalves, do Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Acho que é um momento para nós discutirmos a pandemia, a condição da classe trabalhadora, as condições que estão postas nesse momento, de sobrevivência, de sobrevivida, de igualdade de condições para passarmos esse momento de maneira segura, esse momento que causa tantas fragilidades físicas e emocionais e, que a gente precisa se fortalecer, discutir e reconhecer a nossa condição. Esse é o primeiro passo para identificar de forma consciente as condições que estão postas e como nós podemos enfrentar. Eu acho que sem esse exercício nós não conseguiremos avançar no entendimento, no consenso social, e a feira é um espaço que não passa despercebida nesse contexto. Os feirantes, os trabalhadores, não passam despercebidos nesse momento.

TB - Fernando Braudel fez um estudo sobre as cidades medievais com a novidade de fazer uma análise crítica à forma de fazer história antigamente e instaurou uma nova maneira de entender, de escrever e de fazer história com novas fontes, novas problemáticas, novos objetos. Ele pesquisou a dinâmica da cidade e afirma: *“Estas cidades são ‘mais mercados do que cidades’, ou melhor, mais feiras do que cidades, mas, cidades ou mercados, mercados ou cidades, feiras ou cidades, cidades ou feiras, é tudo a mesma coisa [...]”*. Então, o Professor Luiz estudou como são essas cidades e essa “muvuca” das feiras e dos mercados. Pergunto para o professor: quais as suas motivações? E afinal, o que são feiras? Como apreender esses processos?

LG - Eu terminei meu doutorado na Universidade Estadual do Ceará, no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROP GEO), em Fortaleza. A minha formação toda foi na Geografia da UECE, e no mestrado eu estudei a temática da feira, da feira de artesanato, a feirinha da Beira Mar, ícone de uma representação da cultura popular num cartão postal, que é a Beira Mar de Fortaleza. Naquele momento, a feira me atraiu como tema de pesquisa pelo movimento dos feirantes que constituíam aquele espaço, podemos dizer de contra

hegemonia, no calçadão tão propalado pela homogeneidade do espaço pelo turismo. Então os feirantes estavam lá todos os dias constituindo suas barracas, artesãos, não artesãos, isso já me despertava o interesse enquanto temática de pesquisa. Eu aprofundo essa pesquisa no doutorado. Nessa feira, quando eu me deparei na pesquisa, os artesãos estavam perdendo espaço para outros produtos, dentre eles, a confecção popular. Mas não era a confecção feita pela costureira que costurava e ia vender na sua barraca, era uma produção confeccionista que transbordava o comércio das barracas para o chão do calçadão. Tudo isso me chamou muita atenção, sobretudo, os conflitos dos feirantes com a norma urbana. Um novo ponto que mostrava a explosão da confecção dentro das feiras populares. Eu quis entender isso em Fortaleza, em vários espaços de feira na cidade que comercializava a confecção popular, onde as barracas de confecção já eram maioria.

Em trabalhos de campo para as cidades da Ibiapaba, com professores já no mestrado, me deparei com uma feira num cruzamento de uma rodovia federal com outra estadual, que era a feira de Aprazível. Vendo aquela feira impressionante no pleno semiárido, no Distrito de Sobral, uma feira predominantemente de confecção. Então, eu levo essa discussão da expansão das feiras de confecção popular para o doutorado também no PROPGE/UECE. É claro que Aprazível já tinha uma feira tradicional na sede, no núcleo tradicional do distrito. Mas aquela feira na beira da rodovia federal me chamou muita atenção, e aí comecei a estudá-la também como recorte de análise, o que me levou a querer entender se esse recorte, se era algo apenas nosso, com especificidades do estado do Ceará. Isso me levou a querer saber, como hipótese, se esse fenômeno era um processo mais geral, e como isso apontava dentro de um contexto de reestruturação produtiva do território nordestino. Daí passo a olhar para uma das feiras mais tradicionais do Nordeste que é a Feira de Caruaru. O diálogo entre história e geografia, numa geografia histórica, dialogando com os autores clássicos da história, como já citado, Braudel, Bloch, Le Goff, os medievalistas de modo geral, me ajudou a entender a gênese da

feira desde o medievo, e a partir desse entendimento, o papel que a feira teve na formação do urbano no mundo ocidental, bem como no mundo oriental, pois a literatura revisitada, a exemplo de Braudel, me ajudou a entender a construção das feiras no dito mundo árabe, Oriente Médio, na China e no Extremo Oriente, me permitiu fazer uma leitura da feira da cidade. Acreditamos que a feira, para o Nordeste brasileiro, está muito próxima do que é o mercado, pois há uma singularidade da nossa construção do mercado enquanto ponto de comércio da pequena produção agrícola nesses núcleos urbanos que surgem e a feira que tem uma dimensão espacial da temporalidade. Ora, enquanto o mercado é fixo, estável, tem uma forma dentro da cidade, a feira é ocasional, ela monta e desmonta, tem uma temporalidade e uma mobilidade não somente de uma cidade, mas entre cidades. Então, alguns desses elementos que eu discuto na tese, me fazem perceber as dinâmicas da feira distinta do mercado. Esse foi o primeiro parâmetro para o entendimento das feiras, para entender inclusive porque a feira de Apazível se formou naquela localidade, com confeccionistas que antes estavam situados na feira da antiga Praça General Tibúrcio, no Centro de Sobral. Assim como eu discutia na dissertação, esses feirantes entram em conflito com o mercado e a norma urbana a ponto de não serem desejados ali. Ora, isso reafirmava a lógica já apontada por Le Goff de que as feiras quase sempre estavam margeando os muros da Cidade. Foi a partir das feiras que esses mercadores ambulantes, esse comércio errante despontou na Europa e constituiu grandes feiras quinzenais, trimestrais que traziam o produto novo que o mercado do burgo ou da cidade não tinham. Nesse sentido, a feira trazia a inovação, ela trazia esse produto que não era produzido localmente, um produto de valor singular feito em outras paisagens. Esse entendimento me levou a querer estudar o fenômeno da expansão das feiras de confecção também em outras paisagens do Nordeste, me levando a Caruaru-PE e, posteriormente à cidade de Feira de Santana na Bahia.

TB - Essas temáticas refletidas no mundo do trabalho têm um perfil de pesquisadores que, além do olhar e procedimento científico teórico-metodológico, também há um olhar voltado para as questões sociais, para as políticas públicas e o trabalho do Professor Luiz Antônio também vai nesse sentido. Professor, quem são esses trabalhadores, quem são esses feirantes, quem são esses protagonistas com quem você viajou, que você conviveu e o que são essas metamorfoses que você trata?

LG - Meu livro - *A metamorfose das feiras nordestinas*: a inserção da confecção popular, foi publicado em parceria da Editora Blucher com a editora da nossa Universidade, Edições UVA. O E-book está disponível¹ no site da universidade para que as pessoas possam acessar e meu objetivo foi disponibilizar a obra para fazer o conhecimento circular, e assim, possa gerar um ambiente de debate e discussão saudável no sentido de avançar nesse campo de estudo. Quanto à sua pergunta, é muito intrigante professora, pois quem são esses trabalhadores? O título da live nos propõe discutir sobre os trabalhadores feirantes e o setor informal. Para uma teoria econômica que não foi produzida para o terceiro mundo, para o mundo subdesenvolvido, enquadra todos aqueles que não estão em postos de trabalho ditos formais, fruto da consolidação das leis e lutas trabalhistas que garantiu, historicamente, condições mínimas de trabalho para a classe trabalhadora, todos esses são classificados e enquadrados no setor dito informal. Isso nos leva a categorizar quem é formal e quem é informal sem considerar que muitos desses trabalhadores estavam associados a outras condições de sobrevivência, de não acumulação, de uma relação que muitas vezes não é capitalista, mas é de troca, de outro tipo de comércio. No percurso da pesquisa, elegeu-se, num primeiro momento, as cidades nordestinas que foram núcleos urbanos originados de fazendas e feiras de gado. Nesse contexto, a economia relacionada ao ciclo do gado é recuperada, e daí porque Sobral também

1 GONÇALVES, Luiz Antonio Araújo. **A metamorfose da feira nordestina**: a inserção da confecção popular. São Paulo: Blucher/Edições UVA, 2019. Disponível em: http://www.uva-net.br/edicoes_uva/gera_xml.php?arquivo=metamorfose_feiras_nordestinas

foi escolhida, por surgir da fazenda Caiçara e do comércio da feira de gado. Caruaru surgiu, da mesma forma, do comércio do gado na feira e, por fim, a cidade de feira de Santana, cujo nome já sugere, originou-se da Feira de Sant'Ana. Um fato interessante foi chegar em Feira de Santana para o primeiro trabalho de campo exploratório e constatar que a Feira tradicional que deu origem a esta cidade nas imediações do mercado municipal não existia mais. Ela foi desmobilizada na década de 1970 para atender aos ditames da modernidade, cedendo lugar ao fluxo de veículos na avenida Getúlio Vargas. Não obstante, a cultura da feira ainda se faz presente na cidade, com um grande número de barracas de rua, comercializando os produtos mais diversos nas áreas centrais da cidade, dentre eles a confecção popular.

A ausência de uma feira central nas ruas de Feira de Santana me levou a outra incursão no sertão baiano a partir dos itinerários dos feirantes, chegando à cidade de Serrinha, distante cerca de 70 quilômetros de Feira de Santana. Ali encontrei uma feira belíssima, com práticas culturais típicas da nossa miscigenação, e as pessoas que ali encontrei, os trabalhadores feirantes, justificaram muito o trabalho da pesquisa. Tanto que após a pesquisa, retornamos às feiras visitadas na pesquisa para realizar um vídeodocumentário², em parceria com o LABOME, para registrar essa experiência. Não que eles necessitem de alguém que os dê fala, mas o sentido foi de realçar e valorizar da relação social constituída na feira, como modo de comércio perante o mundo e da constituição autêntica da feira nordestina diante de tantas outras feiras no Brasil. Então, como uma tese pedia, foi a defesa de uma visão de mundo, de comerciar, geradora de tantas trocas sociais e culturais. A feira é tudo isso e tudo isso ela promove!

TB - Temos uma pergunta que foi feita pela Tainá Sousa "*O que mais mudou nas feiras de trinta anos atrás para as de hoje, por onde o senhor viajou?*"

2 **DIA de Feira.** Direção, produção e fotografia: Luiz Antonio Araújo Gonçalves e Virgínia Célia Cavalcante de Holanda. Roteiro: Antonio Jerfson Lins de Freitas. Edição: Sidney Almeida. Filmado nas feiras do Aprazível - Sobral e Ipu, no Ceará; Serrinha, na Bahia; Caruaru e Toritama, em Pernambuco. Brasil, nov. 2016. Color; Tempo de duração: 14:09. Disponível em: <<https://youtu.be/tFdMok9GtKE>>.

LG - A gente tem constituído no nosso imaginário nordestino e a música, a literatura de cordel nos faz perceber essa feira constituída do ciclo do gado ainda de um país agrário, e nos faz inclusive reconhecer ou não reconhecer o que é ou não feira. Então, quando o Luiz Gonzaga canta a música "*A Feira de Caruaru*", composta por Onildo Almeida, poeta de Caruaru, ele quer cantar naquela música a essência do que ele trazia desse Nordeste profundo, que não estava nas grandes cidades nordestinas, que iniciava seu processo de expansão urbana e concentração populacional. A canção tinha essa representação clara do ambiente da feira, das mercadorias presentes naquele momento, mas representativo da produção do campo ou já refletia essa transição do rural para o urbano. Então, os produtos da feira descritos na música eram a mandioca, a farinha d'água, a colher de pau, arreiro, os utensílios produzidos artesanalmente de couro, de palha, de modo que nós ainda trazemos essa feira enquanto essência e tendemos a olhar tudo que não é esta feira, desse imaginário constituído como uma descaracterização. E aí, eu quis fazer na tese justamente um olhar contemporâneo sobre a feira, sobre as formas de comerciar, sobre as relações constituídas na feira que diferem do E-commerce ou de ir para o Shopping.

TB - O que mudou, como é que são essas feiras hoje?

LG - Bem, a feira foi se adaptando a cada momento, por isso é contemporânea. Foi isso que busquei apontar a partir da explosão do comércio da confecção popular na feira, pois a vestimenta, o vestir, a moda, constituem um parâmetro social contemporâneo que, muitas vezes, nos distingue e nos identifica. A feira também captura essa dinâmica socioeconômica, assim como ocorreu nos anos 1990, quando o Brasil abriu sua economia e permitiu a circulação de mercadorias, principalmente de produtos eletroeletrônicos oriundos de zonas francas que ganhou difusão pelo movimento de sacoleiras e sacoleiros em todo o Brasil. Com a abertura do consumo de produtos globalizados, os eletroeletrônicos chegaram às diversas feiras populares e comércio de rua, reflexo também do desejo de consumo desses produtos. Quando não era possível adquirir um aparelho eletrô-

nico de uma marca de qualidade, em razão do preço mais elevado, o consumo da marca secundária ou mesmo de origem duvidosa era, muitas vezes, realizado no espaço da feira. Então, a dinâmica socioespacial da feira nordestina contemporânea é marcada pela explosão do comércio da confecção popular, quando eu finalizei a pesquisa em 2016, mas que até constatamos ser pujante.

São esses movimentos que nos fazem reconhecer as mudanças da feira contemporânea, certo, Tainá? Esse diálogo e extrema afinidade com a dinâmica social nos mostra o quanto a feira popular nordestina é atual e reflete esse diálogo com o contemporâneo. De repente, a moda que aparece na novela, na revista, na internet é capturada e produzida pelos arranjos produtivos da confecção no Nordeste. Em pouco tempo, essa produção é distribuída no espaço da feira. Então, a nossa produção confeccionista consegue ser competitiva frente à produção de outros países do mundo emergente e subdesenvolvido. De modo prático, imagine o envio de uma remessa de confecções vinda da China, atravessando milhares de quilômetros em um navio, e, ao chegar, ainda conseguir ter preço para competir com a produção local. Bem, esse é um desafio do mundo contemporâneo que afeta a produção confeccionista em Sobral, no Ceará, e outros estados nordestinos e atinge as feiras que vão comercializar tanto a produção dos arranjos locais/regionais quanto uma produção global, que chega via portos/aeroportos. Então, assim como a feira refletiu, no passado, a produção agrária, hoje ela vai refletir a produção fruto dessa reestruturação produtiva no Nordeste.

TB - Queremos agradecer novamente a participação das pessoas. O professor Denis Melo tem uma questão bem interessante: Deleuze e Guattari escreveram: *“Escreve-se a história, mas ela sempre foi escrita do ponto de vista dos sedentários [...]”*, como foi pesquisar trabalhadores em fluxo?

LG - Excelente pergunta. Obrigado, professor Denis! Realmente foi desafiador, visto que nós temos um exercício de pesquisa que muitas vezes é ingrato e pela tradição acadêmica de algumas escolas, esse

distanciamento do objeto é necessário para que assim possamos olhar de forma distinta e nos permita fazer pesquisa com método científico, com parâmetros de cientificidade. Pois bem, a pesquisa com trabalhadores da feira me exigiu sair do “sedentarismo”, sair do gabinete, pesquisar gente, pesquisar a vida dessa gente, seus espaços e mobilidades constituídas. Me levou a construir relações de envolvimento, amizade e confiança, pois não há como não ser afetado pela condição da pesquisa, pelo envolvimento com a vida das pessoas, com as alegrias e os dilemas de todos os dias. A alegria do feirante porque vendeu toda mercadoria, e como dizem na linguagem de feira: “bateu a lona”, ou seja, pode bater e guardar a lona porque já cumpriu a venda do dia. De outro modo, a tensão de ver a mercadoria encalhar e ter que fazer mais uma feira para ver essa mercadoria “rodar”, pois a feira vive do comércio, da realização da mercadoria.

Essas, dentre outras experiências, foram compartilhadas no trabalho de campo, no acompanhamento de um circuito de feiras que se constituiu para alcançar outras cidades, outros públicos. Foram muitas viagens fazendo o mesmo caminho do feirante, partilhando o cotidiano, indo dormir tarde, acordando cedo, às 3 horas da manhã, o que mostra o cotidiano de uma rotina degradante de trabalho que, muitas vezes, não é revelado dentro dessas visões românticas da feira, e eu tive a oportunidade de acompanhar esse movimento de ônibus de excursão, de carros de condução, de carona com feirantes. É um trabalho árduo, por vezes, inseguro, haja vista as vicissitudes do dia a dia que se estendem à falta da cobertura previdenciária do emprego formal. Para mim, essa experiência significativa e necessária para que eu tivesse condição de escrever sobre o trabalho dessas pessoas com respeito às suas trajetórias. Essa vivência para mim foi singular no sentido do respeito construído por essas pessoas que levantam todos os dias para mais uma feira, e nesse momento de pandemia e isolamento social, acredito que todos devam estar angustiados porque quem vive da feira sabe que *“é preciso fazer dinheiro toda dia”*. Além disso, o

movimento, diálogo e comunicação é parte da motivação do feirante e ficar em casa é adoecer um pouco.

TB - Essa forma de trabalho não nos é estranha porque os pais de vários alunos nossos e os próprios alunos têm boxes de confecção nas feiras nos municípios, nos distritos. Tem duas questões aqui que são bem próximas: como o senhor vê esse movimento desses trabalhadores, como é que eles estão enfrentando esse momento de crise, de pandemia global? Embora sejam todos atingidos, os efeitos são desiguais. Obviamente que os trabalhadores da informalidade, as populações vulneráveis sentem de forma mais caótica, então como enfrentar essa situação, como o senhor vê essa crise? Esse trabalhador informal, que já estava enfrentando uma grande crise, como é que vai ficar, como é que vai ser esse momento? Porque nós sabemos que é uma luta dos trabalhadores o reconhecimento dos direitos e da proteção social. Todos têm o direito e o Estado ter uma “mão” nesse sentido para a gente suportar essa pandemia.

LG - Todos nós estamos sentindo o impacto dessa pandemia com maior ou menor peso. Como eu disse, ficar em casa para o feirante é negar sua condição, sua identidade, de estar na feira, de percorrer várias feiras em diferentes lugares. A feira é sinônimo dessa liberdade, pois ela quebra as amarras de um salário mínimo, de bater ponto, de horários rígidos de entrada e saída, e isso é parte da sua gênese. O comércio errante fugia das leis dos burgos, reinados e principados. Eu acredito que a falta dessa liberdade seja um sentimento partilhado e imagino que impacta na vida dos trabalhadores, pois não estar nesse movimento já é um duro golpe, um duro momento que todos os feirantes enfrentam em não se sentir ocupado, útil e em plena atividade.

Do ponto de vista da sobrevivência, de suprir as suas necessidades, acho que muitos feirantes estão apelando para ações de uma economia de solidariedade que tem outro ritmo para quem produz e comercializa ou para quem só comercializa. Então, esse momento que as pessoas falam em reinventar é também ressignificar, a meu ver, esse tipo de comércio, porque nem só do delivery, nem só do

E-commerce se vive. Continuando aqui no exemplo da confecção popular: quantos pequenos feirantes confeccionistas que nós temos no nosso município, no estado do Ceará e no Nordeste inteiro estão tentando de outras formas manter a produção? Acredito que a produção não pare, mas terá outra dimensão e ritmo. Um exemplo claro, para a gente pensar, a ressignificação do produto, como havia falando em outro grupo de estudo, tem a ver com a estética e a moda da confecção popular nesse momento. A estética da máscara de proteção facial, que também é confeccionada e vendida. As máscaras têm sido uma saída para esse primeiro momento e vemos as opções de sair das cores branca, verde e azul mais comuns nos hospitais. Se antes as pessoas compravam a modinha, que tem uma diversidade de roupas e estilos apropriados das tendências de moda para o consumo popular, então a confecção de máscaras também tende a sair do homogêneo e agregar novos elementos. Isso aponta o caráter de acesso e democratização que a confecção popular promove no espaço da feira e democratizava essa estética do corpo, da vestimenta, transferida nesse momento para a produção de máscaras personalizadas. Então, essa é uma das estratégias que muitos confeccionistas têm buscado, com a aplicação de estampas com uso da sublimação, na confecção de máscaras temáticas com símbolos religiosos, esportivos, dentre os mais diversos possíveis.

TB - Tem duas questões semelhantes da Viviane e do Eduardo. A Viviane pergunta se você percebeu nessa convivência, durante a pesquisa, os conflitos de gênero e qual a sua abordagem? Se você fez opção de não perceber isso. E a outra pergunta vai na mesma linha: quais os tipos de conflitos que existem no ambiente das feiras livres? E tem mais perguntas.

LG - A feira é popular, é livre. No meu entendimento, ela permite esse trânsito por todos esses caminhos, principalmente a feira de confecção, que tem diversos produtos que vão da confecção ao sex shop. Do ponto de vista da mercadoria, ela consegue ser mais democrática. Do ponto de vista dos trabalhadores, outras denominações

de gênero transitam e comercializam suas mercadorias para sobreviver nesse espaço. Isso não quer dizer que não haja preconceitos. Mas também é verdade que os feirantes constituem comunidades que se defendem de várias situações como roubos e furtos que é um dos problemas da feira. Quando oportunistas tentam se aproveitar da aglomeração e do grande movimento na feira se deparam com a ação solidária de muitos feirantes que vigiam as mercadorias e barracas uns dos outros. Os conflitos ocorrem em várias instâncias a exemplo do conflito com a cidade, com o movimento da cidade que é permanente. Essa é uma questão comum a todas as feiras, pois a medida em que a dinâmica do comércio na feira cresce, vai conflitando com o fluxo de carros e os interesses de setores de lojas, a ponto de, em dado momento, motivar a remoção das feiras. A própria feira do Aprazível passou por esse movimento de expansão, ocupando o espaço da antiga Praça General Tibúrcio, hoje Praça de Cuba, no centro de Sobral. O conflito gerado pela circulação de veículos e com o setor lojista da cidade, justificou, em grande parte, a remoção da feira do perímetro urbano da cidade de Sobral, sendo deslocada para o distrito de Aprazível. Esse é um movimento que pode ocorrer tanto numa cidade média como Sobral, quanto numa Metrópole, como ocorreu com a desmobilização da Feira da Rua José Avelino, no Centro de Fortaleza. A justificativa para a saída da feira deu-se em razão do tombamento dos paralelepípedos daquele sítio histórico embora os motivos fossem outros. As reformas de requalificação urbana sempre foram parte dos argumentos para a remoção das feiras. Sob a necessidade de reforma dos espaços públicos, cercam-se praças com tapumes para evitar a montagem das feiras nesses espaços.

TB - Tem uma questão aqui bem interessante do professor Joannes. Ele parabeniza pelo seu trabalho e pergunta: *"como a competição e a solidariedade se manifestam entre os trabalhadores e trabalhadoras das feiras?"* Temos outro comentário e elogio para o seu trabalho.

LG - Boa pergunta. Professor Joannes, evidentemente que no contexto em que vivemos, as economias tentam organizar os gran-

des setores do comércio e os pequenos comerciantes também são influenciados por essas lógicas administrativas de mercado. Então, a lógica do empreendedorismo tem grande força e leva a esse estado de competição. A melhor (distinta) mercadoria, o melhor expositor, a melhor apresentação são elementos que vão compor essa competição. O efeito repetição da mercadoria leva também à rotatividade de produtos na medida em que o feirante tenta diferenciar sua mercadoria da barraca ao lado. A rotatividade desse produto também se apresenta quanto à tipologia da mercadoria, de uma semana para outra, pois um produto fabricado talvez já envelheça na prateleira, ou seja, se torne desatualizado com a tendência da moda popularizada, que pode ser um botão dourado ou prata, ou ainda, um rasgo de customização do produto. Então esses são elementos que a feira, como instância socioespacial, captura do que é hegemônico e, a meu ver, ela também produz sua contra-hegemonia, produzindo espaços de solidariedade. Um exemplo disso é o rateio dos custos e espaços para o comércio. Muitas famílias de feirantes vivenciam esse movimento na feira e sabem dessa realidade vivida.

TB - Lá em Pacujá, por exemplo, a Maria Luiza está falando aqui que na comunidade tem várias mulheres que fazem máscaras de vários modelos e cores e que agora é combinar máscara com a cor da roupa. O Herlon é de Meruoca e está comentando que a feira é um espaço plural, que esses conflitos ocorrem independentes do gênero, e aí ele pede a sua opinião sobre isso. E pergunta: *"como o professor vê o diálogo do marketing digital nas redes sociais com as feiras físicas?"*

LG - Essa é outra questão muito importante e atual para esse momento porque o uso das redes sociais, das plataformas de pagamento, das várias formas de creditar já eram estratégias utilizadas por feirantes para otimizar as vendas. Isso quer dizer que ela não chega agora na feira, mas nesse momento, passa a ser utilizada de modo mais intenso. As peças de confecção que antes iam para feira, estão sendo negociadas de outro modo, pelas redes e aplicativos de mensagens e escoada por frete, empresas de entregas. A meu ver, o marketing digital pode

gerar uma virtualização do comércio desses produtos, mas será interessante no futuro verificar o que vai justificar ir à feira, e aí possamos reconhecer a importância dessa forma de comércio, como expressão de uma sociedade cearense, nordestina que pressupõe uma relação de “ver com as mãos”, de tocar a mercadoria, de pegar um punhado de farinha e levar à boca, de comprar depois de provar, ou seja, de ver, tocar e provar o produto adquirido que se leva para casa. Isso é uma perspectiva de comércio que talvez as luzes e cores das redes de marketing digital não deem conta. Eu acredito que essas relações permaneçam. A experiência do encontro das pessoas, com os lugares, suas cores e cheiros, essa é uma experiência sensorial e é muito importante para a constituição dessa forma de comércio da feira. Tudo isso me faz crer também que o marketing digital e as redes sociais não farão a feira desaparecer. Evidente que alguns produtos sairão da feira, mas aí é um posicionamento de mercado, talvez o melhor lugar para eles não seja a feira ou o público que eles queiram alcançar não seja o da feira, mas outros produtos virão e constituirão a feira.

TB - Eu gostaria de agradecer a todas as pessoas e lembrar que nossa próxima terça vai ser muito legal e é exatamente com um enfermeiro que está no comitê anti pandemia aqui de Sobral. Ele é o Marcos Aguiar, coordenador do Hospital Doutor Estevam, e será o nosso próximo entrevistado sobre os profissionais da área de saúde. Então, aqui as pessoas estão parabenizando o professor Luiz Antônio, e este é o momento também da gente dialogar, ampliar nossa capacidade de união, de compaixão, solidariedade, de conhecer o outro, reconhecer e valorizar o outro.

LG - Eu, primeiramente, agradeço professora Telma Bessa pela oportunidade de construir esse diálogo, de usar as redes nesse momento para que possamos interagir melhor. Eu acho que, apesar de tudo, nós temos um momento também de criatividade, de possibilidade de olhar, de refletir, de redefinir e reelaborar as nossas condutas, nossas certezas, inclusive, como pesquisadores. Esse momento nos faz refletir sobre muitas coisas, por isso desde já eu agradeço a todos e

todas com quem pude dialogar, interagir, pois a gente leva um pouco do debate, um pouco da reflexão e consegue também formar opinião sobre tudo isso. Então, pensar o espaço da feira nos coloca, muitas vezes, diante de preconceitos sobre os feirantes e origem geográfica. Antes de tudo, ali estão pessoas, batalhadores brasileiros como nos fala Jessé Souza, que muitas vezes não são percebidas ou ganham o codinome de feirante. É uma essência do povo brasileiro e do Nordeste. Finalizo minha fala com uma defesa da valorização da feira como espaço de sociabilidade que nos define enquanto povo cearense.

TB - Muito obrigada! Próxima terça, às 14 horas, estaremos aqui novamente. Obrigada professor, obrigada a todos!

LG - Muito obrigado, eu agradeço a todos. Forte abraço!

CAPÍTULO 7

OS TRABALHADORES DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP, CEARÁ

Mediação: Telma Bessa

Com: Glauciana Teles

Diálogo realizado no dia 30 de junho de 2020, às 14h.

TB - Boa tarde! Vamos iniciar o nosso diálogo de hoje, inicialmente agradecendo a presença de vocês e a presença da professora Glauciana Teles. Já conversamos aqui com estudiosos de diversos temas, como feiras, turismo, trabalhadores rurais, um enfermeiro da área da saúde de Sobral, jornalista, então todos esses temas dizem respeito ao nosso cotidiano, à nossa vida. Estes diálogos são formas da gente manter a nossa sanidade mental, nosso equilíbrio, para buscar fortalecer e ampliar nossa capacidade de resistência para compreender o momento que nós estamos vivendo. Então, muito obrigada a todos! Convidamos agora a professora Glauciana Teles para falar o que ela pesquisa, como ela se interessou por essa temática, que desde o final dos anos 90, ano 2000, na graduação, a professora vem se dedicando a essa temática das cidades.

GT - Telma, tudo bem! É um grande prazer estar dialogando com você. Eu sou professora Glauciana, recém concursada na UVA. Minha primeira formação na graduação foi em Geografia bacharelado, no ano de 2001. Me formei aos 20 anos. Depois, no ano seguinte, em 2002, veio a licenciatura. Em seguida, eu já entrei no curso de

mestrado, em 2003. Passei um tempinho para cursar o doutorado. Toda minha vida profissional, toda minha formação veio da UECE. O primeiro contato com a docência do ensino superior também foi na UECE, quando eu terminei o mestrado e já iniciei um contrato de trabalho como professora substituta, após realizar uma seleção pública. Na época, já se exigia o doutorado e não pude realizar concurso para docente efetiva, então fiz três seleções públicas e cumpri três contratos como professora substituta na UECE. Seis anos passei lá, quando, junto ao último contrato, iniciei o curso de doutorado, no Programa de Pós Graduação em Geografia/PROPGEO da UECE.

Passei seis anos entre o mestrado para cursar o doutorado. Foi um tempo de muito aprendizado na docência, foi um tempo de ressignificação, foi um tempo também de maturar as coisas que estavam à minha volta. Eu ainda era muito jovem e talvez não teria sido o momento certo para iniciar um curso de doutorado, que tem como produto uma pesquisa bastante profunda. Assim, precisei antes passar pela docência, isso foi muito bom para minha vida, foi muito bom toda a rede de relacionamento que fiz, comecei as orientações de pesquisas em nível de TCC. Foi nesse período que tive uma ideia mais ampla e segura do que eu teria pela frente, que seria o meu curso doutorado.

Sempre me interessei pela temática da cidade e do urbano. Desde a graduação, já tinha essa paixão. Na geografia tem-se uma divisão metodológica, que é uma divisão também ideológica, uma divisão política de se pensar o mundo, e aí eu optei por estudar o humano, gente, pessoas, no contexto de transformações políticas, transformações econômicas. Sempre fui uma grande leitora dessas áreas, que considero muito importantes para se entender a cidade, já que a cidade tem uma visão policêntrica. Várias áreas do conhecimento tentam entender a cidade, então tive essa opção por caminhar com os olhos da geografia humana, para entender os fenômenos urbanos. Então, já na graduação fiz uma primeira pesquisa na área. Na época não havia defesa de TCC, mas tinha que elaborar e defender um projeto de pesquisa. Daí eu trabalhei uma pesquisa sobre as áreas de

risco de Fortaleza. Mapeamos e estudamos uma porção da cidade, e nesse sentido, pude conhecer algumas comunidades que viviam em situação de risco ou em áreas de risco. Desse modo, pudemos visitar conceitos da geografia física, já que a temática das áreas de risco nos permitiu compreender a relação entre sociedade e natureza, no recorte de estudo e na cidade de Fortaleza. Visitamos também outras ciências e aí compreendemos de fato a organização do espaço em Fortaleza a partir desse olhar das áreas de risco.

Quando prestei a seleção para o mestrado, busquei um olhar maior do ponto de vista do recorte espacial de análise, que foi estudar o espaço Metropolitano de Fortaleza. Na época que me preparava para o mestrado, iniciei uma experiência na educação básica nas escolas da região metropolitana. Nos deslocamentos cotidianos para Caucaia, onde situava-se a escola, acompanhava todo aquele movimento de mobilidade dos trabalhadores e trabalhadoras no início de dia e no final do dia e, às vezes, até a noite também. Isso foi muito importante para definir estudar o espaço Metropolitano, pela visão da mobilidade do trabalho, bem como as relações que se davam entre Caucaia e Fortaleza.

TB - Então a Geografia não é só para estudar clima e relevo e nem a História é só para estudar o passado. Professora, então o que seria essa abordagem da geografia humana que você falou no início?

GT - A Geografia nasce no seio das ciências físicas e naturais, como uma ciência da natureza. Somente lá no século XIX, afirma-se como ciência dentro do positivismo, mais precisamente no positivismo clássico, no contexto de princípios como a descrição, a numeração e a catalogação, utilizando-se inclusive de métodos de outras ciências que já eram maduras, como a física, a biologia e a astronomia. Com o movimento de renovação da ciência geográfica, as dinâmicas sociais e econômicas, as grandes transformações na cidade e no campo, com o aumento populacional, fez com que a geografia e o método que ela utilizava naquela época não desse conta de explicar todas as mudanças que se davam na primeira metade do século XX, es-

pecialmente as transformações sociais. Então, essa geografia está na iminência da relação sociedade/natureza e natureza/sociedade pela ordem histórica das coisas, mas na virada do século XX, os métodos que a Geografia utilizou para se firmar como ciência já não davam conta da realidade política e econômica que se dava no espaço geográfico, que entendemos que é o espaço das relações entre homem/homem e homem/natureza.

Houve uma crise na própria ciência nos anos 50 e novas ideias e métodos passaram a fazer parte da geografia, passaram a se incluir no cenário da ciência geográfica novas teorias. E uma delas foi a teoria social crítica assentada no Marxismo e a outra na Fenomenologia. A primeira tentava, explicar a materialidade dos fenômenos sociais a partir do processo histórico e, a outra a partir da essência dos fenômenos, principalmente os fenômenos sociais. Então, a geografia, na verdade, vai se firmar como uma ciência social crítica a partir dessas abordagens que se inserem nos anos 80 do século XX. Passaram-se aproximadamente 100 anos após a sistematização da Geografia como ciência, para que tivéssemos uma ciência preocupada, realmente, com as questões relacionadas ao espaço social, ao espaço do homem, a partir de uma visão da teoria marxista integrada ao método dialético e materialista histórico, bem como da fenomenologia. A antropologia, ciência política, economia, e isso vai abrindo espaço cada vez mais a gente se entrelaçando e se afirmando na área de ciências humanas.

TB - A História, a partir dos anos de 1930, por influência dos historiadores franceses, ocorre abertura para a interdisciplinaridade e novas fontes, novos objetos, novos temas de pesquisa. Então a professora Glauciana, nessa perspectiva, tem estudado muito essa mobilidade social e a categoria específica dos trabalhadores e sobre o que é a mobilidade do trabalho e a metropolização: o estudo sobre o complexo industrial e portuário do Pecém. Professora, então como foi esse estudo migratório? Porque nós sabemos que muitos trabalhadores aqui do Ceará foram construir Brasília, foram ajudar na construção de São Paulo e trabalhar nas fábricas em São Paulo, foram

para a Amazônia no ciclo da borracha. Então, essa marca dessa mobilidade e migratória é muito presente. Como é que foi o seu estudo desse aspecto dos trabalhadores lá no porto, junto com a migração e a cultura que eles afirmavam enquanto trabalhadores de fora?

GT - Na pesquisa de Mestrado, nos debruçamos a entender a dinâmica Metropolitana a partir de Fortaleza, a relação com o município de Caucaia, que é o segundo maior município da região metropolitana e também é o segundo maior município em área, que apresentava urbanização bastante concentrada. O distrito de Jurema, onde se localizam os conjuntos habitacionais populares e o distrito sede, que compreende as praias, que vai da praia de Iparana até Lagamar do Cauípe, concentra 90% da população de Caucaia e desenvolve dinâmicas cotidianas intensas com Fortaleza no que se refere às relações de trabalho e de estudos. Já no doutorado que foi talvez o estudo mais importante que eu realizei, haviam outras determinações históricas na região metropolitana de Fortaleza, abrimos novamente o recorte espacial de análise e fomos entender a relação metropolitana com São Gonçalo do Amarante, também município da RMF, que depois a gente acabou descobrindo que era uma relação global.

Nesse sentido, elegemos o Complexo Industrial e Portuário do Pecém como nosso recorte espacial de estudo. Os processos que ocorrem ali e ocorreram na época, são de natureza global e nós defendemos a partir daí um novo momento do processo de industrialização no Ceará, com a implantação de indústrias que não existiam, como a siderurgia, termelétricas, a produção de energia a partir da queima do carvão, que passaram a funcionar junto a um ponto extremamente moderno no Ceará e no Brasil. À época de nossa pesquisa, o Porto do Pecém se configurava como maior exportador de frutas do Nordeste, hoje ele exporta minério de ferro, a chapa de ferro que a Companhia Siderúrgica do Pecém - CSP, com contrato com vários países do mundo, para uma produção em 20 a 30 anos, a partir do minério de ferro que vem também de vários países do mundo e que entra pelo Porto do Pecém. Foi um momento também que se inau-

gurou a primeira Zona de Processamento de Exportação - ZPE do Brasil, a ZPE do Pecém, uma zona que ocorria relações de exportação e importação no contexto de relacionamento jurídico e econômico com empresas, como se fosse um pedaço do mundo aqui no Pecém, que tem transações diferenciadas por conta dos câmbio diferenciado praticado entre as empresas. Uma empresa pode estar no complexo, mas pode não estar na área da ZPE e ter um câmbio nacional, sendo, o câmbio praticado na ZPE, internacional. Então, todos esses fatores criaram determinações e marcos históricos para afirmarmos ao final da pesquisa, um novo momento de industrialização no Ceará. O grande foco da minha pesquisa, para além desse recorte espacial, foi toda a mobilização de capital, trabalho e de força de trabalho que veio naquele momento, com o início nos anos 2012 se estendendo até 2016, para construção das duas grandes empresas, que foi a Eneva, produtora de energia, antiga MPX, e a Companhia Siderúrgica do Pecém, que é uma empresa que tem capital da Vale junto com duas empresas coreanas, a Donk Cok e a Posco, sendo essa última a maior exportadora e produtora de minério de ferro e chapas de ferro na Coreia. A Posco veio para o Ceará com espaço concedido pelo Estado e todas as barganhas possíveis. Na época de sua construção, angariou uma leva de trabalhadores muito grande. Quando comecei a minha pesquisa em 2012, era a o momento de finalização da construção da Eneva e os trabalhadores estavam se deslocando para a fase inicial de construção da CSP. Então, no primeiro levantamento nós tínhamos aproximadamente 1.500 trabalhadores na área do Pecém, que se deslocam diariamente. No ano de 2014 tivemos um pico de 16.500 trabalhadores que se deslocavam para as obras de construção da CSP. Do total, 60% deles eram do Ceará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte e estados vizinhos, e os 40% restantes eram trabalhadores de estados brasileiros e também de vários países do mundo, principalmente da Coreia, que vieram para montar a estrutura da empresa, inclusive em áreas de acesso bastante fechado e restrito.

Durante a pesquisa tivemos vários momentos desafiadores. O primeiro foi que não poderíamos apresentar resultados com aquele levantamento inicial e defender uma tese que falava da mobilidade com 1.500 trabalhadores, sendo que um ano antes para defender, ocorreu o pico com a presença de 16.500 trabalhadores no canteiro de obras e, desse modo, tivemos que fazer novamente todo trabalho de aplicação de entrevistas institucionais de questionários. Vou falar de mais dois desafios. O segundo foi a questão de aporte teórico que nos levou a compreender isso e também os desdobramentos no espaço com essa quantidade de trabalhadores. Trabalhamos muito para compreender todo esse movimento de trabalhadores e também do novo processo de implantação industrial que ocorria no Ceará, o papel da zona de processamento de exportação. Outro desafio foram as transformações urbanas no Cumbuco, no Pecém e na Taíba, que foram os locais mais impactados com a chegada dos trabalhadores. Trabalhamos conceitos tentando enxergar a produção do espaço e do território, e um deles foi a teoria do ajuste espacial desenvolvida por David Harvey. O que é o ajuste espacial? É um olhar bem didático sobre a expansão capitalista do espaço no contexto da geografia, então os ajustes são soluções temporárias em que o capital se reinventa nos momentos de crise e quando procura um outro espaço de acumulação. E aí nós entendemos que dentro do movimento mais amplo e Global do Capital, o complexo Industrial e toda a sua construção, os desdobramentos que ele ia ter no território cearense seria um momento desse ajuste parcial que já vinha de outros lugares, que já tinham percorrido outros lugares do mundo, na Coreia, na China enfim, e que fomos capturados. O espaço cearense foi capturado como medida de ajustamento a partir dessa produção capitalista do espaço em que o estado teve um papel fundamental, então é um processo que envolve e que entendemos como a relação entre capital e trabalho numa perspectiva espaço-temporal.

Na medida em que vinham empresas de fora, os investimentos privados e públicos, o papel do Estado dava todo o respaldo para se

inserir no território. Esse Estado capitalista, como diz David Harvey no livro Espaço de Esperança. Percebemos de igual modo, no que se refere às mobilidades, que nunca o trabalhador esteve tão volátil às mudanças. Averiguamos na pesquisa trabalhadores que passavam dois, três anos longe de casa, isso lhe permitiu fazer novas relações sociais em outros espaços, aí terminava uma obra aqui e já ia para uma obra, e também as questões dos conflitos entre os próprios trabalhadores, entre a empresa e entre os sindicatos. E então foi uma pesquisa bem complexa para a gente entender todos esses momentos. É por isso que eu disse que teve muitos desafios, porque era muita gente para ser investigada, assim como muitos marcos históricos, políticos e econômicos. Tudo isso no contexto de processos multiescalares, haja vista a sobreposição de fenômenos locais, estaduais, regionais de industrialização da região Nordeste, uma região periférica do próprio território brasileiro e também as dinâmicas globais do capital e do trabalho. Para a gente entrelaçar tudo isso foi bem desafiador. E para além dessas questões do trabalho e do capital, nós percebemos as questões locais, a questão da cultura, do morar, do viver, o trabalhar e as trocas culturais. Nos anos de 2012/2013, quando chegou a maior parte dos trabalhadores coreanos, boa parte deles passou a residir em Cumbuco. Me refiro aos trabalhadores como supervisores e os que trabalhavam diretamente com as máquinas. Em contrapartida, os administradores, os grandes dirigentes passaram a residir em Fortaleza. Casas de moradores em Cumbuco foram alugadas para vários trabalhadores. Eles organizaram uma área comum para realizarem as refeições, contratando pessoas para fazer comidas que também vieram da Coreia. Isso correu com muitas casas de veraneio. Muitos restaurantes, pequenos restaurantes mudaram a linguagem e conteúdo dos seus cardápios para atrair coreanos, as igrejas mudaram a nomenclatura de português para coreano.

No caso do Pecém, que foi o que recebeu maior número de trabalhadores, muitas pessoas venderam suas casas e alugaram para comportar famílias inteiras, porque teve muitos coreanos que vieram em

família. Muitas mulheres também trabalhavam na CSP e os filhos ficaram nas escolas no Pecém, e também no Cumbuco vivenciamos esses casos. Então, houve uma convivência muito grande entre coreanos e brasileiros na região do Pecém e no Cumbuco, que trouxe muitas transformações ao lugar, só que essas transformações foram temporárias, se deram muito mais nos anos de 2013, 2014, 2015 até 2016 porque, com a finalização da empresa, os 16 mil trabalhadores, que foi o pico, no início de 2015, reduziu-se para 1.200 trabalhadores, então a empresa ficou completamente automatizada na produção de aço com trabalhadores especialistas na área e muitos deles não estavam no Pecém, pois operavam essas máquinas virtualmente de outros espaços do Globo, inclusive da Coreia. E nós ouvimos muitos relatos de crimes, de morte, de acidentes de trabalho, principalmente nas fase de teste da empresa. Havia um sindicato bastante atuante na área, que era o Sintepav. Estive em muitas assembleias para acompanhar, era o momento que os trabalhadores se uniram para discutir a sua precarização e os acordos coletivos que não eram cumpridos pelas empresas.

TB - Há uma pergunta do Professor Carlos Augusto, apesar dos espaços e temporalidades diferentes, em que medida a construção do Porto do Pecém, dentro da ordem Global, contribuiu para a desativação de outros portos cearense, como por exemplo o de Aracati e o de Camocim?

GT - O Porto do Pecém é um projeto que foi gestado em 96. Já era um sonho de Virgílio Távora construir um porto moderno e de grande dimensão. Em 1996, no governo de Tasso Jereissati, houve o pontapé inicial, e na sua segunda gestão, o porto foi inaugurado, somente com a parte administrativa, onde fica a Cearáportos, e a primeira ponte do porto em 2001 e em 2002 ele entrou em operação. Só que até os anos 2012, o porto do Pecém, construído para ser um grande porto industrial, só conseguiu exportar frutas, que foi a grande produção do agronegócio do interior do Ceará e do Nordeste. Nós temos a menor distância daqui para a Europa então muita produção vem para Fortaleza, para o Porto do Pecém, para ser exportada principalmente

frutas e calçados que a nossa grande produção, flores também, para a Europa para o mundo, para países como os Estados Unidos.

TB - Professora, como é que a Geografia lida com essa mobilidade e essa metropolização, o que é esse processo que você citou que tem em Fortaleza com a concentração de trabalhadores, e aqui na nossa região também tem isso?

GT - Bom, a metropolização é um processo histórico, tem alguns elementos analíticos para a gente entender urbanização, que parte exatamente da dinâmica e do papel exercido pelas metrópoles, no caso em estudo, foi Fortaleza. Então, vai desde as dinâmicas econômicas, as questões de urbanização, as questões ligadas aos hábitos e cultura urbana. A metropolização é bem complexa para a gente compreender. Com essa dinâmica portuária, muitos trabalhadores passaram a residir naquela região, a gente sabe que Caucaia e São Gonçalo do Amarante integram a região metropolitana de Fortaleza, então todas as relações diárias e cotidianas com Fortaleza justificam essa expansão Metropolitana a partir de Fortaleza para esses município. A dinâmica cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras, e também as questões econômicas e a de localização industrial, de localização de serviços, ao longo das vias de acesso que naturalmente é onde estão localizados os maiores estabelecimentos industriais, por conta do acesso. Então a gente compreendeu e sugerimos que ali existe um vetor de metropolização a partir da atividade industrial e portuária na região que liga Fortaleza, passando por Caucaia e vai até São Gonçalo do Amarante. Assim como outros estudiosos que defendem vetores de expansão Metropolitana a partir da habitação e a partir do Turismo, pudemos afirmar há um vetor de expansão Metropolitana com base na atividade industrial e portuária. Na época da pesquisa, existiam trabalhadores que se deslocavam todos os dias para trabalhar no complexo que moravam em Fortaleza, Caucaia, São Gonçalo do Amarante e até em cidades do norte do Ceará, como Sobral, Moraújo, Coreaú e Acaraú e que viviam nos barracões. Relato na pesquisa dos barracões de trabalhadores que eram altamente insalubres, mas os

trabalhadores não tinham como ir e voltar todos os dias por conta da distância, e aí as empresas construíram barracões com banheiro, com camas, enfim, mas uma condição muito insalubre localizados no meio do nada. Muitos deles ficaram até sem energia por alguns dias porque não tinha ainda instalada e depois começou a chegar. Então, de um modo geral, esses trabalhadores eram bastante precarizados, muitos deles não recebiam salário em dia. Houve também muitas greves durante a construção da siderúrgica. Por conta disso, a previsão de término da obra era 2014, mas só terminou em 2016.

TB - De fato, aquela região do porto ali de Cumbuco, que toda a região foi influenciada enormemente pelas empresas e muda não só a economia, como você falou, muda o espaço, a moradia, os hábitos culturais, com escolas de bilingue, com o menu dos restaurantes também diferenciados. Então, como a gente vê a importância e a centralidade do trabalho no nosso cotidiano, que é o que nós estamos conversando ainda hoje, estamos em quarentena e a nossa reflexão é o nosso trabalho, assim na área educacional vai ser remoto? Como é que se pensa o trabalhador pós pandemia? Como é que a gente pensa as relações sociais dentro de uma empresa? Então são esses temas que nos interessam que abre muito campo de pesquisa. Professora, então se você quiser comentar as fontes de pesquisas, seus documentos e como foi adquirido isso e as suas considerações.

GT - As fontes de pesquisa foram livros e as bases conceituais que eu trabalhei foram de ajuste espacial, produção capitalista do espaço, globalização, trabalho, força de trabalho, o sócio metabolismo do capital, a mobilidade da força de trabalho, a metropolização, a formação socioespacial que trabalhei com a escala do Ceará, a atividade industrial e o processo de industrialização. Nós fizemos uma hemeroteca, e isso foi muito importante porque, como complexo industrial e portuário, era um acontecimento inédito, todos os dias havia notícia sobre o Pecém, sobre o Complexo Industrial, sobre a CSP..

Também pesquisamos planos de governo que tratavam do processo de industrialização, do complexo Industrial, as políticas públicas

que foram criadas, os programas, os projetos e relatórios de pesquisa, o próprio Estado publicou duas vezes um relatório de pesquisa muito importante sobre o CIPP. O Ipece criou uma plataforma com dados do CIPP e dos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, que eram alimentados mensalmente, e a gente trabalhou com bases oficiais também do Ipea, do Rais e CAGED do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério do meio ambiente, os balanços anuais do Porto do Pecém e também do porto Mucuripe, para a gente fazer uma comparação e as pesquisas mesmo com os trabalhadores foram questionários, entrevistas, questionários de pilotos que distribuía nas reuniões de empresas e também a uma empresa que controlava toda a movimentação dos trabalhadores da área da indústria, eles nos forneceram esse material e a gente especializou esses trabalhadores rapidamente e cruzou com dados primários na nossa pesquisa.

TB - Muito obrigada!

CAPÍTULO 8

O PROFISSIONAL NA ÁREA DA COMUNICAÇÃO

Mediação: Telma Bessa

Com: Mayara Araújo

Diálogo realizado no dia 16 de junho de 2020, às 14h.

TB - Oi, Boa tarde! estamos aqui mais uma vez com a nossa live, para nós conversamos sobre o mundo do trabalho com a professora Mayara Araújo. Um tema muito interessante, sobre o jornalismo, como se produz, como estão trabalhando os profissionais dessa área. Obrigada a todos (as) que estão aqui e vocês ouvem bem e a imagem está boa? Sabemos que ainda estamos aprendendo a lidar com esses aparatos tecnológicos.

MA - Boa tarde! Estou tentando ajustar aqui o som também, afinal, e estamos todos aprendendo a lidar com isso, os comunicadores não tão isentos nisso. Pelo o contrário, somos cobrados a respeito de uma competência nesse material, desses aparatos. Mas não necessariamente, nós estamos aptos a lidar com tudo isso, com esse grau de profissionalismo que se exige.

TB - É muita pressão, né?

MA - É, muita pressão.

TB - Então, gente, obrigada! Sejam bem-vindos, né? Tem gente aqui da Meruoca, tem gente lá de Alcântaras, tem gente de Feira de

Santana. Tem gente do Fortaleza, de Viçosa, tem gente de muitos cantos. Que bom, né?

Então há noventa dias que estamos vivenciando, um isolamento social e nós estamos vendo muitas ações de individualismo, de racismo, de xenofobia. Mas nós também, estamos vendo muitas ações de solidariedade, de valorização, por exemplo, dos trabalhadores de serviço público, de valorização do trabalho do professor. E algo muito interessante que é exatamente o predomínio da comunicação dos meios de comunicação além da TV, além do jornal. Essa avalanche de lives, lives para música, lives para comida, lives para terapia. Então a gente vai conversar sobre esse panorama dos meios de comunicação com a professora Mayara Araújo.

MA - Boa tarde a todos e todas! Eu me chamo Mayara de Araújo, sou pesquisadora, sou doutoranda do PPGCOM, do Programa de Pós Graduação em Comunicação da UFC. Sou jornalista, atuei na redação do Jornal Diário do Nordeste por 4 anos, e depois me encaminhei para o rumo da pesquisa e da docência. Fui professora da UFC por dois anos e sigo nessa carreira de professora e pesquisadora. Eu queria desde já, Telma, agradecer por este espaço. Eu fico realmente muito honrada e especialmente por saber que nós estamos conversando com pessoas de tantos lugares diferentes, e tantos municípios diferentes também. Eu me formei, me criei como jornalista dentro da UFC em Fortaleza, mais eu nasci e vivi em Maranguape região metropolitana de Fortaleza. E ainda moro em Maranguape, e pretendo seguir morando, é muito bacana quando a gente consegue conversar e romper com os muros da universidade. Eu vejo hoje, aí em Sobral, se formando um polo de comunicação de formação de comunicadores e eu acho muito bacana a gente ir além de Fortaleza. Fico realmente muito feliz.

TB - Então para a Mayara refletir conosco eu queria lembrar que os meios de comunicação são uma força ativa na sociedade. Não só registra fatos, acontecimentos, mas também participa do processo de produção desses acontecimentos. Então, nós pesquisadores não só utilizamos o jornal como fonte de pesquisa histórica, mas deve olhar

também com aquele viés de análise sobre o que significa a produção desse jornal. Então, antes de falar dessa questão com a Mayara, há um trabalho bem interessante da professora Heloisa Cruz, da PUC São Paulo, *‘São Paulo em papel e tinta’*. Ela estuda a imprensa na cidade de São Paulo e destaca que a imprensa modela normas de pensar e de agir, não é só uma opinião. Ela demarca tema e mobiliza opiniões, constitui adesões, consensos, dissensos, generaliza interpretação, faz ser o que é de seu interesse, enfim, a imprensa não é neutra. Professora Mayara, nós gostaríamos que você comentasse como é, então, fazer jornalismo hoje. Como é que está o quadro da imprensa hoje no Brasil?

MA - Quando a gente diz que a imprensa modela o pensar e o agir, que a imprensa agencia temas, consensos e dissensos... É importante pensar que hoje não é mais só a imprensa (ou primordialmente a imprensa) que faz isso, não é? Acho que hoje, o grande desafio da imprensa é lidar com o que Mark Deuze, que é um pesquisador do qual me valho na minha pesquisa de doutorado, vai chamar de “sociedade redacional”. Hoje, nós vivemos em uma sociedade redacional. É uma sociedade que incorpora práticas e condutas que antes a gente só via reproduzidas por profissionais da comunicação. Antes, a gente tinha essa ideia de produção de texto, vídeos, de reportar os acontecimentos da sociedade... isso tudo era especificamente ligado aos profissionais da comunicação. Não que antes essas práticas estivessem restritas apenas a eles, isso nunca esteve só nas mãos dos comunicadores, é importante que se diga isso. Mas hoje, com essa difusão das redes sociais, dos dispositivos móveis, da democratização desse aparato, a gente pode dizer que estamos constantemente diante de consumidores/produtores de informação. Esses consumidores/produtores não estão todos no mesmo patamar, logicamente. Os privilégios também se intensificam e se revelam dentro desses consumidores/produtores, nem todo mundo detém os mesmos aparatos, os mesmos dispositivos móveis, as mesmas oportunidades de falar. Mas a gente não tem mais esse monopólio informativo nas mãos dos profissionais do jornalismo ou das grandes empresas de comunicação.

Nessa sociedade redacional, as pessoas, de modo geral, produzem conteúdos informativos, tanto quanto os jornalistas. E aí, qual é o grande desafio dos jornalistas? É lidar com essa sociedade., é saber que não são mais só os jornalistas que modelam pensamentos, que produzem consensos e dissensos. Na verdade, muitas vezes, as demandas vêm das redes sociais, por exemplo. Nasceram ali. Quantas vezes matérias jornalísticas não são demandadas desse espaço, desse grande fórum que são as redes sociais, né? Nós jornalistas precisamos lidar com isso, e fazer o que? Fazer o que a gente sempre fez: apurar, pesquisar, checar fontes, tendo em vista - esse que é o grande diferencial do profissional da comunicação - os nossos princípios deontológicos. Entendermos que nós servimos à sociedade, que devemos ter responsabilidade redacional, pensar em cidadania, ética. Não que a sociedade não tenha, mas eu acho que nós estamos balizados por uma coisa chamada código de ética do profissional de comunicação. E nós precisamos seguir isso, precisamos nos guiar por isso, é o que faz de nós o que nós somos. Então, eu acho que o grande desafio hoje pra esse mundo dos comunicadores é lidar com essa sociedade que incorpora muito dos nossos conceitos, mas, muitas vezes, utiliza-os de forma equivocada, manipulada, pra falsear e gerar desinformação. Desinformação que prejudica a própria sociedade e que pode, inclusive, levar à morte. A gente tá falando de uma coisa séria. Por exemplo, nesse momento da pandemia, quando a desinformação não orienta, confunde, ela pode levar ao contágio e à morte. Ou seja, a gente não tá falando de uma coisa abstrata, estamos falando de uma coisa real.

TB - Então, essa seria uma das questões posteriores, mas já que você tocou no assunto inevitável (risos), essa desinformação, esse excesso de informações, às vezes desconstruídas, é uma política de Estado hoje? Como é que os profissionais da comunicação percebem isso?

MA - Olha, eu acho que a gente precisaria fazer uma live só sobre fake news, desinformação, pra dar conta desse assunto, porque é complexo. Mas, de modo geral, como pesquisadora, eu enxergo essa desinformação como política de Estado, sim. A gente tá diante de um

grupo que se elegeu por meio da desinformação. Eu falo isso, aliás, assumindo essa responsabilidade como pesquisadora, mas não com base apenas no meu achismo, certo? Estamos vendo aí o encaminhar de investigações da Polícia Federal, matérias de que saíram essa semana, agora. É só você acompanhar os jornais, veículos de informação que tenham o mínimo de responsabilidade com o seu conteúdo, com matérias apuradas, checadas, ou mesmo se você quiser conferir diretamente na fonte, nos espaços públicos de transparência da PF. O que sabemos até agora é da existência de um gabinete do ódio que promove (que talvez até hoje ainda esteja em atividade) disparos sistemáticos e personalizados de mentiras, de informações falsas.

Aqui eu quero fazer um adendo importante: o termo fake news se popularizou, mas se a gente pensar na gêneses da palavra, o que significa fake news? São notícias falsas, né? Mas notícia como produto jornalístico já passou por um crivo de checagem, de apuração. Então, em tese, notícia falsa não existiria, porque se é notícia, não é falso. A gente parte do princípio da gêneses da palavra, então a gente tá diante do que? De uma mentira, e não de uma notícia falsa.

Essa onda de desinformação se constitui de maneira sistemática. Ah, Mayara, isso é novo? Não, isso não é novo. A calúnia, a perseguição, a mentira, especialmente no âmbito político, sempre existiu de algum modo. Robert Darton, no século XVIII, já falava sobre panfletos anônimos que eram distribuídos com calúnias, desinformações, cujos autores não eram punidos por isso. Mas assim, de forma sistemática, paga, com um aparato industrial? Aí não. Tem uma colocação de um colega daqui dos comentários, que diz: *“Ah, mas nem sempre essa checagem é feita, essa credibilidade dos jornalistas tá em questão”*. Sim. Quando a gente fala que é importante combater as fake news, a gente não tá necessariamente dizendo que o jornalismo é santo e que as empresas de comunicação estão livres das suas motivações. Isso não existe em nenhum veículo, e, aliás, o jornalismo, de modo geral, nunca foi imparcial. A gente parte do princípio de que cada um tem a sua forma de olhar pro acontecimento, assim como o leitor olha pro

acontecimento de forma diferente de um jornalista. As empresas de comunicação têm suas políticas editoriais e isso vai fazer com que elas destaquem ou não certas informações, certos pontos de vista, mas é preciso entender a enorme diferença entre uma notícia jornalística, minimamente pautada na ética, nessa necessidade de credibilidade (inclusive para ser rentável) e uma mentira, uma fotografia manipulada, uma informação deliberadamente retirada de contexto.

Existem fake news inventadas durante essa pandemia que são absurdas! O pesquisador fonte da suposta “matéria” não existe, a pesquisa não existe, a universidade não existe, o tal do remédio não existe... Entendeu? Não dá pra colocar tudo na mesma balança. É preciso ter um olhar crítico para as empresas de comunicação, mas ao mesmo tempo, a gente tem que diferenciar o que é mentira e o que é informação construída com base em fatos checados, apurados, disponíveis para a sociedade em fontes públicas. Essa diferenciação tem que ser feita.

TB - É, eu lembrei agora também dos mecanismos que vocês têm inclusive de fazer essa crítica, como o observatório de imprensa, que funciona muitíssimo bem, e os novos autores como Mídia Ninja, Coletivo Nigéria... são outras constituições de sujeitos sociais nesse sentido, de não aceitar uma visão autorizada da história, mas exatamente trazer visibilidade de outros sujeitos sociais, outras histórias e outras memórias... E tem uma questão aqui: sites que são construídos utilizando fotos do banco de imagem do Google pra dizer que são de profissionais da comunicação, gerando mais ainda desinformação. Então, nesse sentido, realmente como você falou no início, às vezes a pauta do jornalismo quem estimula ou quem incentiva são as próprias redes sociais. Você percebe que há uma maior democracia, um maior protagonismo nesse sujeito, para além do muro da universidade, para além das redações dos jornais e dos veículos?

MA - Bom, hoje o grupo de pesquisa de que participo na UFC, junto com a professora Naiana Rodrigues, que acabou de entrar aqui também, o professor Rafael Rodrigues... A gente tem hoje um conjunto muito bacana de pessoas pesquisando arranjos de jornalismo

alternativos às mídias convencionais, certo? Assim nós temos no-meado essas iniciativas que não são da mídia convencional, mas que nascem dentro dessa lógica de pessoas que tem seus canais, seus próprios veículos de informações. A maioria deles, pelo menos aqui no Ceará, tem uma relação com o jornalismo, alguns egressos de cursos de jornalismo que não se lotaram em grandes empresas e que abrem seus próprios canais. Até porque a gente sabe que o mercado não abriga todas essas pessoas, né? Então, o que a gente tem visto são sujeitos utilizando essas plataformas de comunicação pra produzir suas narrativas, seu jornalismo, pelos meios que são possíveis. Até porque a gente sabe que chegar até o conglomerado de comunicação não é fácil. Nesses lugares há um ambiente de precarização, de demissões em massa, enfim, não é um lugar fácil de se colocar. Então, muita gente tem caminhado pra essa alternativa, utilizando Facebook, Instagram, Whatsapp, blogs e sites próprios pra reportar sobre as suas realidades, regiões, sobre seus pontos de vista, a partir de apuração, de checagem, escuta às fontes, adotando todas essas rotinas produtivas próprias do jornalismo. É interessante dizer isso porque os atores são muitos.

Pensar comunicação hoje, pensar distribuição de informações, é muito complexo. Não tem só mocinho e bandido, entende? É muito difícil você ter uma visão dicotômica dessa rede, assim: *“ah, se existem as fake news disseminadas nas plataformas de redes sociais, então os mocinhos são os conglomerados de mídia”*. Não. *“Ah, então são os arranjos independentes!”*. Bom, eles também têm as suas motivações políticas e editoriais. E agora? Calma! Isso é a sociedade, isso é a vida, isso é complexo, não têm como ter essa visão dicotômica. São canais, que são mais ou menos confiáveis. Ao mesmo tempo, a gente também não pode cair na armadilha de achar que a realidade é 100% relativa e que a gente pode se perder entre a ficção e o real, isso também não dá. Se existe gente responsável, com o interesse de apontar de checar informações, pesquisar, ouvir várias pessoas, trazer para o debate atores sociais historicamente silenciados, então vamos esti-

mular o trabalho dessas pessoas. E vamos fazer o nosso. Quer dizer, muita gente hoje tem aí o seu smartphone, seu plano de dados, internet wi-fi e já pode ser considerada uma produtora de informação. Isso tem uma responsabilidade. A gente precisa reconhecer isso. Por exemplo, eu recebo cada fake news que basta dar um Google, pesquisar no boatos.com e você já acha um artigo desmentindo. Não é difícil de checar antes de divulgar. Aí é uma questão de saber até que ponto essa mentira condiz com o que eu acredito. E essa é uma discussão complexa, mas que precisa ser feita: até que ponto eu uso dessa democracia das redes sobre a qual estamos aqui falando para divulgar desinformação só porque, mesmo sendo mentira, isso condiz com o que eu acredito, eu acho que é certo? Acontece que a realidade não é só aquilo em que eu quero acreditar. Eu não gostaria de saber que o Brasil já passa de 20 mil mortos por Covid-19, mas essa é a realidade.

TB - Olha só, temos um comentário muito interessante: *“A sensação é que os veículos convencionais de comunicação não investem em seus talentos”*. Há também elogios para as profissionais: *“Parabéns pelo conhecimento e pela propriedade no assunto”*. E uma pergunta da Casa do Capitão-Mor de Sobral: *“Hoje há sites para checagem dessas mentiras produzidas?”*.

MA - Sim. Há muitos sites, vamos lá. Depois, se quiserem uma listinha desses sites me procurem por inbox, eu posso mandar. Vou citar só alguns: *Agência Lupa* faz um trabalho muito interessante de *fact checking*, que se intensificou nesse período de pandemia (<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/>). Essa agência tem, inclusive, um canal só para verificação de informações sobre a Covid-19, é o *Coronaverificado.news*. A agência *Aos Fatos* tem uma página no Instagram em que eles ficam postando o que é falso ou verdadeiro, vão checando e postando. E tem o site *Boatos.com*, já bem antigo, vem trabalhando nisso há muitos anos, o idealizador do boatos.com nem jornalista é, se não me engano, ele é da área da informação, da TI. Mas ele desenvolveu esse site e faz esse trabalho de checagem praticamente sozinho. Acho importante dizer também alguns projetos e parcerias com jornais con-

vencionais: o projeto *Comprova*, idealizado pela ABRAJI, que é a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. Ele reúne 11 profissionais de diversos veículos do país. Aqui no Ceará, o Jornal O Povo participa. Eu não sei a quantas anda o projeto Comprova por aqui, se está ativo, mas lembro de quando essa parceria foi firmada. De todo modo, pra se manter informado sobre essas checagens, eu citaria especialmente os perfis no Instagram da Agência Lupa e da Aos Fatos, tá?

TB - Professora, você citou a participação ativa dos sujeitos ao não passar adiante as mentiras e fazer uma checagem antes. E como é o dia a dia do jornalista, as relações de trabalho? E como é que estão enfrentando essa pressão de checagem diária? Inclusive, nós iniciamos a live justamente a partir do reconhecimento dessa pressão pra produzir a notícia, isso e aquilo.

MA - Verdade, vamos lá. Aproveitando a deixa da Naiana, ela me disse aqui que o Diário do Nordeste também tem o Comprova, entrou agora em 2020. Queria aproveitar aqui que estou citando a Naiana e vou falar sobre como trabalham os comunicadores, especialmente em tempos de pandemia. Pra isso, eu preciso me valer das informações de uma pesquisa nacional, que foi encampada pelo grupo do qual Naiana faz parte, o Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, o CPCT, vinculado à Escola de Comunicação e Artes da USP, certo? Eles fizeram um estudo com comunicadores, do dia 5 até o dia 30 de abril, com 557 pessoas. No Ceará, nós tivemos 38 participantes dessa pesquisa, e os dados do Ceará foram compilados pela professora Naiana Rodrigues e pelo professor Rafael Rodrigues. Eu queria deixar registrada essa valorização do trabalho desses dois profissionais incríveis, que fizeram um trabalho impecável de transformar esses dados em um relatório, que deve ser divulgado pra sociedade em geral logo logo. Mas vamos aos dados, né?

Como é que estão trabalhando os comunicadores em tempos de pandemia? Eu fiz até um “slide” aqui, bora lá (risos). Eu vou puxar por dois fenômenos, certo? A gente tem, no momento, um aumento na importância do comunicador e, ao mesmo tempo, uma queda dos

postos de trabalho e de adequadas condições de trabalho. O aumento da importância do trabalho do comunicador se dá por todo esse panorama que a gente já falou. Ora, em uma circunstância de disparos sistemáticos de desinformação, que levam inclusive à morte, em que a gente tem uma deputada, como Carla Zambelli, dizendo que estão enterrando pedras no lugar de pessoas aqui no Ceará, ou ainda de um presidente que estimula que as pessoas saiam de suas casas e invadam UTIs (um espaço extremamente contaminado), bom, eu preciso de profissionais que produzam informações credíveis, que tentem recuperar esse pacto de credibilidade do jornalismo com a sociedade, rompido ao longo de muitos anos. Essa tese de rompimento desse pacto de credibilidade, inclusive, é de Rogério Christofolletti, professor da Universidade Federal de Santa Catarina. É importante que se diga isso: o jornalismo já vem em um processo de crise de confiança, de relações de trabalho, que se evidencia durante a pandemia. Taí, a gente começou a falar sobre jornalismo e a primeira coisa que apareceu nos comentários foi: *“ah, mas o jornalismo convencional não é tão credível assim”*. Isso se dá por um pacto de credibilidade que, ao longo de anos, vem sendo vilipendiado, percebe?

Diante da pandemia, eu tenho um jornalismo que está na linha de frente, profissionais na linha de frente, que estão combatendo o que? A desinformação. Eu posso dizer que os profissionais de saúde estão combatendo um vírus e os de comunicação, o contágio. Porque a desinformação leva diretamente ao contágio. Jornalistas atuam na difusão de formas de prevenção, de pesquisas científicas relativas ao conhecimento do vírus e da produção de vacinas, por exemplo, de qual medicamento é ou não viável... Enfim, são profissionais na linha de frente. Mas, no caso dos profissionais da saúde, nós percebemos um aumento nos postos de trabalho. Vários funcionários sendo contratados, formaturas sendo adiantadas pra que essas pessoas comecem a atuar, auxiliares de enfermagem sendo contratados e contratadas, pra entrar nesses hospitais e combater o vírus. Esse aumento de postos de trabalho está acontecendo na comunicação? Não! De jeito

nenhum. Na comunicação há, na verdade, uma redução dos postos de trabalho, demissões em massa, reduções de salários, suspensão de funcionários e uma redução ainda maior de adequadas condições de trabalho. Essa é a realidade.

Segundo a pesquisa que citei anteriormente, 84% dos profissionais do Ceará relataram que o ritmo de trabalho está mais pesado durante a pandemia. Os que tiveram aumento de carga horária falam de uma variação de uma até seis horas de trabalho. Horas a mais! Esses profissionais não param de trabalhar porque estão sobrecarregados e sobrecarregadas, fazendo um trabalho que deveria ser feito por mais pessoas. É importante dizer que tudo isso se agrava muito mais para as mulheres. Porque esse recorte de gênero precisa e deve ser feito! As mulheres sofrem muito mais durante esse processo, essa desigualdade e sobrecarga se evidenciam pras mulheres, que, inclusive, são a maioria na profissão.

TB - Nós temos sim que fazer esse recorte de classes, de gênero, de raça, não é à toa que, no mundo inteiro, esse debate está explodindo em conflitos, não é? E isso, obviamente, vai respingar na nossa luta, na nossa análise, na nossa pesquisa e na nossa própria atuação na sociedade. E tem um comentário muito interessante aqui do Eduardo, de Viçosa, que ele pergunta: *“Como você avalia o jornalismo independente hoje no Brasil?”*

MA - Olha, é um pouco o que a gente já estava conversando antes, não é? Eu acho que esse jornalismo independente é necessário, e deve ser estimulado, porque são atores sociais estratégicos, que nos ajudam a ler realidades histórica e culturalmente silenciadas. Muitos deles, aliás, vêm produzindo justamente esse conteúdo que faz recorte de classe, raça, gênero, né? Que, às vezes, falta na mídia convencional. Muitas vezes, essas vozes vêm do jornalismo independente. Aqui no Ceará, por exemplo, temos o *Ceará Criolo*, o *Site Negré*, que fazem uma comunicação sobre negritude. Eles precisam e devem ser estimulados nesse momento.

TB - Tem outro comentário aqui da Dal Pires: *“É interessante também que não dependemos mais dos veículos para produzir conteúdo, a pandemia veio pra quebrar paradigmas e para melhorar as formas como já fazemos”*. Bem, para os professores essa é uma grande polêmica, né? Porque nós estamos debatendo também o ensino remoto à distância, mas você poderia comentar, então, essa ideia: qual vai ser o recado dessa pandemia? Se vai ter algum?

MA - Bem, eu vou aproveitar esse gancho aí da Dal Pires. Sim, Dal, acho que estamos num momento de revisão de paradigmas, de reinvenção. Mas precisamos ter uma visão crítica desses movimentos. São mesmo para melhorar? São movimentos “naturais” ou impostos? Quem impõe? Mas antes de falar disso, deixa eu só fazer uma diferenciação: é bem importante a gente diferenciar o jornalismo da comunicação, né? Quando a gente fala em jornalismo, estamos falando de um profissional específico, que tem suas atividades, seus repertórios de práticas, condutas e a sua realidade.

Quando a gente fala em comunicação, essa pesquisa do CPCT que citei, por exemplo, foi feita com comunicadores. Como os comunicadores trabalham em tempos de pandemia. Então, o que a gente entende como comunicador(a)? Aí entra o assessor de comunicação, os gestores de mídias sociais, os professores, publicitários, toda essa galera aí. Quando a gente fala que o jornalismo está na linha de frente nesse momento da pandemia, os comunicadores, em geral, também estão. Preste atenção nessa questão do marketing e dos gestores de mídias sociais: hoje, qualquer negócio que queira sobreviver durante a pandemia precisa entrar no processo de plataformação, precisa se render a uma plataforma. O boteco aqui da esquina, em que eu peço o meu churrasco e a minha cerveja do final de semana, tem agora uma plataforma de marketplace. Eu entro, escolho o que eu quero, o pedido vai pro Whatsapp desse bar e eles vêm deixar aqui o meu espetinho e a minha cerveja. Pra eles se manterem, precisaram de uma tecnologia de plataforma, precisaram se valer de um programador e mais: de uma estratégia de comunicação, pra fazer chegar aos seus

clientes essa mudança. Então, muitos espaços que nem sonhavam em ter um Instagram, um Facebook, atender via WhatsApp se viram obrigados. E precisam de comunicadores pra fazer isso acontecer. E esses profissionais estão precisando se reinventar, lidar ainda mais com essas plataformas. A meu ver, é uma quebra de paradigmas. Mas uma quebra, de certo modo, imposta. Orientada aos interesses do mercado, da sobrevivência de muitos desses pequenos negócios, como o que eu citei, mas é também orientada ao lucro de grandes conglomerados de tecnologia.

Aí eu vou fazer aqui um questionamento importante: qual é a responsabilidade das plataformas? Porque elas não são públicas. A gente tende a tratar Instagram, Facebook, como ambientes públicos, verdadeiras ágoras, fóruns em que a sociedade de modo geral se encontra e, na verdade, são ambientes particulares, regidos por regras próprias, que, nessa circunstância da pandemia, têm lucrado com esse movimento, impondo suas dinâmicas aos sujeitos. Por exemplo, essa questão que tanto já falamos aqui das fake news. De quem é a grande responsabilidade de deixar ou não passar aquilo que é claramente mentiroso? Deveria ser da plataforma, oras! A gente viu, por exemplo, dia desses o nosso Presidente da República ter uma postagem apagada porque era mentira. Apagada por quem? Pela plataforma. As plataformas não são públicas, elas são particulares, elas pertencem a alguém. E esse alguém, com seus algoritmos, determina o que vai ou não ser visto, né? Essa live poderia chegar pra muito mais pessoas, mas existem algoritmos que determinam quem vai ver. Não esqueçam: enquanto pequenos negócios e profissionais como comunicadores, professores, estão se esforçando pra se adaptar a essa realidade imposta pelas circunstâncias e pela tecnologia, alguém está ganhando muito dinheiro com isso.

TB - Nesse sentido, gente, interessante até pensar nas realidades que já vimos de outros trabalhadores, né? Não é só o jornalista de fato que empreende. Os terceirizados, os estagiários, inclusive em outros universos, que precisam ter criatividade para enfrentar esse

momento. A nossa segunda live aqui, sobre o mundo do trabalho, foi com um pesquisador das feiras, a metamorfose das feiras no Nordeste. Então, aqui em Pacujá, uma aluna nossa produz máscara, já com o mesmo tecido da roupa. É a moda se reinventando, todos os setores, de fato. Ela é a Maria Luísa, exatamente ela que entrou agora aqui na live, essa produção de máscara combinando com a roupinha.

Então, muita gente concordando aqui com você, parabenizando... E outro comentário aqui da Dal Pires que é: *“Na cagece, onde trabalho, os comunicadores, jornalistas e publicitários estão vivendo um momento importante nas nossas carreiras. A comunicação tem sido essencial nesse período”*. Eu também tenho uma questão aqui, ainda sobre a onda de desinformação: como é que nós, não só da área de Humanas, mas todos os profissionais podem, de fato, recuperar esse espaço que vem sendo invadido pelo achismo e por essas opiniões que não são baseadas em fatos? Que não têm esse cuidado da pesquisa, e do científico. E o Herlon, aqui no chat, pergunta também: *“Qual é a sua opinião sobre a regulamentação da internet?”*

MA - Nossa! Muitas coisas (risos)! Vamos lá! Eu vou começar com a sua questão, Telma. Assim, como é que a gente pode recuperar esses espaços? Eu acho que a discussão não é só sobre recuperar, mas é sobre punir atos de ilegalidade, certo? Por exemplo o que eu posso dizer para as muitas pessoas que se deixaram levar pela onda de informações falsas que receberam em seus Whatsapps em 2018 (que não foram poucas! Muita gente recebeu muita mentira) e fizeram, de repente, uma escolha equivocada nas últimas eleições, que sequer representa o que, de fato, essas pessoas pensam? Eu posso dizer que vocês foram alvos de um golpe. Foram enganados mesmo. Muitas informações que vocês receberam não eram reais em nada. E eu acho que a última reação que uma pessoa tem quando ela sofre um golpe é defender quem a enganou. Eu acho natural que elas passem por um processo de negação, de frustração. E eu sei que muitas das mentiras inventadas, no fim das contas, respondiam aos anseios das pessoas: uma suposta proteção às famílias, enfrentamento ao crime

organizado e à corrupção. Mas essas pessoas enganadas precisam entender que, sim, foram alvo de um golpe. E isso precisa ser combatido, para que não siga acontecendo.

E além das ações individuais e coletivas de checagem, sobre as quais eu já falei, é necessário ir na raiz do problema: o dinheiro. Alguém tá financiando isso! Essa mensagem negacionista, anticientífica, ultraconservadora, que chega pra você no Whatsapp, não é produzida de graça. É preciso cortar o financiamento desses disparos, desarticular essa quadrilha. A gente precisa que essa investigação da Polícia Federal, por exemplo, chegue em algum lugar. Que apreenda os culpados. *“Ah, Mayara, você tá eximindo o jornalismo, então, você tá dizendo que o jornalismo não tinha problema nenhum até chegarem as fake news?”* Não, não, longe de mim! Eu acho que o jornalismo tem suas questões, tem seus problemas, críticas que precisam ser feitas. Eu acho que essa chegada do jornalismo independente, por exemplo, esses novos atores, que se evidenciam nos ambientes digitais, faz toda a diferença nesse jogo de interesses que é a produção e difusão noticiosa. Mas acima de tudo, gente, a gente tem que combater o que não é real. Eu acho que isso meio que responde a outra pergunta sobre a regularização da Internet.

Não dá pra gente viver em uma terra sem lei, sabe? E a internet ainda é um lugar muito pouco transparente, a gente acha que tá tudo muito dado, explícito, no fim das contas, a internet é um espaço de regras pouco claras, inseguro, onde todo mundo faz o que bem entende. Mas não deveria ser assim. De novo, eu questiono: quem lucra com essa suposta liberdade? Até ontem a gente tava brincando com um aplicativo chamado FaceApp, que estava simplesmente roubando dados de pessoas. Estão entendendo? O Whatsapp até hoje é uma terra sem lei, ele reúne uma quantidade substancial de informações pessoais e institucionais, em diversos países, e pronto. Isso tudo vira insumo dele, que ele comercializa a quem tiver a melhor oferta. São informações estratégicas: dados pessoais, bancários, conversas entre autoridades... Então assim, quando a gente fala em regulamentar,

acredito que seja importante por isso, porque estaremos legislando sobre as nossas vidas, que estão nas redes, tanto quanto fora delas. Mas o ideal é que isso aconteça chamando a sociedade pra discutir, eu acho que isso tem de ser feito de maneira responsável, não de forma autoritária.

Agora, sobre o trabalho, voltando pro comentário da Dal Pires... Como é que a gente tem vivido nesse tempo de pandemia. A Dal fala que *“esse é um momento importante, essencial pras carreiras”*. Eu acho que isso é um marco nas carreiras de muitos profissionais, que estão se vendo diante de algo que lhes impõe uma mudança em seus hábitos e condutas, tá certo? Minha tese de doutorado até um dia desses, que agora eu não sei mais (risos), seria sobre a mudança nos repertórios de práticas e condutas de jornalistas cearenses que antes trabalhavam em uma redação convergente e, depois, passaram a uma redação integrada. Com a pandemia, o processo de integração foi atropelado por um outro: o home office. Essa foi a grande mudança que aconteceu com os comunicadores, segundo a pesquisa do CPCT: o trabalho remoto, em casa. E muitos desses profissionais nos relatam que temem que isso se torne uma realidade, certo? A grande maioria desses profissionais acredita que o trabalho remoto vai acabar se tornando uma realidade para eles, mesmo depois da pandemia. E qual é a grande preocupação em relação a isso? Bom, o home office tem seus benéficos, mas também traz problemas significativos. Porque trabalhar em casa é lidar como as contradições próprias do lar, é não ter um espaço específico pra trabalhar, um ambiente separado, em que se possa ter concentração, iluminação adequada, com móveis adequados, que tragam o mínimo de conforto a um profissional que passa horas diante de uma tela. De repente, aquele trabalho se mistura com os afazeres da casa, com a criação dos filhos, se mistura com uma divisão de trabalhos que antes não aconteciam na casa, porque era, muitas vezes, terceirizado a uma doméstica. Fora o que já destaquei aqui: o recorte de gênero.

O processo de homeoficização é, sim, mais extenuante para as mulheres. Porque vivemos uma invisibilização do trabalho doméstico e uma associação desse trabalho - gratuito e invisível, mas cansativo e real - às mulheres. Então, é uma série de contradições que se apresentam. Ao mesmo tempo, há quem relate que o trabalho em casa poupa a raiva com o trânsito, a falta de tempo para ver os filhos, estar com eles... Aí eu preciso lembrar as aulas com o meu professor Ricardo Antunes, da Unicamp, um dos grandes pensadores do trabalho no Brasil e, talvez, no mundo. Ele fala muito sobre o pêndulo do trabalho: o trabalho é esse fenômeno que, ao mesmo tempo, dentro da lógica capitalista, tira nosso sangue, nosso suor, nossas lágrimas... Mas, por outro, dá sentido às nossas vidas. Marx vai dizer que, se pudesse, o trabalhador fugiria do trabalho com todas as suas forças. O trabalho que gera exploração de mais valia assujeita empregados, mas, na outra ponta, o trabalho faz parte da vida do homem e da mulher. Ele não acaba. Não vai acabar. Trabalhar nos traz sentimentos de valorização, mexe com a nossa autoestima, com a nossa subjetividade. Eu não estaria aqui, nessa tarde, conversando com vocês, se não fosse meu trabalho. A Telma também não estaria aqui se não fosse o trabalho dela. Eu acho que a gente precisa considerar todas essas contradições pra interpretar bem qualquer fenômeno.

TB - Então, a sociologia do trabalho vem falando muito disso, dessas mutações do mundo do trabalho, que, na verdade, vão agudizar cada vez mais a desigualdade social e a distância abissal de quem tem acesso à tecnologia, com melhores salários, e, infelizmente, quem está à margem desse processo. Então, de fato, é esse mundo novo que dizem, da criatividade, da participação, do trabalho colaborativo etc. Mas também tem essa outra face, da precarização. Mas o trabalho continua em pauta, isso é o que é fundamental. Essa é a discussão do Ricardo Antunes e de muitos estudiosos da década de 90. Qual é a centralidade do trabalho na vida das pessoas? Até se chegar no ócio criativo cunhado por Domenico De Masi, que coloca esse trabalho do intelectual como algo também diferente, que pode ser feito em casa e tendo

contato com profissionais de outros países, muito mais do que colegas no mesmo espaço de trabalho. [...] Tem também aqui um comentário da professora Valéria: *“O importante não é aprender a ler a notícia, ou seja questionar?”* E tem também outro comentário: *“Christophe Dejours também afirma que o trabalho é uma fonte de prazer e de sofrimento, ao mesmo tempo”*. Os escritores franceses. E aqui a professora Valéria continua o questionamento: *“Fazer esse questionamento: o que foi publicado? Onde foi publicado? Qual o interesse? Porque e por quem? Pra que foi publicado e como?”* Você quer comentar?

MA - A Valéria coloca uma questão importante: a gente aprende a ler a notícia, e o Eduardo também fala assim: *“O importante também é que as pessoas não leiam apenas as manchetes”*. É, isso é interessante. Eu gosto de, como comunicadora, como jornalista, fazer uma auto-crítica. Acho que nós, jornalistas, erramos. Nós erramos como? Em não educar para a mídia. Na década de 90, quando o jornalista Geraldinho Vieira escreveu esse livrinho aqui, *O Complexo de Clark Kent*, a grande preocupação dele era que a gente estava vivendo a reabertura política, pós ditadura, e o medo dele era com os jornalistas que se achavam super-heróis. Que poderiam usar das suas facilidades de entrada no universo político, econômico e tal, pra manipular notícias, romper com a privacidade das pessoas, pra conseguir um furo jornalístico a todo custo, né? Hoje, eu teria essa preocupação do complexo de Clark Kent com a sociedade inteira. Porque, hoje, todos nós temos meios de produção e de difusão de informação. Dentro dessa lógica da sociedade redacional, eu tenho que me preocupar com a mesma coisa que ele se preocupava antes. Geraldinho Vieira vai dizer: *“É preciso estabelecer os limites do repórter, do Clark Kent, e do indivíduo de poderes privilegiados, que é o super-homem, que se dá o direito de uma intervenção egocêntrica para transformar a sociedade ou mantê-la em suas funções vigentes, em prol dos seus interesses”*. Não são só os jornalistas que, hoje, possuem esse poder de seleção e difusão, entende? Será que a gente, como sociedade, está compartilhando as coisas porque são fatos checados, credíveis, ou porque elas nos interessam?

Porque, *"ah, achei essa 'notícia' aqui a minha cara, condiz com o que eu penso, eu vou 'larar' divulgando isso, então vou passar pra frente..."* Não dá pra ser assim. Pra ser um produtor e difusor de informação é preciso adotar práticas de apuração, checagem. E, nesse sentido, acho que nós, jornalistas, poderíamos agir como divulgadores de boas práticas, sabe? Poxa, não é difícil. Desconfie. É a primeira regra. Desconfie do nome da pessoa, do canal de comunicação... Às vezes, eles são claramente falsos, né? Desconfie do conteúdo, das aspas... Pega um trechinho que recebeu e joga no Google, vai lá em um desses sites de checagem que eu mencionei. E o que eu acho bem importante: tudo que vai, tem de fazer o mesmo caminho de volta. Se tal conteúdo lhe chegou e você identificou que é falso, faça a checagem voltar. Seja o chato do grupo de Whatsapp e diga: *"Gente, isso aqui é falso. De onde é que vocês tiraram isso?"* Repassem que a informação é falsa. Eu, por exemplo, sou a chata que faz isso. Mas faça a informação correta percorrer o caminho de volta! Isso, infelizmente, é um trabalho de formiguinha e não se compara ao de indústria de disparos, certo? Mas é o que a gente pode fazer.

Agora eu lembrei de um relato do deputado Marcelo Freixo, se vocês quiserem ver, é bem fácil de achar. Freixo, segundo turno nas eleições para prefeito do Rio, certo? Ele ganha o primeiro turno e passa pro segundo com o Crivella. Um dia depois das eleições, ele sai pra tomar café, encontra com os colegas que são taxistas, e os taxistas todos olhando feio pra ele, com a cara feia. E ele achando estranho. Aí um deles disse: *"eu não acredito que você fez isso com a gente!"* E o Freixo: "fiz o que?"

TB - Mayara, vai já concluir, por favor.

MA - Vixe! Certo. Pra fechar: na manhã seguinte às eleições, todos os taxistas do Rio receberam um suposto áudio (que, na verdade, era alguém imitando a voz do Freixo) em que ele dizia que ia liberar os ubers. E isso enfureceu a classe de taxistas. Isso na manhã seguinte! Então, quando eu falo de disparos sistemáticos de mentiras, é desse tipo de coisa que estou falando. É uma indústria. E bastante lucrativa pra alguém.

TB - MUITÍSSIMO obrigada! Parabéns! Você tem razão, vamos precisar de outras lives.

MA - Com certeza! Eu não falei nem metade das coisas que eu tinha pra falar aqui (risos).

TB - MUITÍSSIMO obrigada! E obrigada a todas e todos!

CAPÍTULO 9

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS ALTERNATIVAS À CORONACRISE

Mediação: Telma Bessa

Com: Joannes Forte

Diálogo realizado no dia 12 de maio de 2020, às 14h.

TB - Hoje, dia 12 de maio de 2020, nós vamos dialogar sobre o tema do Mundo do Trabalho com Joannes Forte. Ele é Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), professor do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA) e do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio) da Universidade Federal do Ceará (UFC), na associada UEVA, diretor do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual Vale do Acaraú (SINDIUVA – seção sindical do ANDES – Sindicato Nacional) – gestão 2019-2021 e vice-presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária (ABPES) – gestão 2018-2021.

JF - Obrigado, Prof.^a Telma, pela oportunidade do diálogo! Agradeço a todas e a todos que estão aqui para dialogar com a gente sobre questões relacionadas às trabalhadoras e aos trabalhadores em tempos de pandemia. Sejam todas bem-vindas! Todos bem-vindos! Vamos com serenidade e força, tentando equilibrar a cabeça em cima do pescoço e fortalecer nossa solidariedade para continuar a nossa marcha.

TB - Exatamente! O Prof. Joannes Forte tem na sua história todo um envolvimento com as lutas sociais, foi do movimento estudantil

e participa do movimento sindical docente. É um pesquisador que nos ajuda a compreender os processos e as contradições da vida social, como que nós, dentro da universidade, podemos, sim, ter o rigor científico e metodológico e ter a sensibilidade de olhar, de voltar esse olhar para esses sujeitos sociais, que são os protagonistas das mudanças na sociedade. Joannes Forte estudou sobre o mundo do trabalho dos “excluídos” da história e dos direitos, dos trabalhadores da informalidade, as/os vendedoras/es ambulantes, e também as/os trabalhadoras/es organizadas/os em cooperativas, associações e grupos informais, dentro do capitalismo, na chamada economia solidária. Em seu doutorado, ele fez um estudo muito interessante que está disponível na internet¹. Para quem gostar de poesia, em sua tese, ele começou a falar sobre a luta pelo direito ao trabalho associado e à economia solidária com uma poesia linda de Carlos Drummond de Andrade, intitulada *Nosso tempo*. Ele fez essa poesia nos anos 1945, e faz parte de um livro que se chama *A rosa do povo*. Eu vou ler só um trecho para vocês. Essa poesia é muito forte, vejamos:

Esse é um tempo partido, tempo de homens partidos. Em vão percorremos volumes, viajamos. A hora pressentida esmigalha-se em pó na rua. Os homens pedem carne. Sapatos. As leis não bastam. Os lírios não nascem da lei. Meu nome é tumulto, e escreve-se na pedra. A escuridão estende-se, mas não elimina o sucedâneo da estrela nas mãos. E o ar da noite é o estritamente necessário para continuar, e nós continuamos².

Não é linda? Então, esse trabalho de pesquisa, que já começa com essa poesia, tem muito a nos dizer. Professor, o que o motivou a estudar o mundo do trabalho, dos excluídos e da luta pelo direito à economia solidária?

JF - Bom, essa poesia do Carlos Drummond de Andrade me toca muito. Penso que ela tem tudo a ver com a minha caminhada nessa

-
- 1 FORTE, Joannes Paulus Silva. *Ao embalo da rede: o processo sociopolítico de regulação da economia solidária no Brasil*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/336104>.
 - 2 ANDRADE, Carlos Drummond. *Nosso tempo*. In: ANDRADE, Carlos Drummond. *A rosa do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1945].

seara dos estudos do mundo do trabalho, das transformações capitalistas, dos processos de trabalho no capitalismo, e, conseqüentemente, das violências, das desigualdades e da exclusão social, no que diz respeito à exclusão do direito a uma vida digna, dos direitos humanos. O trabalho, é bom lembrar, é um direito humano, o trabalho decente, para usar um conceito da Organização Internacional do Trabalho (OIT). E é um dos direitos da cidadania. O trabalho é um direito social também. No nosso país, por exemplo, o trabalho é um dos alicerces da nossa sociedade previsto na nossa própria Constituição Federal. Assim, os referenciais do trabalho, da justiça, da igualdade, são eles que fundamentam o nosso pacto social, em termos de uma sociedade igualitária, justa e sem preconceitos, que é o que nós não temos efetivado, mas é pelo que lutamos. E por isso buscamos saber sobre os problemas relacionados ao trabalho, por exemplo, como um processo social e como um direito, analisado pelas Ciências Humanas e Sociais. Nesse sentido, as minhas pesquisas sobre a economia solidária fazem uma leitura do mundo do trabalho contemporâneo. São pesquisas que abordam, justamente, formas pelas quais trabalhadoras e trabalhadores buscaram tornar a sua vida materialmente possível. Buscaram existir como homens e mulheres dos mais diversos matizes, nas mais diversas regiões do Brasil, dos mais diversos rincões desse país.

Eu estudo o tema do trabalho desde minha graduação. Eu fiz os cursos de bacharelado e de licenciatura em Ciências Sociais, e me formei na Universidade Federal do Ceará (UFC). Na UFC, também fiz o mestrado em Sociologia, sob a orientação da Prof.^a Neyára Araújo. E fiz o doutorado em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob a orientação da Prof.^a Márcia de Paula Leite e a coorientação da Prof.^a Magda Barros Biavaschi. Durante a minha graduação, entre 2002 e 2004, sob a orientação da Prof.^a Lea Carvalho Rodrigues, do Dept.^o de Ciências Sociais da UFC, eu pesquisei as conseqüências da construção do Metrô de Fortaleza (METROFOR) sobre os/as trabalhadores/as informais, especialmente, os/as camelôs e vendedores/as ambulantes, do Centro de Fortaleza. Em

2004, a ocupação informal era basicamente de 50% da população economicamente ativa de Fortaleza³. Muitas dessas pessoas na informalidade eram empregadas domésticas, vendedores/as ambulantes, pequenos/as comerciantes, dentre outras categorias do mundo do trabalho que estão aquém de seus direitos como trabalhadoras. Esse quadro da cidade de Fortaleza era muito parecido com o quadro nacional, das capitais brasileiras. Havia uma grande taxa de informalidade, o que não é novo e ocorre até hoje. O diferencial atual é o avanço da uberização⁴ do trabalho e da ideologia da moda do capitalismo, o empreendedorismo, que incentiva o autoemprego e o autoempresariamento, responsabilizando o/a trabalhador/a integralmente pelas circunstâncias sociais que afetam o seu trabalho e a sua vida. Enfim, esse estudo monográfico da minha graduação foi uma excelente oportunidade para eu problematizar, investigar e compreender a relação entre o processo de transformação e modernização do espaço urbano e o trabalho informal na cidade, com um caráter bastante interdisciplinar, tendo em vista que a análise foi baseada na contribuição teórico-metodológica da Antropologia, da Sociologia, da Ciência Política, da História Social e da Geografia Humana e Econômica.

Assim, iniciei os meus estudos sobre o mundo do trabalho, analisando a relação entre trabalho e cidade, no caso, o “trabalho infor-

-
- 3 Segundo os Indicadores Médios do Mercado de Trabalho em Fortaleza (1984-2002), elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), de 1984 a 2002, a taxa de ocupação no “setor informal” em Fortaleza cresceu, passando por algumas oscilações. Para o IDT, o “mercado formal” está relacionado ao registro com carteira assinada o “informal” compreende as atividades sem registro. Em 2001 e 2002, foram registradas as mais elevadas taxas de desemprego em Fortaleza: 17,88 e 17,17%, respectivamente. Ver FORTE, Joannes Paulus Silva. A construção do METROFOR e suas consequências sobre o trabalho informal no Centro de Fortaleza. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Ceará, 2004, p. 25-26. Durante 20 anos, de 1984 a 2004, o número de trabalhadores no “setor informal” superou o do “setor formal”. Entre meados dos anos 2000 e o ano de 2012, com a política de estruturação do mercado de trabalho formal do governo federal, foram criados milhões de postos de trabalho com carteira assinada. No Brasil da primeira metade dos anos 2010, em decorrência da crise global do capitalismo e da política econômica internacional, o número de postos de trabalho formais começou a decrescer, elevando novamente os índices de desemprego e aumentando a participação da população economicamente ativa no “setor informal”.
 - 4 Diz respeito aos processos de controle, gestão e organização do trabalho, com a responsabilização das/os trabalhadoras/es pelos custos e riscos da atividade desenvolvida, mediante tecnologias de comunicação, a exemplo dos aplicativos de telefone celular, redundando na precariedade, na informalização das relações de trabalho e em tênues vínculos entre o empregador e o/a trabalhador/a.

mal”, o trabalho dos/das camelôs, dos/das vendedores/as ambulantes do Centro de Fortaleza. Paralelo a isso, comecei a me interessar pela busca de superação da falta de postos de trabalho formais, com carteira assinada e direitos trabalhistas e previdenciários assegurados. E aí, em 2003, eu comecei a estudar as chamadas alternativas aos processos de trabalho e de produção capitalistas, na perspectiva de Aníbal Quijano⁵, esse sociólogo latino-americano que muito se preocupou em pensar sobre as alternativas sociais, políticas e econômicas, considerando os contextos, as culturas, as sociedades, sobretudo, na América Latina, para que as gentes oprimidas, com reflexão e ação pudessem dirigir a mudança do estado de coisas que perpetua a colonialidade do poder, as desigualdades e as formas de exclusão. Foi daí que comecei a estudar a economia solidária, inicialmente em um projeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), sob a orientação da Prof.^a Neyára Araújo, do Dept.^o de Ciências Sociais da UFC, com bolsa concedida pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Minhas atividades como bolsista PIBIC/CNPq integravam o Projeto Interinstitucional CNPq/UFPB/UFC/UFSCar intitulado Os (difíceis) caminhos da produção não capitalista: o trabalho em empresas autogestionárias, sob a coordenação geral do Prof. Jacob Carlos Lima (UFSCar), atual presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), de quem fui auxiliar de pesquisa entre 2004 e 2005. Essa oportunidade, ainda na graduação, foi fundamental para a minha formação como pesquisador e para a minha trajetória nos estudos do trabalho, e, especialmente, da economia solidária.

TB - Nós falamos exatamente dessa característica estrutural da nossa sociedade, que é a informalidade. O trabalho é um direito, nós temos os direitos sociais, proteção social. Atualmente, nós vemos a volta do trabalho precário com a desconstrução das conquistas das/os trabalhadoras/es, o que tem ocorrido pela flexibilização, e, ultimamente

5 QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

pela uberização. Há milhões de pessoas que hoje enfrentam os efeitos desiguais da crise global. Obviamente, os efeitos são mais drásticos para a maior parte das pessoas que não estão no mercado formal de trabalho. Por isso, é necessário que o Estado cumpra com o seu papel social, para viabilizar o acesso a esses direitos, e que não seja só de modo emergencial, mas agindo com toda uma política de bem-estar social para a população. Então, professor, em meio ao trabalho precário e sem direitos, quem são esses trabalhadores da economia solidária?

JF - Bom, essas pessoas, em sua maioria, estão à margem do mercado de trabalho formal. Em regra, não por opção, mas em razão da falta de outras possibilidades de ocupação. São pessoas que não possuem um emprego com os direitos sociais do trabalho garantidos. São trabalhadoras/es que estão à margem dos chamados postos formais de trabalho. E essas pessoas trabalham em áreas diversificadas: atuam nos ramos da reciclagem, da confecção, do artesanato, na área de serviços, como o turismo – existem redes de turismo comunitário, por exemplo. Há as pessoas que atuam na área educacional; atuam na agricultura, inclusive em interface com a chamada agricultura familiar; atuam na produção de alimentos etc. Existe uma grande diversidade da atuação dessas trabalhadoras/es nos empreendimentos de economia solidária, cujos principais formatos são os grupos informais, as associações e as cooperativas. Segundo dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES)⁶, entre 2005 e 2007, foram identificados 21.859 EES em 2.934 municípios brasileiros. Esses EES envolviam 1.687.035 trabalhadores e trabalhadoras. Desse total, 63% eram homens e 37% mulheres. A região na qual se identificou o maior número de EES foi a Nordeste (43%); seguida pela Sudeste (18%); pela Sul (16,5%); pela Norte (12%); e pela Centro-Oeste (10%). Já o segundo Mapeamento da Economia Solidária no Brasil (2010 a 2013) contabilizou 19.708 EES.

6 SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos (Relatório de Pesquisa): MTE; IPEA, 2016. p. 48. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf

Os empreendimentos registrados nesse segundo mapeamento envolviam 1.423.631 trabalhadores e trabalhadoras. Desse total, 56,4% eram homens e 43,6% eram mulheres. Novamente, a região na qual se identificou o maior número de EES foi a Nordeste (40,8%); seguida pela Sul (16,7%); pela Sudeste (16,4%); pela Norte (15,9%); e pela Centro-Oeste (10,3%). No Ceará, o primeiro mapeamento registrou 1.854 empreendimentos; e o segundo 1.449. Em 2000, foi criada a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES), que passou a ser um braço do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), criado em 2003⁷. A RCSES é constituída por mulheres, homens, empreendimentos de economia solidária, organizações da sociedade civil e representantes do poder público estadual, e desenvolve ações entre diferentes trabalhadoras e trabalhadores de variados ramos, diversas atividades de trabalho e de produção, no intuito de promover a economia solidária e de influenciar na construção de políticas públicas para ela em todos os níveis da administração pública. É comum observar uma dinâmica sociopolítica de redes constituídas por outras redes. No caso da região de Sobral, entre 2015 e 2016, foi articulada uma rede de organizações da sociedade civil, "Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários (IEES) da UVA", empreendimentos de economia solidária e trabalhadoras e trabalhadores organizada a partir dos seguintes territórios: Sertão de Sobral, Serra da Ibiapaba, Litoral Extremo Oeste, Vale do Curu e Aracatiçu. É na rede de redes, que constitui a articulação política da economia solidária, que há o diálogo e a interação para manter, digamos assim, as atividades de trabalho, de produção, de comercialização, de crédito, com a luta por condições de trabalho, equipamentos, assessoria técnica e recursos públicos para apoiar essas trabalhadoras/es.

7 Ao longo de mais de uma década de existência, o FBES chegou a contar com redes e fóruns estaduais, regionais e municipais em todas as regiões do país. Na minha tese, mostro que, a partir de 2015, o Fórum passou por um processo de enfraquecimento e de desmantelamento, em razão da crise política e econômica que se intensificou naquele ano e da brutal diminuição de recursos públicos federais para a economia solidária, problemas que foram agravados no ano de 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, que se configurou como uma grande abertura para a amplificação das políticas neoliberais no governo Temer (2016-2018) – e, em 2019, no governo Bolsonaro.

Antes do fim da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SE-NAES), da Política de Economia Solidária do Governo Federal, havia programas estruturados com recursos públicos direcionados para essa população, que contava com o assessoramento de universidades, de organizações não governamentais, de entidades ligadas à Igreja Católica, a exemplo da Cáritas Brasileira e do Instituto Marista de Solidariedade (IMS), e de entidades vinculadas ao movimento sindical, especialmente ao sindicalismo cutista, como a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil (UNISOL Brasil). Então, vemos uma tentativa de manutenção dessas/es trabalhadoras/es, nos chamados empreendimentos de economia solidária. Essas pessoas são trabalhadoras/es, via de regra, pobres, no sentido material do termo. Inclusive, pobre no sentido de não ter acesso a direitos básicos, como moradia, água potável, saneamento básico, alimentação saudável, e uma série de outras dimensões dos direitos humanos e da cidadania, dentre os quais estão o trabalho, a educação e a saúde. Falamos de pessoas em situação de vulnerabilidade no trabalho, pela falta de direitos. Nesses tempos de pandemia de Covid-19, de acordo com a OIT, no Brasil, existem hoje sessenta e dois milhões de trabalhadores/as em situação de vulnerabilidade. E, entre eles/as, muitos também são de empreendimentos de economia solidária.

TB - Nós vemos hoje, nessa grande dificuldade de enfrentamento à pandemia, esse debate entre a economia e a própria situação dos trabalhadores. Há autores que falam desse falso debate, entre priorizar uma economia ou salvar vidas. É uma crise sanitária, mas ela vem junto com uma crise política, aqui no Brasil. Vem juntamente com uma crise econômica, não? Do ponto de vista da própria elaboração da economia solidária, o que a constitui? O que vem a ser essa economia solidária?

JF - Os efeitos da pandemia não são tão naturais como se pensa. São construídos na medida da desigualdade que vivemos no capitalismo. Estamos no capitalismo pandêmico, que continua tomando os lucros acima da vida. A crise brasileira e mundial é sanitária, é política,

é econômica, é ambiental, é civilizacional. E isso aparece de modo patente no atual cenário político-institucional brasileiro, a começar pela situação na qual se encontra a Presidência da República do Brasil, que demonstra total desdém à pandemia e às suas vítimas. Bom, esse nome economia solidária é um dos diversos nomes que são utilizados para designar atividades de trabalho, de produção, de comercialização, de consumo, e de crédito e finanças, entre essas trabalhadoras/es, consumidoras/es associados/as. Existem várias outras nomeações para esse fenômeno. O que resta explicar sobre isso é o seguinte, esses nomes têm uma localização no tempo e no espaço, eles têm uma localização a partir do contexto de onde vêm. Então, são grupos de pessoas que pensam o processo de trabalho com base na autogestão, com base na solidariedade, no vínculo social mediado pelos valores e crenças que unem essas pessoas em função da atividade que elas fazem juntas. Nós poderíamos dizer que a economia solidária é um dos diversos nomes para designar os processos de trabalho, de produção, de comercialização, de consumo, de crédito e finanças que são movimentados por diferentes atores e atrizes do mundo do trabalho. Além, das/os trabalhadoras/es dos grupos de trabalho e de produção etc., organizações da sociedade civil, universidades, movimentos sociais e órgãos governamentais se inseriram no processo de elaboração e execução de políticas de economia solidária no Brasil. Idealmente, a economia solidária é definida como o fenômeno do trabalho, da produção, do consumo, da comercialização, das finanças, com base na solidariedade, na democracia, na autogestão, na cooperação e na preservação ambiental, visando constituir um processo de reprodução da vida sem a exploração do trabalho, sem a gerência de um proprietário dos meios de produção que explora as/os trabalhadoras/es, que, com os meios de produção, são as/os reais produtoras/es das riquezas. O trabalho é um elemento central nesse processo, e, acima do trabalho, a vida digna das próprias pessoas que trabalham.

A economia solidária tem vinculações com a dimensão ambiental. A preservação do meio ambiente (no sentido ecológico) na economia

solidária articula-se com as condições necessárias para a coexistência dos seres humanos com outros ecossistemas, com a questão da preservação da água, do solo, da vegetação e de processos produtivos que se distanciem da busca de lucros, que, por si só, degrada e destrói, não só a vida humana, mas toda e qualquer forma de vida, todo o ambiente, o lugar do qual nós e outras formas de vida fazemos parte. Essa formulação de economia solidária foi incorporada pela política pública federal, desenvolvida entre os anos de 2003 e 2016, durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Uma ressalva importante: existem muitas experiências chamadas de economia solidária bem diferentes entre si, razão pela qual não devemos homogeneizá-las. Ora há distanciamentos, ora há aproximações, da autogestão, da cooperação, da solidariedade, da democracia e da preservação ambiental. Além disso, a expressão economia solidária deve ser assimilada contextualmente, uma vez que os sentidos atribuídos a ela podem aparecer imbricados ou não. Economia solidária, ora designa o próprio processo socioeconômico nas dimensões do trabalho, da produção, da comercialização, do consumo e das finanças, ora uma articulação política em rede, ora uma política pública de “inclusão socioprodutiva”, ora um projeto político de alternativa ao capitalismo. No sentido de um fazer, a economia solidária aparece como uma prática de trabalho e de produção coletiva, cujos princípios são a cooperação, a solidariedade, a autogestão, a democracia e a preservação ambiental; como uma articulação política, designa uma rede de organizações da sociedade civil (dentre as quais estão entidades de Igrejas, sobretudo da Igreja Católica, núcleos e incubadoras universitárias, organizações do campo sindical e de diferentes movimentos sociais), gestores/as de órgãos públicos e empreendimentos de trabalhadoras/es. Esse conjunto de atores constitui a chamada rede de redes da economia solidária no Brasil, no sentido mais amplo, chamada pelos seus participantes de movimento de economia solidária. O nome economia solidária também designa a política pública construída nos espaços de intersecção e luta entre agentes heterogêneos dos setores estatais (indivíduos e grupos que representam diferentes

interesses de classe no interior dos órgãos estatais) e da sociedade civil (movimentos sociais, grandes empresas, Igrejas, entidades sindicais, organizações de trabalhadoras/es, dentre outros). Como um projeto político heterogêneo de alternativa ao capitalismo, economia solidária é o nome guarda-chuva que abriga uma diversidade de agentes que defendem uma “outra economia”, com diferentes pontos de vista, embora contando com elementos principiológicos que dialogam entre si, notadamente a solidariedade, a cooperação, a auto-gestão, a democracia e a preservação ambiental.

TB - Nos anos 1990, no início dessa discussão da economia solidária e da organização de associações e das cooperativas para combater o desemprego, o país já passava pela desindustrialização, e também pelo aumento do desemprego e pela introdução das “novas tecnologias” no trabalho fabril. Hoje, na pandemia, os segmentos sociais mais penalizados com as crises do capitalismo são chamados também para uma auto-organização, para enfrentar exatamente esse desafio, que é econômico, político e de saúde global.

JF - Sim. E enfrentam um grande problema, pois muitas/os trabalhadoras/es desse trabalho associado, cooperativo, autogestionário, estão em situação de vulnerabilidade, porque também precisam sair de casa, precisam das matérias-primas, precisam produzir, precisam comercializar. Como essas pessoas podem fazer o que é necessário para o seu trabalho e a manutenção da sua vida nesse contexto de pandemia e de isolamento social? De fato, há uma grande dificuldade também para os empreendimentos de economia solidária. Nesse momento pandêmico, algumas prefeituras e alguns governos estaduais que têm políticas de economia solidária criaram formas de viabilizar o trabalho dos grupos de trabalhadoras/es para atender às necessidades do momento, produzindo máscaras faciais, equipamentos de proteção individual, vestimentas para a proteção dos profissionais de saúde, dentre outros produtos. Isso tem acontecido, por exemplo, com ações no âmbito do estado da Bahia, do município de Novo Hamburgo-RS e do estado do Rio de Janeiro, onde a Assem-

bleia Legislativa aprovou, hoje (12/05/2020), o Projeto de Lei (PL) n.º 2.034/2020, que prevê o auxílio emergencial de R\$ 600,00 também para produtoras/es de economia solidária⁸.

O desafio econômico, político e sanitário, colocado nesse difícil contexto da pandemia, mostra dimensões da desigualdade que são de classe social, de raça, de gênero, dentre outras, e a economia solidária não está isenta da reprodução dessas desigualdades. Há situações em que podemos identificar a falta de democracia e de autogestão. Podemos nos deparar com ações racistas, desigualdade de gênero entre homens e mulheres, violência contra mulheres e pessoas LGBT, intolerância religiosa. Durante a minha pesquisa de mestrado sobre o trabalho dos agentes da Cáritas Brasileira para o desenvolvimento da Economia Popular Solidária (EPS) no Ceará⁹, observei uma situação na qual as pessoas não aceitaram dar o “aval solidário”¹⁰ para fornecer o crédito financeiro a um homem que queria investir com seu trabalho e dos demais integrantes de seu grupo em produção de artigos de umbanda. A maior parte das pessoas do conjunto dos grupos que lhe negou o crédito era de orientação re-

-
- 8 Mesmo com um governo conservador e violento contra a população trabalhadora, negra, pobre e favelada, Wilson Witzel (Partido Social Cristão – PSC) sancionou a Lei n.º 8.859, de 04 de junho de 2020, originada pelo PL n.º 2.034/2020. O auxílio emergencial de R\$ 600,00 do governo federal para o enfrentamento à pandemia, foi aprovado pelo Congresso Nacional na forma da Lei n.º 13.982, de 02 de abril de 2020, sancionada pelo presidente da república depois de muitas pressões políticas e sociais, notadamente por grande parte da população mais atingida pelos efeitos econômicos da pandemia, pelo movimento em defesa da renda básica emergencial e por grandes veículos de comunicação. O benefício financeiro foi destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI) e autônomos e desempregados no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Novo Coronavírus – Covid- 19. Dada a amplitude da categoria “trabalhador/a autônomo/a”, essa seria a situação na qual poderiam ser enquadrados/as trabalhadores/as de economia solidária, embora isso não tenha sido incluído expressamente no texto da Lei federal, como foi o caso da Lei n.º 8.859/2020, aprovada e sancionada no estado do Rio de Janeiro.
- 9 FORTE, Joannes P. S. A Igreja dos homens: o trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da Economia Popular Solidária no Ceará. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/1464>.
- 10 Na pesquisa, constatei que o “aval solidário” era a concessão coletiva dada a quem pleiteia um financiamento para trabalhar em grupo, devendo seguir os princípios da chamada EPS. O aval era dado ou não pelos grupos que compõem o conjunto de trabalhadores acompanhados pelos agentes de Cáritas. A Organização financiava, com recursos do Fundo Nacional de Solidariedade (FNS) – constituído pelas doações realizadas no “Domingo de Ramos” –, a produção de um membro do grupo se o grupo assumir todos os riscos e consequências pelo seu membro. Era o grupo que autorizava ou não o financiamento da atividade com os recursos gerenciados pelo “serviço social” da Igreja Católica no Brasil.

ligiosa católica e evangélica, intolerantes com religiões de matrizes africanas. Com isso, impediram que essa pessoa pudesse fazer aquilo que ela gostaria com o seu grupo, que era produzir e vender os seus artigos de umbanda. Fatos assim mostram a agência de preconceitos e intolerâncias e os limites erguidos pelas desigualdades dentro da própria economia solidária.

TB - Professor, é muito interessante a sua reflexão sobre o trabalho na economia solidária. Traz ao debate as contradições que permeiam a vida social, inclusive as relações tomadas como solidárias também devem ser desconstruídas para que possamos entender melhor do que se está falando. Diante do que nós temos visto, nesses tempos de pandemia, tem ocorrido muitas ações solidárias, mas também nos deparamos com a precarização do trabalho e com o aumento da violência doméstica, da xenofobia, do racismo, o que resvala diretamente no mundo do trabalho. Tendo em vista essas situações que têm se intensificado, como nós podemos pensar o pós-pandemia?

JF - Penso que os maiores princípios das Ciências Sociais são o estranhamento e a desnaturalização. Por isso, penso que não devemos folgar com naturalizações da vida social, nem agora, na pandemia, nem depois dela. Há várias ações que apontam para uma naturalização de situações que nos têm sido impostas em nome da pandemia. Nós temos ouvido muito que está se fazendo um “novo normal”, que “nada será como antes”, que “temos que nos reinventar”. Essas são frases feitas que temos ouvido bastante, desde a conversa remota com um colega de trabalho à propaganda de uma grande instituição financeira. Olhando para o mundo do trabalho no contexto pandêmico, podemos perceber que não são raras as vezes em que essas frases são utilizadas para indicar uma necessária adequação às condições trazidas pelos efeitos da pandemia no capitalismo. Adequar-se à flexibilização do trabalho, à uberização, à perda de direitos da classe trabalhadora. Aliás, temos visto não apenas os ataques aos direitos do trabalho, que foram intensificados na pandemia, mas também ao direito à educação pública de qualidade, à alimentação, à moradia, à saúde e

até aos direitos de imagem, haja vista as imposições de patrões para que trabalhadoras/es desempenhem suas atividades remotamente, sem o respeito aos seus direitos. No que diz respeito ao avanço do neoliberalismo, à flexibilização do trabalho, ao desemprego, ao ataque aos direitos da classe trabalhadora, parece-me que estamos rumando para um “novo anormal”. “Reinventar-se” para abrir mão de direitos duramente conquistados, cedendo a uma “adaptabilidade” irrefletida, é uma armadilha no capitalismo em tempos de pandemia e de pandemônio contra o trabalho e as/os trabalhadoras/es.

Com a pandemia de Covid-19, o que nós temos é um momento inesperado e bastante inusitado, algo não previsto e incomum que tem, de fato, balançado não só nossa vida individual, nossa vida familiar, mas toda a sociedade capitalista. A pandemia tem feito o capitalismo se reconfigurar, buscar existir no novo contexto, apropriando-se dela para continuar se reproduzindo e explorando o trabalho, a vida humana, a natureza e todas as formas de existência. Por isso, dentre outras coisas, o trabalho tem sido tão atacado nesse momento. Apresentadas pelo governo federal como ações de enfrentamento à pandemia, foram baixadas a Medida Provisória (MPv) n.º 927, de 12 de março de 2020¹¹, e a MPv n.º 936, de 01 de abril de 2020¹², atos normativos do presidente da república que demonstram alinhamento com os interesses dos mais ricos, em detrimento da proteção social de que necessita a classe trabalhadora. Dentre outras coisas, destaco o artigo 18 da MPv 927/2020, que abriu a possibilidade de suspensão do contrato de trabalho para mandar o trabalhador para uma qualificação, com remuneração zero, em plena pandemia e isolamento social. Tão escandaloso foi esse dispositivo, que despertou muitas críticas, in-

11 “Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências” (grifos no original).

12 “Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências” (grifos no original).

dignação e insatisfação com o governo, o que levou à revogação do referido artigo no dia seguinte, pela MPv n.º 928, de 22 de março de 2020¹³. A MPv 936/2020 foi o ato normativo do presidente da república que possibilitou a suspensão dos contratos de trabalho e a redução de salários, criando o que o governo federal chamou de “Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda” em face da pandemia de Covid-19. Se reparamos bem, constatamos um socorro para a classe proprietária, e não para a classe trabalhadora. A Medida Provisória 936/2020 possibilita que o governo federal flexibilize direitos trabalhistas para atender aos patrões, para salvar o seu capital. A lógica não é a de proteger as pessoas, as/os trabalhadoras/es, mas sim as empresas, sobretudo as grandes, pois a redução dos salários e o pagamento da complementação salarial, previsto pelo ato do poder executivo, deixou o valor a ser pago abaixo do salário até então recebido.

Certamente, ao paralisar ou diminuir brutalmente o ritmo da produção, a pandemia traz prejuízos para as empresas, para a arrecadação de impostos e para a economia do país de modo geral. Porém, as/os trabalhadoras/es são o polo hipossuficiente que está sofrendo grande impacto com redução salarial e suspensão de contratos de trabalho, em vez de o governo aplicar recursos públicos para manter a integridade dos salários, da renda e garantir linhas de crédito emergenciais voltadas para as próprias empresas, especialmente para as médias, pequenas e microempresas. O governo federal também liberou o acesso a recursos do FGTS que não substituem, nem de longe, a necessidade de injeção de recursos públicos para manter o consumo das famílias e as empresas dos setores de produção e de serviços. Mas, mesmo na pandemia, as ações do governo federal vão na direção de manter uma política econômica que privilegia grandes bancos e empresas do setor financeiro, garantindo o pagamento da dívida pública (não auditada) e as isenções fiscais aos mais ricos. Enquanto isso, em decorrência da lentidão e de condições excessi-

13 “Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e revoga o art. 18 da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020”.

vas e até inviáveis, milhões de pessoas não têm conseguido acessar o Auxílio Emergencial, no valor de R\$ 600,00, voltado para as pessoas desempregadas, trabalhadoras/es autônomas/os, dentre outras categorias sem vínculo formal de trabalho.

No caso da redução salarial, na forma da Medida Provisória 936/2020, ela está ligada à redução de carga horária. Com isso, as empresas tiveram permissão para reduzir a jornada de trabalho e o salário de trabalhadores/as nas proporções de 25%, 50% ou 70%, por um período de até três meses, assim como poderão suspender o contrato de trabalho e o pagamento de salário por um período de até dois meses, podendo substituí-lo pelo Benefício Emergencial, no valor de R\$600,00, voltado ao/à trabalhador/a com vínculo formal de trabalho. O problema é que esse/a trabalhador/a e sua família possuem necessidades básicas que não cessaram com a pandemia: as contas de água, luz e alimentação podem até ter ficado mais caras, haja vista que, no isolamento social, foram levados/as a permanecer em casa, muitas vezes sem infraestrutura adequada, água potável e saneamento básico. As condições nas quais as/os trabalhadores/as vivem agora não são mais as mesmas. As/os trabalhadoras/es não podem sair de casa, não podem ir para a rua em busca de sua sobrevivência e de sua família sem se expor ao SARS-Cov-2 (Novo Coronavírus). Se já havia desigualdades brutais antes da pandemia, agora elas têm sido ampliadas. Não à toa o Novo Coronavírus chegou ao Brasil a partir de pessoas da classe média, classe média alta e alta, que viajaram pelo exterior e retornaram contaminadas para o país. No Rio de Janeiro, tomou-se nota de que a primeira vítima morta pela Covid-19 foi uma mulher idosa (63 anos), negra, pobre e moradora da periferia que nunca viajou para fora do país, mas que foi infectada através da patroa, que, ao chegar da Itália, passou o vírus para a trabalhadora¹⁴.

14 MELO, Maria Luisa. Primeira vítima do Coronavírus no RJ era doméstica e pegou Coronavírus da patroa, no Leblon. UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>. OXFAM Brasil. Primeiro caso de morte por covid-19 no Rio é o retrato da vulnerabilidade das mulheres na pandemia. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/primeiro-caso-de-morte-por-covid-19-no-rio-e-o-retrato-da-vulnerabilidade-das-mulheres-na-pandemia/>.

No Ceará, o vírus desembarcou em Fortaleza, inicialmente em bairros de classe média alta, como o Meireles, e agora está tomando as periferias da cidade. Assim como está também nas periferias de cidades do interior do Ceará, como é o caso de Sobral.

Então, as pessoas empobrecidas, negras, mulheres, habitantes das periferias do Brasil estão dentro dos atuais sessenta e dois milhões de trabalhadoras/es em situação de vulnerabilidade. São, sobretudo, as/os que têm de sair de casa para buscar formas de sobrevivência, no meio de uma pandemia, e sem proteção adequada. São aquelas pessoas em busca de trabalho. São aquelas/es que têm o salário reduzido ou mesmo suspenso, o que impacta diretamente na manutenção da sua vida, da sua família, e que, senão saírem de casa, não têm como garantir o sustento. Ao incentivar as pessoas a saírem de casa para trabalhar numa situação de alto risco, podendo ser infectadas por um vírus perigoso, contaminar outras pessoas, morrer e contribuir para levar outras pessoas à morte, vemos o quão perverso é o ato do chefe do poder executivo do Brasil e de seus iguais. Também temos testemunhado um chamado irresponsável, afrontando a todas as análises científicas e prognósticos sérios, desde o início do isolamento social, em março deste ano, em razão do estado de emergência em saúde pública no país: “Vá para a rua! Trabalhe! O Brasil não pode parar!”. Em algumas cidades, houve carreatas de empresários que fizeram esse chamado absurdo, empunhando a bandeira do Brasil. A pergunta que se faz é: o Brasil não pode parar com mais de 11 mil mortos, desde o primeiro caso até aqui? O Brasil não pode parar com milhares e milhares de pessoas infectadas, morando em áreas que não têm água potável, que não têm saneamento básico, que é o caso, sobretudo, das periferias das grandes cidades brasileiras? Certamente, é uma falsa dicotomia, é um falso dilema, dizer: “de um lado a economia e do outro lado a vida”. Ora, a economia faz parte da vida. Mas que economia? A economia que destrói o meio ambiente e que esmaga direitos básicos para continuar enriquecendo os grandes empresários, para continuar enriquecendo os mais ricos,

para fazer com que o capital financeiro continue tendo as condições necessárias para se manter com a exploração do capital produtivo, lançando as/os trabalhadoras/es à própria sorte diante de uma pandemia tão grave, que assola todo o mundo?

A questão das alternativas emerge também em um momento como esse. Não no sentido de serem romantizadas e sacralizadas. Vejamos que há trabalhos de pesquisa bastante críticos sobre a economia solidária, debruçando-se sobre as suas possibilidades e os seus limites. Esses trabalhos interpelam a economia solidária, apresentada como uma perfeição e uma panaceia. Economia solidária, na sua vertente cooperativista, vem dos chamados socialistas utópicos, do movimento operário sindical e do anarquismo do século XIX. As cooperativas surgiram muito apoiadas pelos sindicatos, na Inglaterra e na França, na segunda década do século XIX. As primeiras cooperativas surgiram em 1923, na França, e, por volta de 1826, na Inglaterra¹⁵. Em 1844, em Manchester, Inglaterra, foi fundada uma cooperativa considerada exemplar no debate do cooperativismo: a Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale¹⁶. Ela contou com a organização dos trabalhadores que estavam inseridos nas atividades fabris e sindicais e que, ao serem dispensados pelos patrões, organizaram-se na luta política para se manter juntos, com base na solidariedade de classe, daí criaram uma das primeiras cooperativas, no condado de Rochdale. Eles estavam lutando contra o quê? Contra os ataques do capitalismo às suas vidas. As chamadas alternativas surgem da esperança da luta que é travada contra as formas de desrealização da vida, das formas de espoliação extrema, das formas de ataque à vida das trabalhadoras/es. Temos visto, cada vez mais, o ataque à natureza e a todos os sistemas de vida. Na busca de alternativas, temos que ir além da matriz cooperativista da economia solidária, na busca de aprender com as lutas e formas de viver das comunidades tradicionais latino-americanas.

15 RODRIGUEZ, César; SANTOS, Boaventura de Sousa. Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 33.

16 CARNEIRO, Palmyos Paixão. *Cooperativismo: o princípio e a força existencial-social do trabalho*. Belo Horizonte: FUNDEC, 1981. p. 25-46.

Um elemento fundamental que nos dá unidade como trabalhadoras/es é a solidariedade. Não é a solidariedade como caridade, como ajuda ao pobre, considerado como incapaz de administrar a si mesmo, mas solidariedade como vínculo social de classe, solidariedade entre as/os oprimidas/os, entre as/os violentadas/os, entre as/os trabalhadoras/es. Agora e pós-pandemia, toda a desigualdade ampliada mostra o quanto a luta política se faz ainda mais necessária, a fim de mobilizarmos ideias, pessoas e instituições para “adiarmos o fim do mundo”, para fazer alusão ao líder indígena e escritor Ailton Krenak¹⁷, e, mais ainda, para impedirmos que ele seja antecipado pelo modo de ser e de viver da civilização capitalista que é, ao mesmo tempo, cindida em classes, racista, sexista e heteronormativa. Ao meu ver, as alternativas ao “nosso fim” dependem da solidariedade de classe, do respeito às diferentes formas de existência e da reconfiguração de nossa vida social em consonância com a Terra, com o ambiente e todos os sistemas de vida. A solidariedade entre as/os trabalhadoras/es, entre professoras/es, operárias/os fabris, comerciárias/os, vendedoras/es ambulantes, catadoras/es de material reciclável, trabalhadoras/es da saúde, trabalhadoras/es dos empreendimentos de economia solidária, dentre tantas outras categorias de trabalhadoras/es, é uma chave importante para a construção de uma alternativa, no sentido de buscarmos uma vida igualitária, justa, sem preconceitos, lutando contra todas as formas de opressão, pois só a luta será capaz de nos reservar dias melhores pós-pandemia.

TB - Essa crise global veio nos colocar que somos todos vulneráveis, que ninguém é capaz de superá-la sozinho, pois estamos interligados. Como é que nós podemos reagir a essa situação? O que nós, no “nosso tempo”, para fazer referência à poesia do Carlos Drummond de Andrade, podemos fazer? O que falamos não é apenas uma elaboração teórica. Desaceleração, desacumulação, também fazem parte da utopia de acabarmos com o individualismo. Desacelerar o ritmo do consumo, cessar as agressões ao ambiente, aos direitos humanos. Como podemos enfrentar isso? E no Brasil, principalmente, onde te-

17 KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

mos ainda ataques a direitos e à vida, por parte do próprio governo federal? Nós não queremos de volta atitudes autoritárias, fascistas, como já vivenciamos. Porém, a onda conservadora neoliberal está se associando com essas posturas de extrema-direita: de autoritarismo, de fascismo e de exclusão. Como é que nós podemos reagir?

JF - A resposta está na luta e na resistência. Para lutarmos, precisamos compreender o nosso contexto histórico, social e político. Ao olharmos para o cenário latino-americano e europeu das últimas décadas do século XX, veremos como o neoliberalismo foi levado a cabo como projeto político-econômico global. Na América Latina, após o golpe de Estado encabeçado pelo general Augusto Pinochet e apoiado pelo governo dos Estados Unidos, em 11 de setembro de 1973, o Chile foi utilizado como laboratório do neoliberalismo. O Consenso de Washington, de 1989, com o FMI e com o Banco Mundial, estendeu a experiência do Chile a outros países da América Latina, Europa e Estados Unidos. Eis a receita geral, seguida mais ou menos por cada país que aderiu ao Consenso de Washington: desregulamentação financeira; abertura dos mercados para o capital financeiro; abertura das economias nacionais para as importações e privatizações; flexibilização de direitos; abandono da proteção social; ataque ao trabalho. No caso do Brasil, a experiência começou com o governo de Fernando Collor de Mello, no início dos anos 1990. O governo Collor adotou integralmente as orientações do Consenso de Washington e procedeu da seguinte forma: abriu a economia brasileira para o capital financeiro, desregulamentou os mercados e flexibilizou os direitos.

Eu penso, Professora Telma, que as questões que você colocou levam ao desvelamento das contradições que fazem parte do capitalismo neoliberal, que se processa por meio de uma modernização conservadora. Vejamos o caso do Chile: para entrar naquele país, o neoliberalismo se associou a uma ditadura militar. A sociedade capitalista neoliberal convive com a reprodução do individualismo, do consumismo e de diversas formas de violência e de violação de direitos. As pessoas sobrenaturalizam as coisas e o dinheiro, pois há uma

operação pedagógica realizada pelo capital e suas instituições para que assim seja. Certamente, a igualdade, a justiça e a solidariedade não são os valores orientadores do neoliberalismo. No caso do Brasil, a aversão à igualdade e o racismo, erguidos sobre as fundações sócio-históricas muito autoritárias e hierarquizadas de nossa sociedade, harmonizam-se com os valores neoliberalismo sem grandes obstáculos. Em meio a contradições, o preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, diz que a Carta Política foi promulgada “[...] para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias”. Passados 32 anos da CF/1988, o que temos? Nós temos uma luta diária para que se cumpra o que faz parte desse grande pacto social. E o capitalismo neoliberal e as elites econômicas brasileiras estão em desacordo com pontos centrais de nosso grande contrato social.

Para desnaturalizarmos a frase “estamos todos no mesmo barco”: eu li uma matéria sobre como os ricos de Belém-PA estavam sendo atendidos em UTIs aéreas para escapar da morte por falta de vagas nos leitos de UTI da cidade¹⁸. Chamou-me muita atenção o caso, que era de três empresários que teriam ignorado os riscos da Covid-19 e acabaram ficando doentes. Muito debilitados pela doença, voaram de Belém a São Paulo em busca de atendimento em hospitais privados, muito reconhecidos e caríssimos. Só o transporte de ida de um único paciente intubado teria custado cerca de 120 mil reais. Os três fazem parte de famílias riquíssimas, cujas fortunas nunca foram taxadas, pois o artigo 153, Inciso VII, da CF/1988 nunca foi regulamentado. Segundo a pesquisa Desigualdade Mundial 2018, coordenada pelo economista francês Thomas Piketty, cerca de 30% da

18 CAMPBELL, Ulisses. Coronavírus: ricos de Belém escapam em UTI aérea de colapso nos hospitais da cidade. ÉPOCA. Disponível em: <https://epoca.globo.com/sociedade/coronavirus-ricos-de-belem-escapam-em-uti-aerea-de-colapso-nos-hospitais-da-cidade-1-24412850>

renda dos brasileiros está com apenas 1% dos habitantes do país; e 55% da renda total do país está nas mãos de apenas 10% de nossa população. Com base nos dados da pesquisa, referentes ao período de 2001 a 2015, essa é a maior concentração de renda em todo o mundo. Imaginemos quais são as consequências disso num contexto como esse de pandemia, com sessenta e dois milhões de trabalhadores em situação de vulnerabilidade até abril. Ora, quando as reformas trabalhistas começaram a acontecer nos últimos 6 anos, vimos que, em vários países, todas foram na mesma direção: flexibilização. O que significa isso, flexibilizar o trabalho? Tirar direitos, tornar o que antes era ilegal em legal. Legalizar a ilegalidade. Você tem, consequentemente, uma precarização do trabalho. Vou dar um exemplo que considero chocante: em 2016, logo que o Michel Temer assumiu o cargo de presidente, após o processo de impeachment de Dilma Rousseff, ele sancionou a Lei n.º 13.352 (Lei do Salão Parceiro), de 27 de outubro de 2016, iniciativa do deputado Ricardo Izar, do Partido Progressista (PP) – SP. Na minha perspectiva, a reforma trabalhista do governo Temer começou pela flexibilização dos direitos das/os trabalhadoras/es pobres, principalmente negras/os, e pessoas LGBT, que são as manicures, as/os cabeleireiras/os, as/os esteticistas, todas/os trabalhadoras/es dos salões de beleza. Considero que a Lei do Salão Parceiro foi a primeira parcela da Reforma Trabalhista de 2017. A segunda parcela foi a liberalização da terceirização irrestrita, nos termos da Lei n.º 13.467/2017 (Lei da Terceirização); e a terceira parcela foi a efetivação da Reforma Trabalhista, por meio da Lei n.º 13.467/2017. Então, quem foram os primeiros e mais atingidos com a edição dessas leis? As pessoas empobrecidas, mulheres, negras/os e LGBTs. É como diz a composição de Marcelo Yuka, Seu Jorge e Ulisses Cappelletti, muito bem interpretada pela grande Elza Soares, “a carne mais barata do mercado é a carne negra”.

No caso da tragédia brasileira, desde 2016, foi sublinhado com uma série de inovações legislativas e flexibilizadoras que “a carne mais barata do mercado é a carne negra”, é a carne dos pobres, dos

gays, das lésbicas, das travestis e das transexuais. A começar pela Lei do Salão Parceiro, a carteira assinada foi, basicamente, eliminada dos salões de beleza. Deixou os proprietários de salão de beleza desobrigados de contratar essas profissionais com contrato celetista, colocando a responsabilidade dos ônus e riscos da atividade sobre o próprio trabalhador, e mantendo uma relação de subordinação (patrão-empregado), contratando-os como Pessoa Jurídica e terceirizando o trabalho, enquanto a Lei se refere ao proprietário do salão e às/aos trabalhadoras/es como parceiros, como se estivessem em igualdade de condições, o que, concretamente, não procede. Como eu disse, só a luta poderá alterar esse processo de ataques violentos contra a classe trabalhadora.

TB - Com essa flexibilização e a aprovação da reforma trabalhista, nós sentimos a cada dia essa perda dos direitos e o avanço do chamado processo de uberização, em que não há vínculo nenhum, não é isso? O que você poderia falar da economia solidária, de ações concretas de políticas públicas frente a essa nossa realidade?

JF - Bom, esse é um contexto delicado, não apenas pela pandemia, mas, sobretudo, pela coronacrise, como batizaram pesquisadoras/es do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON), do Instituto de Economia (IE) da UNICAMP. Nós temos aqui uma crise que envolve uma dimensão sanitária, uma dimensão socioeconômica, uma dimensão ambiental e uma dimensão política. Estamos em uma situação bastante difícil em termos de falta de orientação clara do Governo Federal, cujos integrantes se digladiam e se contradizem sobre o que fazer e como enfrentar a pandemia. Enquanto o número de pessoas contaminadas e o número de óbitos avançam, o governo federal ataca o meio ambiente, o direito à educação, à saúde, ao trabalho, ataca as/os trabalhadoras/es. Reconheço que esses ataques não começaram com o governo atual, mas, agora, eles são mais fortes e intensos.

Vou contar um pouco do que detalhei em minha tese: é fato que houve grandes cortes de recursos nos governos anteriores. Nos próprios governos do PT, em que a economia solidária foi incorporada

como política nacional, houve diversos cortes de recursos. No último governo Dilma (2015-2016) houve decretos de contingenciamento que inviabilizaram bastante a política em diversas atividades, além de uma ameaça real e anunciada, nos bastidores do governo federal, que a então Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) iria ser transformada em uma subsecretaria ou em um departamento de uma das secretarias do Ministério do Trabalho, este último extinto por Bolsonaro em 2019. Entretanto, foi no governo Temer, em 2017, que o orçamento da SENAES caiu drasticamente, e aí, de fato, houve um claro e acelerado processo de desmonte da Política Nacional de Economia Solidária. Foi também no governo Temer que se concretizou o rebaixamento da SENAES a uma subsecretaria, embora vinculada diretamente ao Gabinete do Ministro do Trabalho. O governo Bolsonaro praticamente aniquilou a Política Nacional de Economia Solidária. Em princípio, ele extinguiu a Subsenaes e reduziu a Política de Economia Solidária a um pequeno setor, o Departamento de Economia Solidária, parte da estrutura administrativa da Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana do Ministério da Cidadania. Hoje, o departamento não existe mais, pois foi substituído por uma Coordenação, com estrutura ainda menor para a economia solidária. Dada essa situação da Política de Economia Solidária no governo federal, é necessário perguntar que economia solidária pode ser fomentada a partir de um governo como esse? De todo modo, o governo tem o seu órgão responsável pela economia solidária, embora haja poucos recursos. Eu penso: o que mudou na Política, além da diminuição da estrutura e dos recursos públicos? O Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), transferido pelo governo Bolsonaro do extinto Ministério do Trabalho para o Ministério da Cidadania, em 2019, sofreu descontinuidade de suas atividades e alterações em sua composição, passando a incluir empregadores, categoria que descaracteriza a proposta de economia solidária como política pública. Atualmente, o CNES está atuando na elaboração da política pública? Se sim, como? Como o governo Bolsonaro vê a economia solidária? Que ações da Política de Economia Solidária estão em curso? Como o governo fe-

deral está realizando essas ações? Que agentes da sociedade civil estão participando dessas ações com o governo federal? Que resultados têm sido alcançados? Caberia uma proposta de pesquisa: “A Política de Economia Solidária no governo Bolsonaro”.

Mesmo que seja nesse governo de tantos desmandos, há alguns projetos funcionando, tendo recebido recursos públicos federais. Como sempre digo, não devemos pensar a economia solidária como uma economia santa para gente santa. Também não devemos pensar a economia solidária como uma economia diabólica e responsável pela desarticulação da luta das/dos trabalhadoras/es e pela precarização do trabalho. A economia solidária é uma possibilidade interessante para o enfrentamento da coronacrise. Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no primeiro triênio de 2020, foram registrados 38 milhões de trabalhadores na informalidade; 4,7 milhões de pessoas que desistiram de procurar emprego (desemprego por desalento). Imaginemos, agora, em 12 de maio de 2020, quase dois meses depois do início do isolamento social. A taxa atual de desemprego está em 12,2%. Temos ainda as/os trabalhadoras/es pejotizadas/os (que trabalham como se fossem empresas, com CNPJ) que, em tese, são Pessoas Jurídicas, estratégia utilizada pelos patrões para não arcar com as suas obrigações sociais em face dos direitos trabalhistas. Dentro de uma empresa pode ter várias/os trabalhadoras/es pejotizadas/os. Em um salão de beleza pode haver dez empresas, só que, na prática, não são empresas, são pessoas de carne e osso, que por estarem trabalhando nessa condição, não têm acesso a 13º salário, 1/3 de férias, licença maternidade, auxílio-doença etc. O caso das/os trabalhadoras/es uberizadas/os mostra uma flexibilização do trabalho, uma informalização das relações de trabalho e vínculos tênues entre empregadores e trabalhadoras/es, de modo que, aparentemente, não há um patrão, mas um aplicativo de celular. Nesse processo, as/os trabalhadoras/es viram prestadoras/es de serviço dos aplicativos. Com isso, não há um vínculo empregatício formal com os aplicativos,

embora haja uma relação de subordinação do/a trabalhador/a, que, além de entregar a sua força de trabalho, assume toda a responsabilidade, os custos e os riscos sobre materiais de trabalho, equipamentos, veículos, combustível, manutenção, deslocamento, sobre a sua saúde e a sua vida. Tem a mesma lógica da “Lei do Salão Parceiro”: trabalhadoras/es e empresas são tomados como parceiras/os, o que, empiricamente, não se sustenta. Há, sim, a subordinação do/a trabalhador/a a um patrão que tenta fugir da letra da lei, uma das principais razões para o reconhecimento do vínculo empregatício.

Antes mesmo dos aplicativos de celular, esse processo de responsabilização do/a trabalhador/a, da informalização das relações de trabalho e da invisibilização de vínculo empregatício já ocorria, por exemplo, com o trabalho de mulheres revendedoras de produtos de grandes indústrias de cosméticos brasileiras, como a Natura etc., fenômeno analisado pela socióloga Ludmila Costhek Abílio¹⁹. Diante de muitos ataques ao trabalho e às/aos trabalhadoras/es, de grandes taxas de desemprego e da ampliação das desigualdades já existentes pela pandemia, constata-se um crescimento das arestas contra o trabalho e as/os trabalhadoras/es. Segundo o Banco Central do Brasil, a queda do PIB brasileiro foi de -6,12% sobre o mês de março; e em abril foi de -9,62%. Mesmo considerando a retomada de atividades econômicas a partir de meados de 2020, as estimativas para o PIB de 2020 continuam bastante negativas, com previsão de uma recessão considerável. Nosso país já vive um processo de desindustrialização que vem desde a crise dos anos 1980. Com a pandemia, a aceleração da desindustrialização e o desemprego trazem um quadro muito difícil, principalmente para as pessoas pobres. Todavia, os bancos e o capital financeiro têm se fortificado no Brasil, pois são eles os grandes beneficiados com o pagamento da dívida pública. Com a pandemia, foram muito beneficiados com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) n.º 106, de 07 de maio de 2020, que institui o “Orçamento de

19 ABÍLIO, Ludmila Costhek. Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. São Paulo: Boitempo, 2014.

Guerra”²⁰. A EC n.º 106 permite que o Banco Central compre papéis podres. Quer dizer, títulos sem lastro; ou seja, a aplicação dessa inovação jurídica na CF/1988 pode levar à quebra da indústria nacional para garantir dinheiro para os bancos, as instituições financeiras. Consequentemente, esse ato normativo que privilegia o capital financeiro prejudicará ainda mais a proteção social e os direitos do trabalho, aumentando a desigualdade socioeconômica e tendendo a aumentar as demais formas de desigualdade, haja vista que elas funcionam de forma interseccionada, reforçando-se entre si. Privilegia-se os bancos em detrimento do setor produtivo, deixando de lado a indústria brasileira e os postos de trabalho, ignorando completamente uma urgente e necessária política de trabalho e renda para a população.

Para entendermos o capitalismo como um sistema socioeconômico mundial, é muito importante descortinarmos as desigualdades, as quais têm sido ampliadas por atos normativos (leis, medidas provisórias, emendas constitucionais etc.) que tendem a favorecer os mais ricos e a privilegiar o capital financeiro sobre o capital produtivo, em nome da expansão e reprodução do capital na sua forma fictícia. Lembremos da EC n.º 95, de 15 de dezembro de 2016²¹, que repercutiu na diminuição da proteção social, a começar pelos efeitos futuros do estabelecimento do teto dos gastos públicos primários e da Reforma da Previdência (2019), realizada por meio da EC n.º 103, de 12 de dezembro de 2019²². Agora, na pandemia, temos que realizar essa reflexão sobre as perdas e ataques já sofridos, considerando o contexto de isolamento social, de ampliação do quadro de desemprego, de flexibilização, de precarização do trabalho, de desproteção social e de milhares de pessoas contaminadas e mortas todos os dias. Já nos chega o registro de 600 a 700 óbitos por dia, o que, infelizmente, tenderá a aumentar ainda mais, pois esse é um resultado inequívoco-

20 “Institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia”.

21 “Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências”.

22 “Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias”.

co da necropolítica – para mobilizar o conceito do professor Achille Mbembe²³ – adotada pelo governo federal.

TB - Por isso que a pandemia colocou a nu, de fato, as desigualdades que já haviam. E nós temos, a cada dia, que estudar e compreender o mundo do trabalho e o capitalismo para podermos superar os desafios coletivamente. E como a economia solidária pode contribuir para a superação das desigualdades desnudadas pela pandemia?

JF - A economia solidária, antes desse contexto pandêmico do capitalismo, já funcionava, no governo federal, em prefeituras e estados, como um uma política de inclusão social e de combate à pobreza. Segundo o Prof. Renato Dagnino, do Dept.º de Política Científica e Tecnológica/Instituto de Geociências da UNICAMP, é necessário construir uma política de trabalho/renda e não uma política de fortalecimento da lógica salário/emprego, que foi adotada durante os governos federais do PT. Tampouco, uma política de economia solidária tomada como ação de inclusão pontual e precária das pessoas empobrecidas dará espaço a uma política estruturada de trabalho/renda. Uma forma possível de enfrentar a situação de pobreza e de miséria ampliada pela coronacrise é aquela que, com solidariedade de classe, respeito às diferenças de gênero, de raça, de geração, de região etc.; combate a todas as formas de opressão e desigualdade; cooperação; democracia; autogestão; e preservação ambiental, pode tomar a economia solidária como um caminho para gerar trabalho e renda, incorporando-a ao desenvolvimento econômico do país. Para isso, muitos diálogos e muita luta política deverão ser travados entre trabalhadoras/es, de modo que a economia solidária, na qualidade de uma política de trabalho/renda, não se prenda ao modelo de política centrado exclusivamente no Estado. Tendo uma política que afirme a sua natureza democrática, para além do Estado e dos partidos políticos, não seriam apenas as/os trabalhadoras/es pobres que trabalhariam com base na solidariedade e na autogestão, e não seria a pobreza algo naturalizado e reproduzido. Quem sabe, por esse ca-

23 MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

minho, tenhamos uma das alternativas à reprodução de tantas desigualdades sociais ampliadas pela Covid-19.

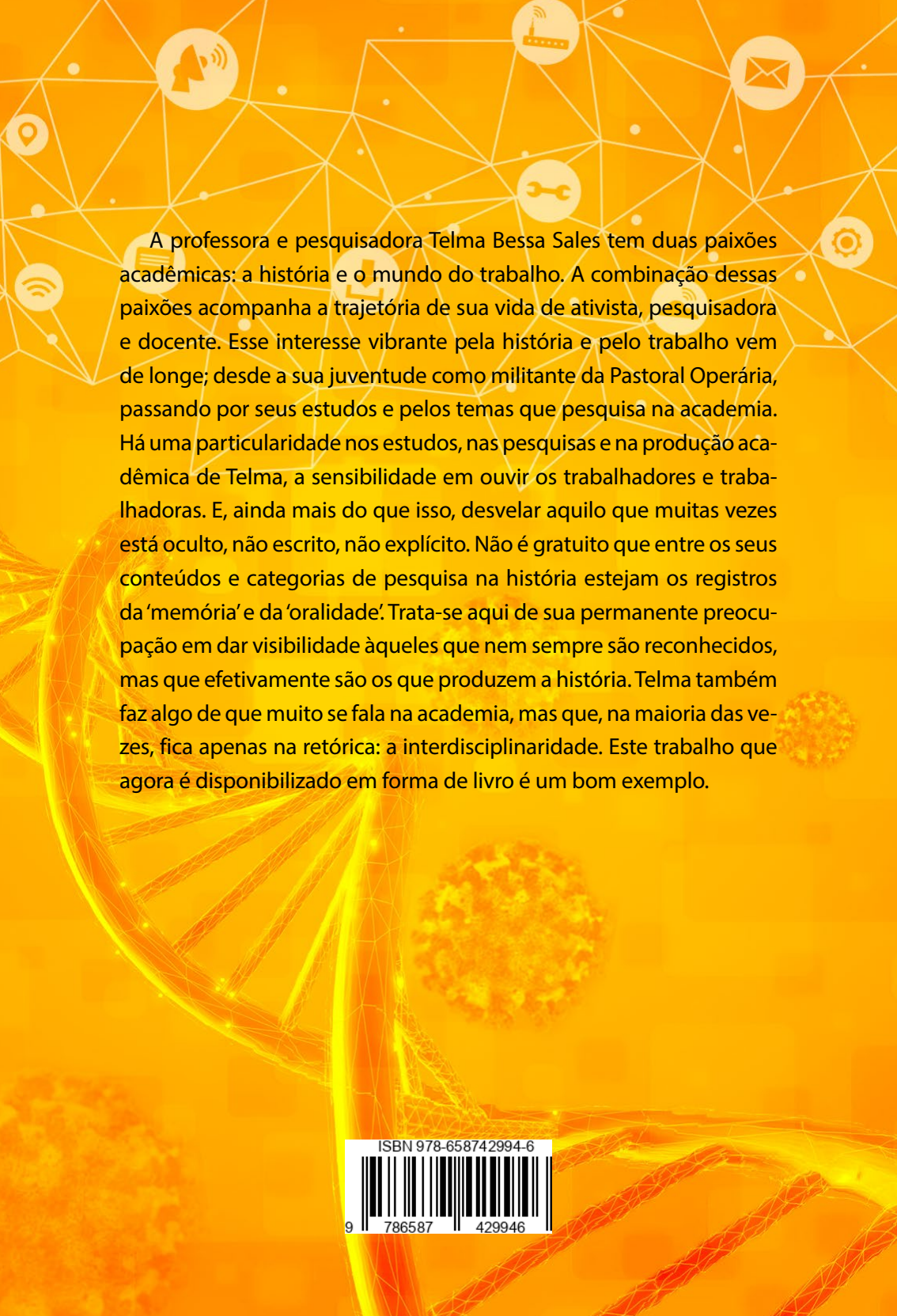
Mas os obstáculos de ontem e de hoje continuam e precisam ser refletidos e enfrentados. Talvez, o maior deles seja a ideologia individualista e as manobras da classe dos proprietários, ambas articuladas na criação de novos caminhos para o capitalismo. A Emenda Constitucional n.º 106 (“Orçamento de Guerra”) é um documento norteador de como o capitalismo no Brasil vai se reconstituir daqui para frente. É mais uma ação da classe dominante, e, como tal, não é algo que veio para favorecer as pessoas empobrecidas e oprimidas. Podemos pensar com várias/os economistas, de diferentes orientações analíticas, que estão discutindo a situação de crise na qual nos encontramos: Carlos Bresser-Pereira, Eduardo Moreira, Maria Lúcia Fattorelli, Mônica de Bolle, Laura Carvalho, Luiz Gonzaga Belluzo, dentre outras/os que nos ajudam a compreender a necessidade de investimento público para salvar vidas emanter a economia brasileira. Quanto ao capital, uma contradição em processo, como nos mostrou Karl Marx, está firme e forte, e ele se mostra obstinado em continuar a sua aventura pelo planeta, com exploração do trabalho e mais destruição que construção. Cada vez mais, ele tem buscado formas de continuar nos espoliando, flexibilizando e precarizando ainda mais o trabalho, destruindo a natureza e todos os sistemas vitais em razão de sua reprodução, contra o que precisamos lutar e resistir, pondo a vida acima dos lucros.

TB - Muito obrigada!

JF - Disponha! Eu que agradeço. Muito obrigado!



Este livro foi composto em fonte Myriad Pro,
em e-book formato pdf, com 186 páginas
Agosto de 2021



A professora e pesquisadora Telma Bessa Sales tem duas paixões acadêmicas: a história e o mundo do trabalho. A combinação dessas paixões acompanha a trajetória de sua vida de ativista, pesquisadora e docente. Esse interesse vibrante pela história e pelo trabalho vem de longe; desde a sua juventude como militante da Pastoral Operária, passando por seus estudos e pelos temas que pesquisa na academia. Há uma particularidade nos estudos, nas pesquisas e na produção acadêmica de Telma, a sensibilidade em ouvir os trabalhadores e trabalhadoras. E, ainda mais do que isso, desvelar aquilo que muitas vezes está oculto, não escrito, não explícito. Não é gratuito que entre os seus conteúdos e categorias de pesquisa na história estejam os registros da 'memória' e da 'oralidade'. Trata-se aqui de sua permanente preocupação em dar visibilidade àqueles que nem sempre são reconhecidos, mas que efetivamente são os que produzem a história. Telma também faz algo de que muito se fala na academia, mas que, na maioria das vezes, fica apenas na retórica: a interdisciplinaridade. Este trabalho que agora é disponibilizado em forma de livro é um bom exemplo.

ISBN 978-658742994-6



9

786587

429946